



CHINA e BRASIL **diante dos desafios** **do Desenvolvimento** **Sustentável**


Editora Sorian
Transformando palavras em obras.

Ana Tereza Lopes Marra de Sousa
Giorgio Romano Schutte (orgs.)

Ana Tereza Lopes Marra de Sousa
Giorgio Romano Schutte
(Organizadores)

China e Brasil diante dos desafios do desenvolvimento sustentável

Editora Sorian
Londrina – Paraná
2024

Copyright © da Editora Sorian
Editor-chefe: Vinícius Souza
Diagramação, Capa e Revisão por Editora Sorian

Conselho Editorial



Editora Sorian

André Giacomelli Leal (PUC-PR)
Aníbal Coutinho do Rêgo (UFC)
Antônio Charles Santiago Almeida (UNESPAR)
Clarissa de Franco (PUC/SP)
Jefferson Henrique Cidreira (UNIR)
José Maurício Diascânio (UNINORTE)
Manoel Valente Figueiredo Neto
(Registro Imobiliário de Caxias do Sul, RS/UCS)
Marcela Iochem Valente (UERJ)
Maria Gorete Firmino de Lima (UNIDA)
Miqueias Lima Duarte (UNIR)
Neemias Moretti Prudente (UNIMEP)
Reginaldo Simões Mendonça (UFAM)
Romualdo Dias (UNESP)
Sônia Maria Teixeira Machado (IFRO)
Vilma Maria Inocência Carli (UCDB)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (BENITEZ Catalogação Ass. Editorial, MS, Brasil)

C466

China e Brasil diante dos desafios do desenvolvimento sustentável / organizadores Ana Tereza Lopes Marra de Sousa, Giorgio Romano Schutte– 1. ed – Londrina, PR : Editora Sorian, 2024.
170 p.; 16x23cm.

ISBN Físico: 978-65-5453-201-3

ISBN Digital: 978-65-5453-202-0

DOI 10.54466/sorianed.978-65-5453-202-0

1. Brasil – Relações – China. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Relações internacionais. I. Sousa, Ana Tereza Lopes. org. II. Schutte, Giorgio Romano. org.

04-2024/62

CDD 370.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Relações internacionais 327

Bibliotecária: Aline Grazielle Benítez CRB-1/3129



editorasorian



editorasorian

<https://www.editorasorian.com.br/>

2024

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora Sorian

Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Sorian

Esta obra é dedicada ao aniversário de 50 anos das relações Brasil-China completados no ano de 2024, a todos(as) os(as) interessados(as) na China, no Brasil e nas relações entre eles, em especial aos membros(as) da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina).



1974-2024

中国巴西50年
BRASIL-CHINA 50 ANOS

Sobre a Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina)

A Rede Brasileira de Estudos da China é uma rede científica multidisciplinar dedicada à promoção do conhecimento, pesquisa e exercício profissional em torno da China. Sua criação foi motivada pelo fato de que as relações Brasil-China, em especial as comerciais, se adensaram muito rapidamente nas últimas décadas. Em contrapartida, o avanço do conhecimento sobre a China no Brasil não acompanhou com a mesma rapidez. Assim, a RBChina foi criada para impulsionar as reflexões sobre a ascensão da China e o seu respectivo impacto sobre a ordem econômica e política, considerando também seus aspectos culturais e históricos, em especial, sobre o Brasil.

As articulações para a formação da RBChina começaram em 2017 e avançaram em 2018, com a realização do I Encontro da RBChina, em Belo Horizonte, na PUC-Minas.

Além do núcleo central formado por acadêmicos, a RBChina foi pensada, desde o início, também como espaço de difusão das pesquisas e diálogo com outros atores da sociedade, como empresários, sindicatos, movimentos sociais e instituições governamentais, inclusive de entes subnacionais.

De 2018 até a atualidade, o número de integrantes da RBChina aumentou de algumas dezenas para cerca de 400 pessoas, o que demonstra o grande e crescente interesse na iniciativa.

O segundo encontro da RBChina ocorreu em 2019, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), de forma presencial. O terceiro foi organizado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 2020, de forma online devido a pandemia de COVID-19. O quarto encontro, em 2021, foi realizado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela FGV-RJ, também no formato online. O quinto encontro, em 2022, ainda impactado pelos reflexos da pandemia, foi organizado Universidade Estadual Paulista (Unesp), ainda online. No ano de 2023, em sua 6ª edição, o encontro voltou a ser presencial, dessa vez na Universidade Federal do ABC (UFABC).

As gravações das mesas do VI RBChina podem ser encontradas no site: www.rbchina.com.br



VI RBChina

VI Encontro da RBChina

7º Seminário Pesquisar China Contemporânea

China e Brasil diante dos desafios do desenvolvimento sustentável

Data: 24, 25 e 26 de outubro de 2023

Local: UFABC | São Bernardo do Campo



**GRUPO DE ESTUDOS
BRASIL CHINA UNICAMP
& UFABC**

7º SEMINÁRIO PESQUISAR CHINA CONTEMPORÂNEA

&

6º ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS DA CHINA

Data: 24, 25 e 26 de outubro de 2023

Local: UFABC São Bernardo do Campo
e Online

@pesquisarchina

chinabrasilunicamp.wixsite.com/2023

chinabrasil.unicamp@gmail.com



Sumário

Apresentação	15
---------------------------	-----------

Parte I – Abertura

Capítulo 1

Apresentação do VI Encontro da RBChina	19
---	-----------

Giorgio Romano Schutte
Ana Tereza L. Marra de Sousa

Capítulo 2

Mensagem do Vice-Presidente Geraldo Alckmin.....	23
---	-----------

Mensagem de Geraldo Alckmin

Capítulo 3

Mensagem do Embaixador da República Popular da China no Brasil, Zhu Qingqiao.....	25
--	-----------

Discurso proferido por Zhu Qingqiao

Parte II – A ascensão da China e os impactos sobre a América Latina

Capítulo 4

A relevância do conceito de <i>soft power</i> para a compreensão da China contemporânea	37
--	-----------

Charles Diego Antonio

Capítulo 5

Desenvolvimento das relações de trabalho na China: proletarização, novas formas de precarização	47
--	-----------

Emanuela Almeida da Silva

Capítulo 6

Estratégias contemporâneas de projeção internacional da China.....	55
---	-----------

Letícia Stabelini Vieira Lima

Capítulo 7

A dinâmica da competição sino-americana e seus impactos.....63

Flávia Mitake Neiva
Giovanna Mendes Carvalho
Isabella Pedroso Lucino

Capítulo 8

Oportunidades e desafios da cooperação sino-latinoamericana 69

Ana Beatriz Aquino
Bruno Fabricio Alcebino da Silva

Parte III – Múltiplas dimensões das relações Brasil-China

Capítulo 9

Dimensões da cooperação Brasil-China e a superação de seus desafios..... 85

Rafael Almeida Ferreira Abrão

Capítulo 10

As diferentes perspectivas e possibilidades na relação comercial Brasil-China 97

Camila Alves Moraes da Silva

Capítulo 11

Os desafios do Brasil e China no sistema agroalimentar contemporâneo e a luta contra à fome e pobreza..... 111

Vitor Gabriel da Silva

Capítulo 12

Os intercâmbios entre comunismo chinês e os partidos de esquerda do Brasil 121

Ester Gonzalez de Souza

Capítulo 13

Energia e Sustentabilidade na atuação internacional chinesa: oportunidades e desafios para os países latino-americanos 131

Bruno Castro Dias da Fonseca
Gabriel Santos Carneiro

Capítulo 14

As relações Brasil-China e o financiamento para o desenvolvimento sustentável

..... 139

Tuany Alves Nascimento

Mônica Almeida Peña

Capítulo 15

7º Seminário Pesquisar China Contemporânea: a pós-graduação na construção de uma perspectiva brasileira sobre a China..... 149

Mariana Hase Ueta

Niklas Werner Weins

Ricardo Mazzeo

Capítulo 16

Reflexões e Convergências sobre o Futuro das Relações Brasil-China..... 153

Lucas Barbosa de Oliveira

Apresentação

Este livro é produto do VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China (VI RBChina), que ocorreu na UFABC entre os dias 24 e 26 de outubro de 2023. Com a proposta de debater “China e Brasil diante dos desafios do desenvolvimento sustentável”, o VI RBChina organizou uma série de discussões sobre temas diversos relacionados a China e as relações Brasil-China. Ainda, em parceria com a UNICAMP, o evento incluiu a realização do 7º Seminário Pesquisar a China Contemporânea, contemplando a apresentação e discussão de trabalhos de estudantes de pós-graduação e jovens pesquisadores.

Além desta breve apresentação, o livro possui 16 capítulos divididos em três partes. A primeira, com três capítulos, destacamos a apresentação do evento e as falas que ocorreram no dia 24 de outubro de 2023, durante a mesa de abertura. No primeiro capítulo, temos uma introdução ao VI RBChina e as partes principais do discurso de abertura do encontro proferido pela coordenadora-adjunta do evento, Ana Tereza L. Marra de Sousa. No segundo capítulo, transcrevemos a mensagem enviada pelo Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin, e, no terceiro, o discurso realizado pelo Embaixador da China no Brasil, Zhu Qingqiao, por ocasião da abertura do evento. Esses três primeiros capítulos nos ajudam a introduzir as discussões do VI RBChina.

A partir de então, apresentamos um conjunto de relatorias – efetuadas por estudantes de graduação e pós-graduação da UFABC – sobre as mesas de discussão do VI RBChina agrupadas em duas partes. Na segunda, foca-se em discussões sobre as diferentes dimensões da ascensão chinesa e seus reflexos, em especial sobre a América Latina. Assim, no capítulo 4, discute-se a relevância do conceito de *soft power* para a compreensão da China contemporânea por meio dos debates promovidos pela Observa China. No quinto, aborda-se o desenvolvimento das relações de trabalho na China, a proletarização e novas formas de precarização associadas ao percurso de desenvolvimento do país. No sexto, refere-se às estratégias contemporâneas de projeção internacional da China: a Iniciativa do Cinturão e da Rota (ICR) e as iniciativas de desenvolvimento, segurança e civilização lançadas pelo país. O capítulo 7 trata sobre análise da dinâmica da competição entre China e EUA e seus impactos, particularmente sobre a América Latina. No oitavo, apresenta-se mais detidamente oportunidades e desafios para a América Latina decorrentes da ascensão chinesa.

Na parte 3 do livro, destacamos especificamente as relações Brasil-China e suas múltiplas dimensões. No capítulo 9, discute-se a cooperação Brasil-China que se destaca o âmbito multilateral (BRICS) e o bilateral, incluindo a análise de atores específicos, como as entidades subnacionais e a mídia. No décimo, apresenta-se as diferentes perspectivas e possibilidades na relação comercial Brasil-China. No capítulo 11, aborda-se os desafios de Brasil e China no sistema agroalimentar contemporâneo, bem como a luta contra a fome e a pobreza. No décimo segundo, discute-se os intercâmbios entre o comunismo chinês e os partidos de esquerda do Brasil. Tanto o capítulo 11, como o 12 foram frutos de debates promovidos em parceria com a Fundação Perseu Abramo (FPA) durante o VI RBChina. Nos capítulos 13 e 14, destaca-se a temática da energia, da sustentabilidade e do financiamento ao desenvolvimento sustentável como elementos que podem pautar as relações internacionais chinesas e, em especial, com o Brasil. O capítulo 15, trata-se sobre a contribuição da pós-graduação na construção de uma perspectiva brasileira sobre a China, com base nas experiências do Seminário Pesquisar China Contemporânea promovido pela UNICAMP desde 2017. Por fim, no capítulo 16, aborda-se acerca das oportunidades e desafios sobre o futuro das relações Brasil-China.

O evento que deu origem a este livro não poderia ter ocorrido sem a contribuição de muitos parceiros que acreditaram no seu sucesso. Gostaríamos de registrar nossa imensa gratidão a nossa instituição, a UFABC, e seu corpo de técnicos(as) administrativos(as) e docentes (em especial do curso de Relações Internacionais); as parcerias com a UNICAMP, a Observa China, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), a Frente-Parlamentar Brasil-China, a Plataforma Cipó e o IPEA. A colaboração da Fundação Perseu Ábramo (FPA) foi central para que pudéssemos gravar e transmitir as mesas online, bem como para a organização de vários debates durante o encontro. Especial, ainda, foi a parceria estabelecida com a Embaixada da República Popular da China e a vinda do embaixador da China no Brasil, o excelentíssimo Zhu Qingqiao, para participar do encontro na UFABC. Agradecemos também a IbraChina, que é o Instituto Sociocultural Brasil-China, e a CCIBC, que é a Câmara de Comércio e Indústria Brasil China, pelo apoio. A CAPES, que nos beneficiou pelo edital PAEP de 2023, foi a peça fundamental que garantiu a maior parte dos recursos para o VI RBChina. Por fim, é importante reconhecer que sem o trabalho voluntário de estudantes – mobilizados pelo CARI e pela representação discente do PRI – e a ajuda de colegas docentes dificilmente teríamos chegado ao resultado que chegamos. Que nesse 2024, o ano em que as relações Brasil-China completam 50 anos, essa rede de colaboração possa inspirar os anos vindouros!

Parte I – Abertura

Capítulo 1

Apresentação do VI Encontro da RBChina

Giorgio Romano Schutte¹

Ana Tereza L. Marra de Sousa²

A ascensão da China como potência global no século XXI é um fenômeno marcante na geopolítica e na economia mundial. Impulsionada por décadas de crescimento econômico acelerado, a China se transformou de uma economia predominantemente agrária para a segunda maior economia do mundo. Este progresso foi acompanhado por investimentos maciços em infraestrutura, tecnologia e educação, posicionando o país como líder em várias áreas de alta tecnologia, incluindo telecomunicações e produção de energia renovável. Assim, é basicamente impossível compreender as dinâmicas da economia e das relações internacionais hoje sem passar por um mínimo entendimento da ascensão chinesa.

Para o Brasil, as relações sino-brasileiras têm tido uma importância estratégica crescente, não só pelo volume comercial que movimenta, mas também pelos investimentos produtivos, intercâmbio cultural, tecnológico e político entre as duas nações. Esta parceria, forjada sobre pilares econômicos sólidos, em especial nas duas últimas décadas, tem se expandido para outras áreas, incluindo a sustentabilidade, a inovação tecnológica e a segurança alimentar, demonstrando sua complexidade e a multidimensionalidade. Apesar disso, nos quatro anos anteriores a 2023, as relações bilaterais sino-brasileiras não se desenvolveram sem tensões. O cenário de guerra comercial e tecnológica entre China e EUA, a pandemia de COVID-19 e a opção da

1 Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo, professor Associado na Universidade Federal do ABC (UFABC), credenciado nos Cursos de Relações Internacionais (BRI), membro do corpo docente dos Programas de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM) e em Relações Internacionais (PRI). É membro da RBChina e do OPEB. É bolsista produtividade do CNPQ.

2 Coordenadora Adjunta do VI RBChina, professora da UFABC no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Bacharelado em Relações Internacionais e no Bacharelado em Ciências e Humanidades. Coordenadora do grupo de relações Brasil-China do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB).

política externa bolsonarista de rivalizar com a China em alguns momentos criou embaraço para as relações político-diplomáticas.

Em 2023, entretanto, com o início do novo governo Lula, iniciou-se uma nova fase de fortalecimento das relações, consensuada a partir da viagem de Lula a China em abril. Em especial, tem-se buscado elevar o patamar qualitativo das relações por meio da ampliação e do adensamento dos intercâmbios sino-brasileiros em prol de um processo de retomada da industrialização do Brasil em novas bases tecnológicas e ambientais.

Considerando essa cena e, ainda, o fato de que em 2024 Brasil e China completariam 50 anos do restabelecimento de suas relações diplomáticas, o VI Encontro da RBChina ocorreu em um momento particularmente especial. Depois de ficar 3 anos sendo realizado em formato online – devido a pandemia – os encontros da RBChina voltaram, com a UFABC, a serem presenciais, colocando-se como espaço de reflexão sobre a China, o Brasil e as múltiplas dimensões das suas relações justamente quando havia muita demanda para pensar e reorganizar as relações sino-brasileiras perante o novo governo.

A UFABC recebeu o evento com muita alegria. Professores(as) e estudantes da instituição estiveram presentes na rede desde o início da RBChina e acreditaram na sua capacidade de fomentar um ambiente plural de discussões. Nos últimos anos, com a abertura do Bacharelado em Relações Internacionais (em 2012), do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (em 2017) e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais (em 2019), a comunidade acadêmica da UFABC tem investido no entendimento da China e suas relações internacionais, bem como em compreender os impactos da ascensão chinesa para o Brasil. Nesse sentido, a UFABC foi uma das primeiras universidades no Brasil a abrir uma posição de concurso para contratar docentes especialistas em China, em 2016. Ainda, na graduação e nas pós-graduações há disciplinas que se dedicam exclusivamente a compreender a ascensão da China como potência. Assim, receber o VI Encontro da RBChina na UFABC harmonizou com as próprias prioridades de pesquisa e ensino da nossa instituição.

Foi também uma alegria hospedar, junto ao VI Encontro da RBChina, o 7º Seminário Pesquisar China Contemporânea, com o intuito de fortalecer a rede de pesquisas Brasil-China, e de ampliar o debate acadêmico sobre a China em seus mais diversos campos. A UNICAMP sediou desde 2017 o seminário. Nele, estudantes de pós-graduação e jovens doutores(as) têm tido a oportunidade de apresentar suas pesquisas e debatê-las com especialistas em seus respectivos temas. Em 2023, de forma muito generosa, a UNICAMP

aceitou o nosso convite para trazer o seminário para dentro do VI RBChina, o que contribuiu para enriquecer o evento.

Nos três dias de evento na UFABC foram promovidas mais de 20 mesas de discussões com a participação de acadêmicos, pesquisadores e profissionais que trabalham com a China, incluindo autoridades públicas, sindicalistas, pessoas do terceiro setor e estudantes de pós-graduação e graduação. Temas como energia, sustentabilidade, financiamento para o desenvolvimento sustentável, geopolítica e geoeconomia, a presença da China na América Latina, soft power chinês, desafios para o combate à fome e a pobreza, juventude, mundo do trabalho, a Iniciativa Cintura e Rota, e as relações Brasil-China, seu passado, presente e futuro foram profundamente discutidos por cerca de 80 apresentadores(as) durante o evento, especialistas de diversas instituições e partes do mundo. As discussões do evento mostraram que, para os próximos 50 anos, Brasil e China têm amplas oportunidades para serem exploradas visando elevar a qualidade das relações!

Capítulo 2

Mensagem do Vice-Presidente Geraldo Alckmin

Mensagem do Excelentíssimo Vice-Presidente da República e
Ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços,
Geraldo Alckmin – 24 de outubro de 2023

Amigas e amigos, parabéns pela realização do VI (sexto) Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina), no Campus da Universidade Federal do ABC, entre agora os dias 24 e 26 de outubro!

Quero cumprimentar a todos vocês na pessoa do professor Giorgio Romano, cumprimentando todos os profissionais da RBChina, que se dedica a refletir sobre estratégias para adensarmos as relações entre Brasil e China.

No âmbito da vice-presidência, temos a grande honra de coordenar, com apoio do Itamaraty, a sessão brasileira da COSBAN, o mais elevado mecanismo de concertação entre nossos países. A COSBAN coordena ações em todas as áreas da cooperação bilateral: agricultura, meio ambiente, indústria, saúde, cultura, educação, finanças, ciência e tecnologia, e energia. Por meio de encontros bienais, implementamos um grande número de parcerias que se traduzem em ganhos concretos para nossas populações.

E se China, ao longo das últimas décadas, adquiriu papel chave na política e na economia internacional, em nosso relacionamento bilateral não foi diferente. A China é desde 2009 o maior parceiro comercial do Brasil. E o Brasil o principal fornecedor de alimentos da China. Além disso, a China é uma importante fonte de investimento estrangeiro em áreas como energia, indústria manufatureira e tecnologia da informação, somando entre 2007 e 2022 um estoque de US\$ 71,6 bilhões.

Desde o início do governo, o presidente Lula tem dado atenção especial à China, além de diversos encontros entre autoridades de alto nível. A visita do presidente Lula a Pequim redundou na construção de consensos com o presidente Xi Jinping, que servirão como um guia seguro para nossos objetivos de longo prazo, porque o mundo pode ter muitos pontos cardeais, mas está claro que temos apenas um norte: o desenvolvimento sustentável com inclusão e inovação, gerando ganhos recíprocos.

Nesse sentido, a sétima reunião da COSBAN, que ocorrerá no primeiro semestre do ano que vem, será fundamental para, primeiro, reiterarmos nossas posições compartilhadas em favor de um multilateralismo benéfico, com uma governança reformada que reflita melhor o mundo em que vivemos. Dois: implementarmos o consenso alcançado pelos presidentes Lula e Xi, por ocasião da visita do presidente em abril deste ano, com foco na adoção de medidas concretas de cooperação para o enfrentamento das mudanças climáticas.

Com o indispensável apoio da iniciativa privada, por meio de fóruns, como Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), estamos identificando as áreas mais promissoras para expandir nossa relação econômica, agregando mais valor aos produtos que exportamos e diversificando setores em que a China investe no Brasil.

Com apoio de mecanismos multilaterais como o NDB, liderado pela presidente Dilma, temos uma oportunidade singular de aprovar projetos estruturantes, essenciais para promover a transição energética e conferir resiliência aos nossos centros urbanos em áreas como saneamento, energia solar, habitação e mobilidade.

Contaremos com as valiosas contribuições da RBChina para colocar em prática projetos de cooperação que permitam ao Brasil utilizar oportunidades externas para atender necessidades internas, reforçando os laços de confiança que caracterizam nossas relações com a China. Essa será a melhor forma de comemorarmos esse triplo aniversário que se avizinha: 50 anos de relações diplomáticas, 35 anos de parceria estratégica, e 20 anos da COSBAN, o ano que vem.

Parabéns e bom trabalho!

Capítulo 3

Mensagem do Embaixador da República Popular da China no Brasil, Zhu Qingqiao

Discurso do Excelentíssimo Embaixador da República Popular da China no Brasil, Zhu Qingqiao – 24 de outubro de 2023

Caros professores e alunos, boa noite!

Em primeiro lugar, queria pronunciar o meu nome: Zhu Qingqiao! Zhu é nome da família e Qingqiao é nome próprio. “Qing” significa azul-verde, e “Qiao” ponte. Ponte azul-verde.

É um prazer estar aqui hoje e agradeço à Universidade Federal do ABC pela organização deste evento. Em junho, neste mesmo auditório, o presidente Lula afirmou que a educação é o que dá o caminho e a luz. Com quase duas décadas desde a sua Fundação a Universidade Federal do ABC tem sido um berço de talentos para a construção do Brasil. Nos últimos anos, a universidade tem dedicado atenção ao estudo da China abrindo novas oportunidades para os alunos compreenderem tanto o meu país, quanto as relações entre China e o Brasil.

O evento de hoje é um encontro anual da Rede Brasileira de Estudos da China e também uma plataforma para acadêmicos, professores e alunos do Brasil apresentarem suas pesquisas relacionadas à China. Desde a sua criação há seis anos, a RBChina tem reunido muitas figuras do Brasil que são amigos e conhecedores da China, atuando como um Think Tank para promover o entendimento mútuo e orientar a cooperação entre os dois países. Gostaria de agradecer a presença da minha amiga e a senhora ministra Luciana Santos que não está hoje aqui, mas eu tenho muito contato com ela lá em Brasília discutindo as cooperações entre os nossos dois países na área da Ciência e Tecnologia. Isso mostra que toda a sociedade e inclusive ao governo brasileiro desejam aprofundar os laços com a China e incentivar intercâmbio acadêmico bilateral.

A China tem uma longa história e uma civilização esplendida, contudo após a Guerra de Ópio em 1840 o país se tornou numa sociedade semicolonial e semifeudal, o que atrasou consideravelmente seu desenvolvimento em relação ao mundo. Mas, o povo chinês, em vez de se curvar esse destino, estabeleceu a meta suprema de levar a diante a grande revitalização da nação chinesa. Em 1921 foi fundado o Partido Comunista da China, nos últimos 100 anos o partido

uniu e liderou o povo chinês da exploração árdua do caminho com esforços incansáveis, o que combinou com a independência do país e a emancipação da nação, tendo encontrado o caminho certo para a revitalização e o desenvolvimento. Criou com isso os milagres de um rápido crescimento econômico de longo prazo e uma estabilidade social prolongada.

Atualmente, a China é a segunda maior economia do mundo e líder em produção industrial, erradicou a pobreza absoluta e se consolidou como principal fonte de força para o desenvolvimento global, além de ser um pilar de estabilidade para a paz internacional. Olhando para essa gigantesca transformação, percebe-se que o que permitiu essa antiga nação chegar ao ponto em que está hoje é o gene de paz enraizado no espírito do povo chinês. Historicamente a China foi uma das nações mais poderosas do mundo por um longo período, mas nunca buscou expansão externa nem dominância global. Em vez disso, aspirava um mundo baseado nas concepções de harmonia sem uniformidade e um mundo para todos.

Desde a fundação da nova China estabeleceu-se uma política externa da independência e paz e o compromisso com a paz mundial foi inscrito na Constituição. O desejo de paz é justamente a origem cultural da proposta do presidente Xi Jinping de construir uma comunidade de futuro compartilhado para a humanidade. A China acredita que apesar das divergências entre os países há uma interdependência e uma comunidade de interesses entrelaçados e destinos comuns. É imperativo transcender ideias obsoletas, como o jogo da soma zero e a política do poder, para viver em paz e alcançar o desenvolvimento comum sobre a promessa de buscar terreno comum em meio à divergência.

Tanto na questão da Ucrânia, como a questão palestino-israelense, a China sempre se posiciona em favor da paz e do lado correto da história, apelando pela cessar-fogo pela desescalada de tensões e pela negociação de paz. Como ações concretas para construir uma comunidade de futuro compartilhado o presidente Xi Jinping propôs a Iniciativa Cinturão e Rota, a Iniciativa de Desenvolvimento Global, a Iniciativa da Segurança Global e a Iniciativa da Civilização Global, fornecendo soluções chinesas para o desenvolvimento e a prosperidade comum dos países do mundo. Este ano marca o 10º aniversário da Iniciativa Cinturão e Rota, nos últimos 10 anos essa iniciativa seguindo o princípio de ampla consulta, cooperação conjunta e benefícios compartilhados agregou mais de 3/4 dos países do mundo e viabilizou mais de 3.000 projetos de cooperação. Criou 420.000 postos de trabalho nos países parceiros e acelerou o desenvolvimento de cada vez mais países. Segundo uma projeção do Banco Mundial, até 2030 essa iniciativa tirará 7,6 milhões de pessoas da extrema pobreza e 32 milhões da pobreza moderada.

No terceiro fórum Cinturão e Rota para Cooperação Internacional realizado na semana passada em Beijing, o presidente Xi Jinping anunciou novas medidas para apoiar a cooperação de alta qualidade no âmbito da iniciativa. Cito aqui algumas: construir uma rede multidimensional de conectividade; estabelecer zonas piloto para a cooperação em comércio eletrônico; oferecer linhas de financiamento no valor de 700 milhões de yuans por instituições financeiras chinesas e aportar 80 milhões de yuans adicionais do fundo da Rota da Seda; executar o Plano de Ação para Cooperação de Ciência Tecnologia e Inovação, aumentando o número de laboratórios conjuntos para 100 nos próximos 5 anos, e oferecendo apoio a jovens cientistas que queiram trabalhar em programa de curto prazo na China; construir com países parceiros plataformas de cooperação multilateral em Think Tank, mídia, cultura e outras áreas. Esperamos que estudiosos brasileiros estudem a Iniciativa Cinturão e Rota com uma visão estratégica e de longo prazo, especialmente no que tange ao seu impacto profundo na cooperação sino-brasileira a ser alçada a plataformas mais amplas e a níveis mais elevados para a iniciativa.

Caros amigos, o mundo atual se encontra numa era de frequentes desafios e grandes transformações. Como os maiores países em desenvolvimento nos hemisférios oriental e ocidental e importantes economias emergentes, a China e o Brasil compartilham amplas aspirações e interesses comuns. Desde o início desse ano, o presidente Xi Jinping e o presidente Lula trocaram ideias em várias ocasiões e deram orientações estratégicas para inaugurar um novo futuro para as relações sino-brasileiras na nova era. A bem-sucedida visita de estado do presidente Lula à China em abril, em particular obteve resultados significativos e infundiu ímpeto reposto para a inspeção e aprofundamento de cooperação bilateral nos diversos campos.

Sob as novas circunstâncias, esperamos que mais universidades, Think Thanks, docentes e estudantes brasileiros tomem uma maior proatividade de entender e estudar a China, contribuindo com sugestões para renovar o ambiente das relações sino-brasileiras. Gostaria de recomendar especial atenção às seguintes palavras-chave: a primeira é mundialização a estilo chinês. Nos últimos 10 anos, a economia chinesa registrou uma média anual de 6.2% do crescimento respondendo por mais de 30% da expansão da economia global. Apesar das maiores volatilidades externas, a economia chinesa mostrou recuperação estável este ano, registrando uma alta de 5.2% de janeiro a setembro. Estamos atualmente engajados em um processo abrangente de revitalização nacional por meio da mundialização ao estilo chinês, isso significa colocar no topo das prioridades um desenvolvimento de alta qualidade e implementar novos conceitos que englobem inovação, coordenação, sustentabilidade,

abertura e compartilhamento com o objetivo de estruturar um novo paradigma de desenvolvimento em que as circulações doméstica e internacional se reforçam mutuamente, buscando a prosperidade comum para toda a população.

O governo brasileiro, por sua vez, também tem como foco transição verde e descarbonização da economia, dando ênfase à justiça social e ao desenvolvimento sustentável. A China gostaria de fortalecer a troca de experiências com o Brasil em governança e aprofundar a cooperação em domínios como alívio de pobreza, crescimento e inclusivo e desenvolvimento agrícola e rural, trazendo maiores benefícios para ambos os povos.

A segunda [palavra-chave] é a nova industrialização. Alcançar a nova industrialização é um dos objetivos gerais do desenvolvimento da China até 2035. A nova industrialização significa que em vez de repetir o caminho industrial percorrido pelo ocidente, faz-se adaptação e busca-se liderança com proatividade na nova onda de revolução tecnológica, viabilizando o desenvolvimento de alta qualidade. Isso está altamente alinhado com a estratégia de reindustrialização do governo brasileiro e com seu novo PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Ontem, na conferência anual do Conselho Empresarial Brasil-China, conversei com o vice-presidente Geraldo Alckmin e outras autoridades brasileiras sobre como melhor alinhar as estratégias de desenvolvimento de nossos dois países. Concordamos que é imperativo a China e o Brasil fazerem valer as oportunidades trazidas para a sociedade de informação, revolução tecnológica e transformação industrial para criar pontos de crescimento em setores como energia limpa, manufatura avançada, agrícola e inteligente, economia digital e biotecnologia. São temas de vanguarda que merecem estudos mais aprofundados pelo setor acadêmico dos dois lados e suas sugestões em prol da sofisticação da parceria sino-brasileira.

A terceira [palavra-chave] é desenvolvimento impulsionado pela inovação. Atualmente, a China considera a autossuficiência tecnológica um pilar estratégico para o crescimento nacional e leva adiante a estratégia de desenvolvimento impulsionado pela inovação. O Brasil também é um importante país emergente em tecnologia, os dois países dispõem de múltiplos mecanismos governamentais de intercâmbio e cooperação em Ciência Tecnologia e Inovação, abrangendo áreas como tecnologia espacial, informática e telecomunicação, energias renováveis, novos materiais, ciência agrícola e pesquisa básica. Este ano, com o acompanhamento pessoal da ministra Luciana Santos, a China e o Brasil mantiveram uma comunicação eficaz sobre mecanismo com a sub-comissão de Ciência Tecnologia e Inovação de COSBAN. Estamos dispostos a aprofundar nossa cooperação em projetos de referência, como satélite, e abrir o

caminho para explorar o potencial de cooperação em áreas como internet das coisas, computação em nuvem, Inteligência Artificial e semicondutores. Vamos fortalecer a sinergia entre instituições de pesquisa e indústrias impulsionando a formação de jovens cientistas.

Damos as boas-vindas à participação de instituições como o Centro de Engenharia Modelagem e Ciências Sociais (CECS) da Universidade Federal de ABC! Juntos vamos tornar a inovação tecnológica em um catalizador e acelerador da parceria sino-brasileira na nova era.

A quarta [palavra-chave] é intercâmbio e aprendizado mútuo entre as civilizações. A Iniciativa da Civilização Global proposta pelo presidente Xi Jinping salienta o respeito à diversidade das civilizações do mundo, defende igualdade, aprendizado mútuo, diálogo e inclusão entre as civilizações. Advoga também pelas prescrições de superar o distanciamento com os intercâmbios, os conflitos com aprendizado mútuo, o complexo de superioridade com a inclusão. O Brasil é uma grande nação culturalmente diversa e inclusiva, nos últimos anos o intercâmbio cultural entre os dois países tem se intensificado e a compreensão mútua entre nossos povos tem se aprofundado, consolidando o apoio de opinião pública à cooperação bilateral.

Estamos dispostos a intensificar ainda mais os intercâmbios com o Brasil nas áreas da educação, cultura, esporte, Think Tanks e mídia, com isso vamos fortalecer o aprendizado mútuo, construir novas pontes e dar novos impulsos para a amizade e o entendimento entre os dois povos, assim como para o processo de mutualização dos dois países.

No ano que vem, a China e o Brasil comemoram os 50 anos das relações diplomáticas. Confúcio diz que aos 50 anos compreende-se a aspiração do céu. De acordo com a filosofia tradicional chinesa aspiração do céu é a aspiração do povo, que significa o anseio dos povos para uma vida melhor. Ao longo desse meio século, a China e o Brasil sempre mantiveram um relacionamento bilateral pautado em respeito, igualdade, benefício recíproco e cooperação de ganhos mútuos, conquistando resultados frutíferos que têm beneficiado significativamente os nossos povos. Acredito que o magnífico capítulo da amizade sino-brasileira nos próximos 50 anos trará benefícios ainda maiores para os povos. É imperativo que os estudiosos e jovens da China e do Brasil, em conformidade com as aspirações dos nossos povos, assumam a responsabilidade histórica e contribuam com sua sabedoria e força para o avanço das relações sino-brasileiras. A nossa embaixada vai continuar a dar apoio para um maior intercâmbio e cooperação entre as universidades e Think Tanks dos dois países. Juntos vamos construir um futuro promissor para as nossas relações e nossa amizade. Desejo a todos um evento plenamente exitoso. Muito obrigado!



Mesa de abertura do VI RBChina, no telão está o Vice-Presidente Geraldo Alckmin, em vídeo que enviou para a abertura do VI RBChina; na mesa central, da esquerda para a direita: Aroaldo Oliveira (Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e Diretor Executivo do Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), Zhu Qingqiao (Embaixador da República Popular da China no Brasil), prof. Dácio Matheus (Reitor da UFABC), profa. Ana Tereza L. M. de Sousa (Coordenadora Adjunta do VI RBChina e docente da UFABC), prof. Marcos Vinicius Pó, (Diretor do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC), Thomas Law (Presidente do IbraChina) e Mario Reali (Secretário-Executivo Consórcio Intermunicipal Grande ABC). Fonte: organização do VI RBChina. Fonte: organização do VI RBChina.



Auditório lotado da UFABC durante a mesa de abertura do VI RBChina. Fonte: organização do VI RBChina.



Da esquerda para a direita: Aroaldo Oliveira (Presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC e Diretor Executivo do Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC), Zhu Qingqiao (Embaixador da República Popular da China no Brasil) e prof. Dácio Matheus (Reitor da UFABC). Fonte: Sérgio Silva/ Fundação Perseu Ábramo.



Profa. Ana Tereza L. M. de Sousa (Coordenadora Adjunta do VI RBChina e docente da UFABC). Fonte: Sérgio Silva/ Fundação Perseu Ábramo.



Thomas Law (Ibrachina), durante a mesa de abertura do VI RBChina. Fonte: Sérgio Silva/ Fundação Perseu Ábramo.



Público durante o VI RBChina, em destaque a Embaixadora Irene Vida Gala (MRE). Fonte: organização do VI RBChina.



Na imagem está Zhu Qingqiao (Embaixador da República Popular da China no Brasil) e prof. Dácio Matheus (Reitor da UFABC) durante uma apresentação realizada pela Profa. Mathilde Champeau, acerca de um projeto de pesquisa inovador desenvolvido pela UFABC junto com a empresa Prometeon, controlada pela estatal chinesa Sinochem. O projeto desenvolveu uma composição mais promissora de borracha para a nova geração de pneus com maior resistência, o que aumenta a segurança de grandes veículos. Fonte: organização do VI RBChina.

Parte II – A ascensão da China e os impactos sobre a América Latina

Capítulo 4

A relevância do conceito de *soft power* para a compreensão da China contemporânea

Charles Diego Antonio³

Introdução

Abordamos os principais temas discutidos na mesa “*Arte e Soft Power: aspectos culturais dos estudos chineses*”, realizada durante VI Encontro da RBChina e VII Seminário Pesquisar a China Contemporânea. A mesa teve como **mediador** o pesquisador **Francisco Falsetti Xavier**⁴ (FACAMP). Os palestrantes foram: **Caterina Paiva**⁵ (Instituto Confúcio da Universidade de Coimbra), **Paulo Menechelli**⁶ (UNB) e **Kelly Ferreira**⁷ (PUC – Campinas).

A mesa foi organizada pela Observa China, organização fundada no contexto da pandemia, por jovens estudantes que buscam abrir e difundir o debate sobre a China em língua portuguesa, além de organizar uma

3 Possui graduação e licenciatura em Geografia pela USP. Atualmente é mestrando pelo PRI-UFABC.

4 Mestrado em Relações Internacionais pela School of International and Public Affairs (SIPA) – Jilin University – China. Bacharel em Relações Internacionais e Ciências Econômicas pelas Faculdades de Campinas – FACAMP – Brasil.

5 Doutoranda em História e Teoria de Arte pela Universidade de Pequim, é Mestre em Filosofia pela Universidade de Fudan, e Mestre em Antropologia Social e Cultural pela East China Normal University. Possui licenciatura em Antropologia pela Universidade de Coimbra.

6 Doutor e Mestre em Relações Internacionais pela UnB e Bacharel em Direito pela USP. É secretário geral do Centro de Estudos Globais (UnB), pesquisador do Laboratório de Estudos de Mídia e Relações Internacionais (LEMRI UFRJ-UERJ). Foi pesquisador visitante da Universidade de Estudos Estrangeiros de Pequim, China, e da Universidade da Virgínia, Estados Unidos;

7 Diretora e Professora do curso de Relações Internacionais da PUC Campinas, Doutora em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais sobre Ásia na Universidade de São Paulo. Possui mestrado em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas (UNICAMP/UNESP/PUC-SP), Especialização em Econometria pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e Bacharelado em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

comunidade pensante. O tema central que transpassou todas as apresentações foi o conceito de *Soft Power* aplicado à diplomacia cultural da China em suas diversas expressões. O objetivo principal do painel foi discutir outras possibilidades de pesquisar a China. O campo da economia, envolvendo a infraestrutura, tecnologia, e inovação é bastante explorado. Em contrapartida, apesar de ser um tema de extrema relevância, a cultura é um campo de pesquisa pouco trabalhado, sobretudo em língua portuguesa. Assim, como veremos a seguir, a relevância do estudo sobre cultura e *Soft Power* chinês é grande, uma vez que a cultura é vista como um foco importante para os líderes do Partido Comunista Chinês (PCCh).

A relevância de analisarmos o *soft power* para compreender os aspectos culturais nos estudos chineses contemporâneos

O ex-presidente da República Popular da China, Hu Jintao, que ocupou o cargo entre 2003 e 2013, em seu discurso proferido no XVII Congresso Nacional do Partido Comunista Chinês, realizado em outubro de 2007, afirmou que a cultura é encarada como um importante foco da diplomacia chinesa. “Na presente era, a cultura tem se tornado cada vez mais uma importante fonte de coesão [...] nacional e um fator de crescente relevância na competição pelo poder nacional abrangente” (NEWS OF THE COMMUNIST PARTY OF CHINA, 2007, s/p.)⁸. O líder chinês, à época, tratava da necessidade de focar esforços no chamado *Soft Power*, sendo essa uma das primeiras oportunidades em que tal conceito foi abordado em um discurso oficial do governo de Pequim.

O conceito de *Soft Power* foi criado pelo cientista político norte-americano Joseph Samuel Nye Jr. na década de 1990, abrangendo a ideia de um poder brando de convencimento em oposição ao tradicional *Hard Power*, poder de coação. Em outras palavras, seria uma forma de exercer influência, permitindo que um Estado alcance os resultados desejados na política global ao conquistar a adesão de outros Estados, em vez de forçá-los por meio da força bruta. Os textos de Nye, publicados em 1990, foram traduzidos em 1991 e 1992 para o mandarim, pelo importante teórico chinês Wang Huning, que na época era professor universitário. Atualmente, Wang é o Presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, sendo considerado um dos mais importantes conselheiros de Xi Jinping.

⁸ Full text of Hu Jintao's report at 17th Party Congress, disponível em: http://np.china-embassy.gov.cn/eng/Features/200711/t20071104_1579245.htm

No contexto do início dos anos de 1990, instaurou-se um intenso debate interno na China a respeito do conceito de *Soft Power*, uma vez que Nye defendia a ideia de que essa ferramenta da política externa dos Estados Unidos seria uma das causas para explicar, por exemplo, a Queda do Muro de Berlim. Para Paulo Roberto Tadeu Menechelli Filho, no cenário interno chinês, adotou-se uma perspectiva defensiva em relação ao conceito de *Soft Power*, afinal, se o poder brando foi utilizado para minar os regimes da Alemanha Oriental e da União Soviética, por quais motivos não poderiam ser igualmente utilizado contra o regime chinês?

Entretanto, o próprio Nye se mostrou surpreso com o uso de seu conceito em um discurso oficial proferido por um líder chinês, pois para ele estava subentendido que para falar de *Soft Power* era necessário pensar em democracia nos moldes liberais, contudo ele escreveu expressamente sobre “valores políticos”, e não sobre democracia liberal. Ora, o socialismo com características chinesas não pode ser considerado um valor político? Nye entende que a China possui um déficit de *Soft Power*, pois argumenta que o conceito deriva de três fontes, a saber: cultura, valores políticos e política externa, e que surge eminentemente da sociedade civil. Para Nye, na China existe uma forte ingerência do Estado e a única coisa que o governo chinês pode fazer, para melhorar o *Soft Power* do país, é sair do caminho (NYE, 2015)⁹. No entanto, é possível depreender que, nas palavras do pesquisador Paulo Roberto Tadeu Menechelli Filho: “tanto valores políticos, quanto políticas externas são eminentemente governamentais, são estatais, tem uma participação do Estado muito grande, então ocorre uma confusão conceitual a respeito de qual dessas fontes deve sair da frente. É um debate que o próprio Nye já enfrentou mil vezes”.

O atual presidente chinês Xi Jinping, no cargo desde a saída de Hu Jintao em 2013, reafirmou a importância do fortalecimento do *Soft Power* chinês. São muitos os exemplos, podemos citar parte do seu discurso feito na Conferência Central de Trabalho com o Exterior, realizado em 28 de novembro de 2014, onde afirmou que: “Vamos reforçar o nosso poder brando, contar bem as histórias chinesas e desenvolver bem os trabalhos de publicidade no exterior” (JINPING, 2019, p. 547). A China busca, pelo que pode ser depreendido dos discursos de seus mais recentes líderes, entre muitos outros objetivos, ampliar sua capacidade de se comunicar com a sociedade internacional.

A relevância dos estudos a respeito da potência global e asiática se mostra para além daqueles que envolvem o campo da infraestrutura, tecnologia

⁹ Texto completo disponível em: <https://www.wsj.com/articles/SB10001424052702304451104577389923098678842>

e inovação. Para Menechelli: “esse é um tema que dentro da China é muito analisado, [...] os próprios líderes chineses estão nos falando que esse é um tema importante para eles”. O debate envolvendo essa crescente área é amplo no exterior, e Menechelli nos traz entre diversos trabalhos, a exemplo do livro: “*Soft power with chinese characteristics*”, publicado em 2020, que busca ampliar as análises práticas a respeito das tentativas com PCCh em ampliar a atuação do *Soft Power* chinês ao redor do mundo.

Cinema como importante ferramenta do *soft power* chinês

Quando foi a última vez em que você assistiu um filme hollywoodiano em que o vilão principal era um chinês? Se você não consegue se lembrar, é pelo fato de que filmes com essa característica são cada vez mais raros.

Menechelli defende que o cinema tem sido utilizado como um importante instrumento através do qual a China vem buscando divulgar e defender suas visões de mundo. Na visão do autor, tal ação tem ocorrido por meio de três frentes, sendo elas: a intensificação de sua relação com *Hollywood*; a realização cada vez maior de coproduções com o cinema estadunidense; e a produção dos chamados *blockbusters* chineses.

A intensificação da relação entre os estúdios de cinema chineses e *Hollywood*, tem como principal intuito moldar os filmes estadunidenses, que passam a ser feitos para o mercado chinês. A expressão: “*Hollywood made in China*” utilizada para exprimir a ideia de que cada vez mais filmes estadunidenses estão sendo veiculados e produzidos em parceria com produtoras chinesas, pode ser atualizada para: “*Hollywood for China*”, na qual temos expressa a ideia de que os estúdios estadunidenses têm uma dependência cada vez maior dos investimentos e do consumo do mercado chinês. Tal dependência vislumbra a possibilidade de que os chineses possam lograr maior êxito na sua pretensão de mudar a imagem de seu país tal qual ela foi veiculada nos filmes ocidentais até recentemente. No cenário atual, os filmes hollywoodianos estão sendo cada vez mais produzidos para o mercado chinês.

Como emblemático exemplo dessa mudança de perspectiva, o autor traz o filme “*Perdido em Marte*”, de 2015. No enredo, um astronauta da Nasa, encontra-se em uma situação desesperadora ao se perder de sua equipe e ser abandonado no planeta vermelho. Parte da solução do enredo ocorreu quando cientistas do programa espacial chinês, que não haviam sido mencionados na história até aquele momento, prontificaram-se a fornecer o foguete que seria utilizado para salvar o personagem principal. Após o resgate, o narrador do

filme diz: “Sem a China isso não seria possível”. Vale destacar que, nesse caso, trata-se de uma produção inteiramente dos Estados Unidos. Por qual motivo é veiculada essa espécie de propaganda chinesa? Para Menechelli: “um dos argumentos é o de que a bilheteria da China é a maior do mundo, naquela época já estava caminhando para ser, e *Hollywood* precisa desse mercado. Os filmes de *Hollywood* só fazem sucesso se eles estreadem na China”.

Os exemplos dessa mudança de cenário são numerosos e vão desde a produção de cenas exclusivas para o público chinês em filmes *blockbuster*, até o “desaparecimento” de vilões chineses nos filmes hollywoodianos. No livro: “*Hollywood made in China*”, de 2017, da autora Aynne Kokas e na reportagem do New York Times: “*How China is rewriting its own script*”¹⁰, de 2018, podemos entender melhor o mencionado “desaparecimento”. Na adaptação de “*Red Dawn*”, filme de 2012, o enredo original que chegou a ser gravado e produzido apresenta uma história em que as forças armadas chinesas realizam um ataque coordenado em solo norte-americano. Pouco antes da estreia a MGM, temendo a repercussão negativa, decidiu por alterar digitalmente todas as cenas em que os vilões apareceriam para que eles utilizassem, na versão final, uniformes e símbolos que fizessem menção à Coreia do Norte. Apesar dos esforços dos produtores, o filme não teve uma boa repercussão em razão de todo esse ocorrido. Nas palavras de Menechelli, esses são alguns dos casos que ressaltam a ideia de que os estúdios hollywoodianos chegaram à conclusão de que: “não vale a pena rivalizar com a China, para não perder acesso a mercados e investimentos”.

Outro aspecto relevante envolvendo esse controle de conteúdo pode ser exemplificado quando no filme “*Missão Impossível 3*”, de 2006, o personagem interpretado pelo ator Tom Cruise, em uma determinada cena, passa correndo pelas ruas de Xangai, onde muitas roupas estão penduradas do lado de fora das casas. Temendo que isso pudesse ser visto como uma imagem negativa que reforçasse o estereótipo de um país subdesenvolvido, as autoridades chinesas requisitaram que essa cena fosse alterada ou retirada do filme, o que acabou sendo acatado pelo estúdio.

O tema censura, em relação aos filmes estrangeiros, é tratado abertamente pelas autoridades chinesas, não sendo um problema para eles tratar dessa temática. Novamente citando as palavras de Menechelli: “A China fala que existe censura na China”. Contudo, faz-se mister ressaltar que nas produções estadunidenses ocorre o mesmo. Para ficar no mesmo exemplo, a

10 Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2018/11/18/world/asia/china-movies.html>

ligação entre relações internacionais e cinema é bastante evidente e em filmes como “*Rambo*”, “*Superman*” e “*Top Gun*” podemos verificar uma grande ode aos Estados Unidos e curiosamente, tais obras, não são vistas, por muitos, como filmes-propaganda.

A segunda frente de ação são as coproduções. Atualmente, somente 34 filmes estrangeiros, considerados grandes produções, podem entrar no mercado chinês a cada ano. Um dos caminhos para fugir dessa cota são as coproduções com a China, que dão a esses filmes o *status* de doméstico e garante, também, um maior controle sobre ele.

Por fim, a terceira frente envolve a produção de *blockbusters* chineses que buscam ter uma repercussão global. A produção “*Wolf Warrior 2*”, apelidado de “*Rambo chinês*”, traz um ponto de vista da mudança na posição da diplomacia chinesa para uma postura muito mais assertiva. Trata-se de um filme patriótico, onde imagens da bandeira da China são veiculadas de maneira exaustiva, nada muito diferente do que já foi e ainda é feito pelo cinema dos Estados Unidos. Filmes que de maneira geral ainda fazem pouco sucesso no exterior, mas que têm ganhado cada vez mais espaço. No ano de 2021, a China se tornou o maior mercado cinematográfico do mundo.

Qual o papel da arte contemporânea?

Caterina Paiva destaca como grande marco do início da chamada “arte contemporânea chinesa” a exposição informal que ocorreu nas grades que cercavam o Museu Nacional da Arte, em Pequim em novembro de 1979, poucos anos após o fim da “Revolução Cultural”. De acordo com a autora, a exposição aconteceu em um momento que antecedeu de fato a implementação das reformas de Deng Xiaoping, mas que foi marcado nas suas palavras: “Por uma certa liberalização da política, e chegam a entrar para a China traduções de textos e análises de arte que se fazia até então, essencialmente aquilo que se designa de início da arte moderna e pós-moderna do norte global”¹¹. Na Europa e nos Estados Unidos, movimentos como o dadaísmo e a arte pop ganharam força e começaram a encontrar na China um público bastante receptivo, sobretudo por parte dos artistas amadores, aqueles que não haviam frequentado as escolas oficiais de arte.

11 Ao ser questionada sobre o sentido do termo liberalização a pesquisadora portuguesa afirmou que empregou a expressão no “sentido mais amplo possível, mais clássico que pôde encontrar, como uma quebra clássica numa forma de pensar pautada pela luta de classes, baseada no pensamento de Mao-Tsé Tung” e, por outro lado, por uma abertura do mercado chinês promovido pelas reformas de Deng Xiaoping.

A exposição de 1979, como dito, ocorreu de maneira informal. Cerca de 23 artistas expuseram um total de 160 obras nas grades que cercavam o Museu Nacional da Arte, em Pequim. A principal influência para a confecção das obras foi, sem dúvidas, o expressionismo europeu. Um grande público foi atraído para acompanhar a exposição. Em razão da falta de autorização, a polícia retirou as obras e uma série de protestos ocorreram nos dias seguintes. Os manifestantes pediam pela liberdade de expressão e de produção da arte. Esse episódio nas palavras de Paiva “marca o início do movimento contemporâneo na China”.

O Ministério da Cultura, percebendo a repercussão popular, autorizou que a exposição fosse transferida a um parque e, posteriormente, os artistas foram convidados a expor dentro do próprio Museu Nacional da Arte. Catarina Paiva compreende que a arte que exaltava os trabalhadores e a revolução era notadamente bem-vinda pelo governo de Pequim, mas defende a visão de que o problema, que incomodava as autoridades chinesas, morava na possibilidade de realização da arte apenas pela arte.

Em 1989, ocorreu a segunda exposição desse tipo, também em Pequim. O número de artistas que expuseram seus trabalhos saltou para 186, dando conta de apresentar cerca de 300 peças. Dessa vez, a exposição teve forte influência do movimento chamado *New Wave*. Para Paiva: “Essa exposição foi bastante diversificada, bastante associada com uma certa tendência de pensar a arte de forma extremamente conceitual e idealizada”.

A exposição de 1989 contribuiu para a proliferação dos periódicos de arte. Passados dez anos da primeira, já existiam historiadores e especialistas em arte formados durante esse intervalo de tempo que produziam para tais periódicos. Essa classe de teóricos passou a publicar com linguagem mais direcionada ao público geral.

A pesquisadora destaca outro movimento que foi designado em retrospecto de “*Bentu*”, que significa “de volta às origens”, e tornou-se popular por meio do artista Xu Bing, aclamado no cenário internacional. A obra de Xu Bing, chamada “*O Livro do Céu*” é totalmente constituída por caracteres falsos que não são legíveis e foi altamente bem recebida no exterior, e pela população chinesa. Ela se tornou bastante popular por trazer a discussão da filosofia da linguagem que, de acordo com a autora, não era debatida desde 1911 com a entrada na modernidade chinesa. Outro elemento do movimento “*Bentu*” é a associação entre caracteres e a representação de paisagens, obras essas que se popularizaram com extrema facilidade no exterior em razão de serem facilmente identificadas como arte contemporânea chinesa.

Em 1992, foi criada a primeira feira de arte nos arredores de Hong Kong. Os artistas chineses passaram a efetivamente ter a possibilidade de comercializar sua arte. Cresceu o interesse no mercado interno chinês, mas também dos estrangeiros, sobretudo os europeus e estadunidenses. Posteriormente, foram estabelecidas feiras de arte contemporânea chinesa fora da China, como em Paris e Nova Iorque. Atualmente, as obras dos artistas chineses estão em praticamente todas as grandes exposições do mundo.

Paiva conclui afirmando que a arte contemporânea chinesa teve forte influência externa, contudo, atualmente, pode-se afirmar que o país possui uma produção robusta e internacionalmente reconhecida pela sua excelência.

As questões internas relacionadas ao *soft power*

Como a China está sendo afetada pelo *Soft Power* de outros e como isso tem repercutido no ambiente interno? Para a pesquisadora Kelly Ferreira o incômodo interno causado pelas influências estrangeiras traz reações que se manifestam nas políticas públicas chinesas.

Para além da já tão mencionada influência dos Estados Unidos, a política externa sul-coreana, desde a década de 1990, trabalha a chamada exportação de cultura. Ações estas que são instrumentalizadas pelo governo de Seul. Para a palestrante Kelly Ferreira, uma evidência dessa instrumentalização da exportação cultural por parte do governo sul-coreano é o fato de que uma parcela do PIB daquele país é destinada a impulsionar o alcance de seu *Soft Power* no exterior. Contudo, a pesquisadora não entende essa prática como uma técnica inovadora, mesmo assim, propõe a pergunta: Por quais razões o *Soft Power* sul-coreano tem surtido efeito no território da China a tal ponto que vem causando preocupação nas autoridades chinesas? Nas palavras de Ferreira, essa maior efetividade “se deve a algumas características culturais que esses povos compartilham, [...] que vem, por exemplo, sobre a esfera cultural confucionista, a estrutura patriarcal de família, tradição de culto dos antepassados, a devoção filial e a transição populacional”. A autora compreende que essas características compartilhadas facilitam a assimilação das produções sul-coreanas por parte dos chineses de maneira muito mais fácil do que uma obra estadunidense, em razão do distanciamento cultural em relação aos americanos.

Ferreira afirma que já em meados dos anos 1990, o efeito das novelas, dos filmes coreanos, era claramente perceptível em território chinês. A autora narrou que o incômodo do governo chinês surgiu quando se verificou

a existência de comportamentos que não seriam considerados desejados. A chamada economia dos fã clubes, baseada na influência dos *idols*, os ídolos, sobretudo da música sul-coreana da linha do *kpop* e artistas de novela, faria com que muitos jovens perdessem boa parte de seu tempo se dedicando ao culto dessas figuras. Os jovens passariam a ser influenciados pelos valores e atitudes dessas figuras, algo não desejado pelo governo central chinês, pois, em última instância, como afirma Ferreira: “esses *idols* são criados para promover valores e cultura coreana”.

Para Ferreira, o governo chinês olha para essas interferências do *Soft Power* de outros países sobre a sua população, preocupando-se com de que forma e quais poderão ser as mudanças comportamentais que elas podem trazer para sua população. Nas palavras de Menigueti: “A China tem um *Soft Power* de mão dupla, projeção e defesa, para coesão interna, se preocupa muito em se proteger dessas influências externas”, como pudemos ver, por exemplo, os receios que marcaram o início do movimento da arte contemporânea chinesa e razão de sua influência externa. Outro exemplo destacado foi o projeto cinematográfico chinês que tem a proposta de evitar que filmes estrangeiros tenham grande projeção interna. Para o pesquisador existe uma multiplicidade de objetivos, o projeto também busca a internacionalização, mas a China se mantém ajustando esse fino equilíbrio entre se projetar e se defender por meio da ferramenta do *Soft Power*.

Conclusão

O uso do termo *Soft Power* e sua aplicação para fins de pesquisa levantam uma série de discussões até mesmo no Ocidente, onde o termo foi criado. Contudo, é inegável que continua sendo um termo utilizado pelo governo chinês. Por quais motivos o governo chinês usa um termo de uma corrente neoliberal se o pensamento do PCCh é orientado pelo socialismo com características chinesas? É difícil traçar os motivos exatos pelos quais os líderes do PCCh reiteram a utilização do termo.

O conceito se tornou um *slogan* do governo, um símbolo. Para Nye, por mais que o conceito tivesse, no início dos anos 1990, sido adotado na China como uma ferramenta analítica, quando foi traduzido por Wang Huning, atualmente estaria sendo desvirtuado ao ser utilizado como uma forma de mover pessoas em prol de um objetivo governamental. Ora, mas se consideramos que o próprio Nye atuou em favor do governo dos EUA, poderíamos afirmar que seu conceito também perdeu seu sentido original.

O uso do termo pelos chineses seria uma tentativa de buscar uma terminologia que propositalmente dialogue com o discurso estadunidense? Tratar-se-ia de um termo guarda-chuva que busca compreender a cultura que a China quer exportar?

Independentemente da questão conceitual, verifica-se um crescimento do interesse e da influência dos produtos culturais chineses ao redor do mundo. O crescimento já pode ser percebido no próprio Estados Unidos, como é o caso da presença chinesa nas decisões envolvendo as produções de *Hollywood*. Os dados, ainda escassos, já começam a nos mostrar um panorama da ampliação do interesse internacional a respeito, por exemplo, da arte contemporânea chinesa.

A China tem grande clareza e se movimenta para mover sua indústria criativa, pois percebe igualmente uma forte influência do *Soft Power* externo sobre sua população.

Referências

EDNEY, Kingsley; ROSEN, Stanley; ZHU Ying. **Soft Power with Chinese Characteristics: China's Campaign for Hearts and Minds**. Routledge, 2020.

JINPING, Xi. **A governança da China**. v. 2. 1. ed. Rio de Janeiro: Contraponto: Foreign Language Press, 2019.

KOKAS, Aynne. **Hollywood Made in China**. University of California Press, 2017.

NYE, Joseph S. **Soft Power: The Means to Success in World Politics**. Nova Iorque: PublicAffairs, 2004.

Capítulo 5

Desenvolvimento das relações de trabalho na China: proletarização, novas formas de precarização

Emanuela Almeida da Silva¹²

O debate sobre a China desperta paixões e ódios. A colocação de Aroaldo Oliveira no início de sua exposição na mesa “China e o mundo do trabalho” sintetiza o caráter das discussões sobre China, seja no âmbito da sociedade, política, mídia e, por vezes, até mesmo acadêmico. A pandemia da Covid-19 amplificou desconfianças e conspirações que já existiam na sociedade brasileira, dado que antes das *fake news* sobre a “culpa” da China na pandemia, a apreensão era de que a prevalência cada vez maior de produtos *Made in China* no mercado brasileiro implicaria em uma dominação econômica e política.

Entretanto, independente de teorias conspiratórias, a dinâmica do trabalho na China é vista por alguns como extremamente rigorosa e exploratória para com os trabalhadores chineses, sendo essa uma das causas de sua ascensão econômica. Em meio à estereótipos e simplificações, é necessário um debate sério sobre a dinâmica de trabalho da China que vá além da visão do país como “fábrica do mundo”, analisando as transformações ocorridas ao longo das últimas décadas, a distribuição da população no meio urbano e rural, por setores econômicos, bem como suas implicações e confluências no Brasil e outros países.

É esse o tema que perpassa as exposições de Isabela Nogueira, professora adjunta do Instituto de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, além de coordenadora do LabChina na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Esther Majerowicz, doutora em ciências econômicas pela Université Paris 13, doutora em economia política internacional pela UFRJ e professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; e Aroaldo Oliveira, trabalhador da Mercedes Benz, formado

12 Graduanda em Ciências e Humanidades e Relações Internacionais pela UFABC. Membro do grupo temático Brasil-China no Observatório de Política Externa e Inserção Internacional Brasileira (OPEB).

em ciências sociais pela Fundação Santo André, atual presidente da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, além de diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Proletarização

Esther Majerowicz abordou em sua fala como as condições de subsistência dos trabalhadores rurais chineses foram de forma coercitiva por mecanismos políticos pelo Estado, que deprimiu a renda a despeito da produtividade no campo por um longo período, através do nível de preços, impostos crescentes e o sistema de crédito, gerando a extração de cerca de 20% do PIB agrícola. Dessa maneira, ocorreu um descampesinação e proletarização na China de 1985 a 2004, com uma acumulação primitiva direcionada ao excedente produzido pelo trabalhador, além de expropriação de terras, inicialmente para projetos de infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Em contrapartida, desde 2004, o processo de descampesinação ocorre por meio da acumulação primitiva propriamente dita, isto é, expropriação econômica. Trata-se do resultado da lei da concorrência: os trabalhadores assalariados se tornaram redundantes dada a acumulação capitalista e o avanço tecnológico por ela proporcionada. Também há uma falsificação da propriedade da terra: os trabalhadores têm formalmente o direito à terra, mas não decidem o quê, como e quanto será produzido devido à modalidade de agricultura por contrato com grandes empresas. A acumulação primitiva no sentido clássico ganhou espaço nessa fase, com a expropriação de terras para uso agrícola.

Como complementado por Isabela Nogueira, esses processos implicaram em coações políticas e econômicas para os trabalhadores deixarem o campo em direção ao meio urbano para serem absorvidos pela indústria moderna de forma constante desde a década de 1980, com os trabalhadores do setor primário passando de 70,5% em 1978 para 22,9% em 2021 do total da classe trabalhadora. Por sua vez, o setor secundário passa de 17,3% para 29,1%. Já o setor terciário teve um aumento ainda maior: de 12,2% para 48% (NBS, 2022).

Determinação salarial e precarização entre 1990 e os anos 2000

Isabela Nogueira tem como pano de fundo na pesquisa em que apresenta o pensamento de sociólogos do trabalho e economistas marxistas acerca dos salários, destacando que são consequência de fatores como o

tratamento da questão agrária (Majerowicz, 2022; Hung, 2009), da luta política da classe trabalhadora (Lee, 2018; Pun, 2010) e as formas que a acumulação de capital assume (Nogueira e Qi, 2023).

Entre os anos 1990 e 2000, a grande característica do mercado de trabalho chinês é o que uma parte da literatura define como semi-proletarização da indústria: há a precarização do trabalho com o migrante sem registro, que deixava as zonas rurais para trabalhar em grandes fábricas-dormitórios, mas que tinha a possibilidade de retornar para a zona rural em que sua família mantinha a terra nos momentos de desaceleração econômica. Segundo Qi (2019), essa condição de semi-proletarização permitiu que os capitalistas pagassem salários abaixo do salário de produção. Vale ressaltar que a política de extração do excedente produzido pelos trabalhadores no campo contribuiu para gerar e agravar essa situação de semi-proletarização.

Embora a China não seja caracterizada pelos estudiosos como um Estado capitalista neoliberal, mas desenvolvimentista, os baixos salários no país foram condição fundamental para o ataque neoliberal do capital sobre o trabalho que assume um caráter global, com a reconfiguração da produção industrial, que passa a se instalar na China. A partir de então, a trajetória de salários no país se tornou fundamental para o cálculo capitalista da taxa de lucro, revertendo temporariamente a tendência de queda perceptível desde os anos 1970.

Essa reconfiguração da produção industrial global também repercutiu no Brasil, visto que, combinado ao boom das commodities e políticas de desindustrialização, o país perdeu espaço na participação da produção industrial global. Ocorre uma inversão quando se compara o cenário atual ao de 1990: o Brasil, que ocupava a 26ª posição no ranking industrial global, passa para a 42ª, enquanto a China vai da 35ª posição para a 2ª, como enfatizado por Aroaldo Oliveira.

Crescimento salarial e Lewis Turning Point

Todavia, como Isabela Nogueira pontua, o salário dos trabalhadores migrantes chineses, estagnado desde a década de 1990, passou a crescer continuamente em meados da década de 2000 até o presente. De acordo com os dados do National Bureau of Statistics (NBS), em 2001 a distância do salário de um trabalhador chinês comparado ao de um trabalhador estadunidense era de cerca de 27 vezes, enquanto em 2021 essa diferença caiu para 3,5 vezes. Ainda há competitividade dos salários na China em relação aos países centrais, mas significativamente menor.

A partir de 2010, há uma tendência de fábricas, especialmente intensivas em capital, deixarem a China em direção a países como Tailândia, Vietnã, Indonésia e Bangladesh. Essa mudança ocorreu justamente em decorrência do aumento dos salários e, com isso, surge uma literatura neoclássica afirmando que a China teria atingido o Lewis Turning Point, isto é, o aumento dos salários devido ao fim da oferta ilimitada de trabalho.

O modelo conceitual do Lewis Turning Point divide o desenvolvimento econômico em três etapas:

1. há um excedente de trabalhadores no setor agrário, que recebem salários de subsistência. No meio urbano, isso significa que o setor industrial pode se expandir sem criar pressão sobre os salários;
2. conforme o excedente de trabalhadores rurais diminui, o produto marginal do trabalho rural passa a ser maior que o nível de subsistência dos salários, ou seja, há um aumento dos salários no setor agrário. Porém, os salários no meio urbano permanecem constantes;
3. a escassez de trabalho se torna um problema nacional, com os salários tendendo a aumentar tanto no meio rural quanto no meio urbano, devido à diminuição ou ao fim do excedente de trabalhadores no meio rural.

Dessa forma, a industrialização acelerada da China teria absorvido gradativamente o excedente de trabalhadores rurais a salários baixos e se tornado o principal produtor de manufaturados para exportação no mundo. Porém, a partir de 2003, o país teria atingido o Lewis Turning Point, com o fim do excedente de trabalhadores rurais (Zhang; Yang e Wang, 2010).

Entretanto, essa literatura considera os salários exclusivamente sob a perspectiva da oferta e demanda, ligando o nível de salários ao excedente de trabalhadores rurais e ignorando outros aspectos. Ao mesmo tempo em que se afirmava que haveria uma escassez de trabalho na China, dada a visão neoclássica de que o excesso de trabalho seria um fenômeno pré-capitalista, o exército industrial de reserva alcançava patamares jamais vistos na China: de 8% em 1990 para 52% em 2019 (Majerowicz; Paraná, 2022).

Luta de classes e aumento salarial

Assim, para entender o crescimento dos salários na China, é necessário compreender a luta de classes e as respostas do partido-Estado (Majerowicz;

Paraná, 2022). Desde 2004 até meados da década de 2010, a China passou por um período incendiário de lutas camponesas e de trabalhadores industriais. O descontentamento dos camponeses se deu em função dos mecanismos de descampesinação empregados pelo governo, isto é, a carga tributária elevada e a expropriação de terras. Em 2004, houve cerca de 74 mil protestos e revoltas envolvendo mais de 3 milhões de camponeses (Chan, 2006).

Diante do acirramento da luta de classes e para prevenir uma possível escalada de conflitos que pudesse comprometer o Partido Comunista Chinês, este promoveu o relaxamento dos mecanismos de extração do excedente agrícola, abolindo taxaões, mudando a política de preços e promovendo subsídios. Isso não apenas elevou a renda real dos trabalhadores rurais como também o piso salarial dos trabalhadores urbanos, comprimindo a taxa de lucro no setor de exportação.

Além disso, os trabalhadores urbanos do setor de exportação também se mobilizaram em 2010, ano de greves em grandes fábricas que, por vezes, envolveram cerca de 20.000 trabalhadores. Para arrefecer essas tensões, o Partido Comunista Chinês estabeleceu um Estado de bem-estar social mínimo, com instrumentos de seguridade social, bem como investiu em mecanismos de repressão: a partir de 2011, as despesas com segurança pública passam a exceder as despesas com defesa nacional de forma crescente, como trazido na fala de Esther Majerowicz.

Exército industrial de reserva e novas formas de precarização

Há inicialmente um descompasso entre a produção de trabalhadores livres e a necessidade do capital, além da dinâmica de progresso tecnológico, que reduz a força de trabalho em relação à escala de produção (desemprego tecnológico). Para Marx, isso resulta em um componente específico do exército industrial de reserva: o estagnado, que corresponde aos supernumerários da indústria moderna e da agricultura. Esse componente tende a crescer ao longo do tempo, estabelecendo uma relação precária e intermitente com o capital, sendo um reservatório inesgotável de força de trabalho e o setor com jornadas mais longas e salários mais baixos (Marx, 2013). Esse componente estagnado está fundamentalmente no setor de serviços, sobretudo não qualificados.

Nesse contexto de luta de classes, aumento salarial e mudança no padrão de acumulação de capital baseado em capital intensivo para um baseado na inovação tecnológica, a China passou na última década por mudanças rápidas e substanciais em sua estrutura de emprego. Há a estagnação e leve queda do emprego industrial e crescimento do setor informal

da economia, que passa de 31% do total em 2003 para 60% em 2019 (Xia et al., 2022). Não obstante, o setor informal tem um crescimento dos serviços não-qualificados, que em 2019 já representavam 68% da economia informal.

Paralelamente, como acrescentado por Aroaldo Oliveira, no Brasil também ocorreu uma queda do emprego industrial nos últimos 6 anos, com 1 milhão de postos de trabalho perdidos e mais de 10 mil empresas industriais fechadas, concomitantemente ao aumento da informalidade no mercado de trabalho, de acordo com dados do IBGE. Quando comparamos os empregos no setor secundário, a China emprega 29,1% de sua força de trabalho e o Brasil cerca de 11%. Porém, ao contrário da China, cuja acumulação de capital passa a se basear na inovação tecnológica, o Brasil perde indústrias intensivas em capital e o setor que mais cresce é o extrativista, pouco intensivo em conhecimento tecnológico. Há uma dependência do Brasil com importações de produtos de média e alta complexidade tecnológica.

Desse modo, como colocado por Isabela Nogueira, embora a China faça a transição de um regime de acumulação socialista para uma acumulação capitalista sem passar pelo neoliberalismo, o mercado de trabalho chinês se aproxima cada vez mais dos países neoliberais, com trabalhadores de plataforma representando 10% da força de trabalho no país – a maior parcela no mundo. Apesar do crescimento dos salários, há uma diferença cada vez maior entre os salários do setor formal e informal, este último representando a maior parte do emprego urbano. O trabalhador migrante sem registro passa a enfrentar a desregulamentação do trabalho e o surgimento do indivíduo-empresa, além de uma relação fluida entre o trabalho e o exército industrial de reserva.

No Brasil, há uma desregulamentação e precarização do trabalho que não caminha com a construção de um Estado de bem-estar social mínimo, mas sim com seu desmonte, evidenciado pelas reformas trabalhistas, previdenciárias, teto de gastos etc. Como destacado por Aroaldo Oliveira em sua fala, essa conjuntura também representa desafios tanto para as lutas da classe trabalhadora brasileira, quanto para a tentativa de retomada das políticas de industrialização de conteúdo nacional, com um olhar para o desenvolvimento sustentável, geração de renda e empregos de qualidade.

Debates e encaminhamentos

Há um questionamento se a China pode ser vista como uma sociedade capitalista ou socialista dado que a burguesia foi criada pelo Estado, a proletarização ter ocorrido também na experiência socialista da União

Soviética, o capital financeiro ser controlado pelo Estado e a existência de extensos planejamentos no curto, médio e longo prazo, como colocado pelo professor Valter Pomar. A existência de uma sociedade capitalista na China é a premissa de base da pesquisa de Isabela Nogueira, que argumenta que no país há a extração de mais valia, uma parcela importante da economia é do setor privado, nas mãos da burguesia nacional, com uma lógica de acumulação privada, a existência de bolhas imobiliárias, sociabilidade consumista e individualista, que dialogam com uma variedade de formas de capitalistas como a experiência prussiana e o fordismo da década de 1950 e 1970.

Esther Majerowicz complementa que há elementos *suis generis* ao desenvolvimento histórico e econômico da China como o papel estatal artífice da produção da burguesia e da classe trabalhadora, a transição de um planejamento estatal de alocação direta, centralizada e quantitativa para um indicativo. Esses elementos, porém, não desqualificam o processo de extração de excedente em curso na China, que ocorre em um primeiro momento pela via política, mas na virada do século caminha *pari passu* com a lei da concorrência no caso da produção agrícola. A proletarização total é uma política buscada e conduzida pelo Estado chinês.

Além disso, há um debate sobre como as novas formas de precarização expostas por Isabela Nogueira são perpassadas por questões raciais. A população chinesa possui composição racial distinta, dado que 91% da população pertence ao grupo étnico *han*. Enquanto no Brasil as minorias raciais não são minorias percentuais da população e sim a maioria, as minorias étnicas chinesas também o são em números. Elas representam uma parcela importante entre os trabalhadores migrantes, cabendo estudos que abordem outras dimensões como território e gênero.

Ainda há caminhos abertos para explorar como a extração de valor no setor de serviços ocorre na China e como isso influencia o processo de internacionalização do capital. Além disso, é importante investigar as novas formas de lutas da classe trabalhadora chinesa e a evolução da organização dos trabalhadores para além das unidades fabris, principalmente através das plataformas digitais de serviço. No entanto, é crucial reconhecer, como apontado por Aroaldo Oliveira, que existem também formas de controle sobre as organizações sindicais em outros países, como no Brasil, onde líderes sindicais que organizam greves são punidos judicialmente. É fundamental considerar que as novas formas de precarização, repressão dos trabalhadores e concentração de capital, embora tenham particularidades e implicações globais na China, não são exclusivas desse país, mas sim características inerentes ao sistema capitalista.

Referências

- BUREAU, China Statistical (ed.). **Statistical yearbook of China**. Hong Kong: Economic Information & Agency, 2022. ISBN 978-7-5037-9950-1.
- CHAN, Nelson. Recent Reform of China's Rural Land Compensation Standards. **Pacific Rim Property Research Journal**, v. 12, n. 1, p. 3-21, jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14445921.2006.11104196>. Acesso em: 5 fev. 2024.
- CHINA, Brasil e o Mundo de Trabalho | VI Encontro da BRChina. 26 out. 2023. 1 vídeo (143 min 48 s). Publicado pelo canal UFABC. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=22RtDE4pJXM>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- IBGE. Pesquisa Industrial Anual. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/industria/9042-pesquisa-industrial-anual.html>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- MAJEROWICZ, Esther; PARANÁ, Edemilson (org.). **A China no capitalismo contemporâneo**. [S. l.]: Expressão Popular, 2022. 376 p. ISBN 9786558910633.
- MARX, Karl. **O Capital – Livro 1**. [S. l.]: Boitempo, 2013. ISBN 9788575595534.
- NBSC – NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA. Annual data. Beijing: NBSC, 2023. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData>.
- NOGUEIRA, Isabela; QI, Hao. The state and domestic capitalists in China's economic transition: from great compromise to strained alliance. **Critical Asian Studies**, v. 51, n. 4, p. 558-578, 19 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14672715.2019.1665469>. Acesso em: 18 nov. 2023.
- NGAI, Pun; CHI CHAN, Chris King; CHAN, Jenny. The Role of the State, Labour Policy and Migrant Workers' Struggles in Globalized China. **Global Labour Journal**, v. 1, n. 1, 3 dez. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.15173/glj.v1i1.1068>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- QI, Hao. Semi-Proletarianization in a Dual Economy: The Case of China. **Review of Radical Political Economics**, v. 51, n. 4, p. 553-561, 15 set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0486613419853876>. Acesso em: 5 fev. 2024.
- SMITH, Chris; PUN, Ngai. Class and Precarity: An Unhappy Coupling in China's Working Class Formation. **Work, Employment and Society**, v. 32, n. 3, p. 599-615, jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0950017018762276>. Acesso em: 10 nov. 2023.
- XIA, Fuqiang, Wu, Shengqin, Degang Yang, Xinhuan Zhang, Jinwei Huo, Tianyi Cai, and Jing Sun. 2022. "The Effect of Labor Reallocation and Economic Growth in China" **Sustainability** 14, no. 7: 4312. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14074312>
- ZHANG, Xiaobo; YANG, Jin; WANG, Shenglin. China has reached the Lewis turning point. **China Economic Review**, v. 22, n. 4, p. 542-554, dez. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.chieco.2011.07.002>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Capítulo 6

Estratégias contemporâneas de projeção internacional da China

Letícia Stabelini Vieira Lima¹³

Introdução

A mesa “Era Xi Jinping e as quatro iniciativas: Cinturão e Rota (BRI), da Civilização, de Segurança e do Desenvolvimento Global” foi coordenada por Filipe Porto, pesquisador do Observatório da Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB) e Editor-chefe do departamento de português do China International Communications Group (CICG). A discussão contou com a contribuição de três pesquisadores que estudam a política externa chinesa sob diferentes prismas.

O primeiro a discorrer sobre o tema foi o Prof. Dr. Eduardo Daniel Oviedo, professor na Universidade Nacional de Rosário e pesquisador no Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica da Argentina. Durante sua fala, ele enfatizou os aspectos particulares da iniciativa de Civilização pensada pela China, destrinchando a ideia de um “destino humano comum”. Em seguida, o Prof. Dr. Marcos Cordeiro Pires, professor na Universidade Estadual Paulista e coordenador do Grupo de Pesquisa do BRICS (CNPq), abordou as iniciativas de maneira transversal, por meio de paralelos entre China e Estados Unidos quanto a seu posicionamento nos jogos de poder internacionais. Por fim, João Cumarú, pesquisador da Plataforma CIPÓ e pesquisador associado à CEASIA – UFPE, contribuiu para a discussão ao levantar uma perspectiva ambiental e climática que permeia as quatro iniciativas.

Os temas tratados apresentaram, de forma geral, o modo como a China tem se inserido no sistema internacional na contemporaneidade e como ela busca transformá-lo em relação aos fundamentos da ordem mundial implementada pelos Estados Unidos. Os palestrantes apresentaram as principais

13 Bacharel em Ciências e Humanidades pela UFABC e graduanda em Relações Internacionais pela UFABC.

iniciativas que o país criou para operar uma maior participação chinesa nas instâncias decisórias do sistema internacional e as estratégias que a China tem articulado para perseguir esse objetivo. Essas iniciativas e estratégias teriam, conforme os três pesquisadores, um viés de não imposição direta e de alta cooperação e alinhamento global.

Contexto global e janelas de oportunidade para a China

Oviedo introduziu seu argumento explicando que a organização das relações entre Estados no sistema internacional, sob regência da ordem liberal americana, ocorreu por meio do equilíbrio e do conflito de interesses nacionais. Pires acrescentou que essa ordem, tendo como base valores como individualismo, livre mercado, propriedade privada e liberdade pessoal, fundamentou a criação de instituições multilaterais que moldaram a liderança global americana. Ambos os professores apontaram, entretanto, que esse modelo de ordenação possivelmente viabilizou a ascensão econômica da China no início dos anos 2000 e permitiu que o país promovesse algumas alterações na própria ordem liberal e no sistema internacional como um todo.

Oviedo inferiu em seguida que, apesar desse crescimento econômico, em meados da mesma década os chineses perceberam que para alcançar a transição do Sul Global para o centro desenvolvido seria necessário gerar uma transformação mais substancial. Para garantir voz no ambiente diplomático das grandes potências, seria preciso criar uma ordem global distinta — em substituição àquela vigente — e apresentá-la de maneira atrativa e persuasiva aos demais Estados para angariar parcerias.

Assim, Oviedo explicou que, a partir da década de 2010, a China passou a se posicionar conforme quatro iniciativas basilares para impulsionar sua projeção no sistema internacional: em 2013, a Cinturão e Rota (BRI); em 2021, a de Desenvolvimento Global e; em 2023 as de Segurança Global e de Civilização Global. Ele também incluiu uma quinta iniciativa: em 2012, num período anterior às demais estratégias, teria sido elaborada a ideia de Comunidade de Destino Humano, iniciativa que Oviedo considerou a mais importante das cinco. Por isso, com base em um trecho de sua obra “Relaciones internacionales em tiempos de auge chino y declive argentino”¹⁴, o

14 OVIEDO, E. D. **Confucio, Maquiavelo y la Comunidad de Destino Humano**. In: _____. *Relaciones internacionales em tiempos de auge chino y declive argentino*. Buenos Aires: Areté, 2023. p. 238-266.

professor destrinchou o que seria essa comunidade e qual seria seu propósito e impacto no ordenamento internacional, indicando as dificuldades na aplicação desse conceito utópico.

Na mesma década, como expôs Cumarú, a China também vivia um paradoxo quanto ao posicionamento de sua estrutura institucional de proteção e conservação ambiental e climática, haja vista que os níveis de poluição no país dispararam em consonância com o desenvolvimento industrial intensificado do período anterior. Entretanto, ainda que naquele momento os efeitos das mudanças climáticas já se mostrassem mais evidentes, Cumarú apontou que nesse período houve também certo esvaziamento do quórum ocidental desenvolvido nos cenários internacionais de debate climático, o que abriu caminho para que os chineses se posicionassem de maneira estratégica nesses fóruns. Assim, a questão ambiental ganhou importância no país e passou a permear as quatro iniciativas que a China vinha construindo, segundo indicou Cumarú.

Pires, por sua vez, evidenciou que, após a crise de 2008, muito se questionou sobre a capacidade norte-americana de liderança mundial, já que foram reveladas as debilidades da globalização e da ordem liberal, antes considerada uma forma perfeita de organização humana. O professor mostrou que a China, nesse panorama, se apresentou como uma solução contra a estagnação da economia global e passou, desde então, a buscar novos tipos de interação com as demais potências, o que contribuiu para a elaboração das quatro iniciativas na busca pelo protagonismo chinês no sistema internacional.

As iniciativas de projeção internacional

Oviedo observou que, nos anos 2010, se tornou evidente para a China que almejava transformar o sistema internacional, que seria necessário propor um novo modelo de relações entre Estados. Por isso, tendo como base a própria obra¹⁵, o professor argumentou que o país construiu a ideia de uma ordem mundial não baseada em interesses, mas na união das vontades dos Estados, em prol de um destino comum para toda a humanidade. Ele apontou que destino é um elemento muito importante para a cultura chinesa, mas

15 OVIEDO, E. D. **Confucio, Maquiavelo y la Comunidad de Destino Humano**. In: _____. *Relaciones internacionales em tiempos de auge chino y declive argentino*. Buenos Aires: Areté, 2023. p. 238-266.

reconheceu que o conceito de “destino comum” dependeria da compreensão de variáveis indefinidas, como conhecer o próprio destino ou definir qual o destino humano e quem o determina. Além disso, exigiria que todas as nações se unissem pacificamente pela vontade coletiva. Seria, portanto, um conceito duplamente utópico, como afirmou Oviedo. Ademais, trabalhar a transição de uma comunidade de interesses para uma comunidade de destino humano não seria algo trivial, segundo o professor, e exigiria um poder de convencimento sólido para que a diplomacia ativa funcionasse com outros países.

Pires corroborou com o argumento de Oviedo na medida em que considerava que a civilização proposta pelos chineses não pretendia impor valores universais ou violar a diversidade de culturas e instituições do globo. Segundo ele, isso seria evidenciado, por exemplo, pela variedade de parceiros abarcados pela BRI que se unem pelo benefício comum do comércio. Além disso, Pires indicou que essa civilização global nos moldes chineses entenderia a segurança também de maneira global e não por meio da perspectiva de uma só potência, tendo em vista a necessária superação dos interesses nacionais como parte de sua construção; assim, a segurança de um país não ocorreria em detrimento de outro.

Pires também explicou que, especialmente após a crise de 2008, os chineses conseguiram alargar seu espaço na economia internacional e no cenário geopolítico global. Esse episódio, para o professor, revelou uma debilidade da globalização nos moldes liberais, até então vista como o auge harmônico da organização humana. A crise teria, então, encaminhado o mundo a um período de protecionismo e desglobalização, principalmente nas grandes potências ocidentais. Pires apontou, inclusive, que, devido ao esfriamento do comércio com esses países, o mercado de commodities latino-americanas passou, então, a ser atendido pela China durante o período.

O professor argumentou, em seguida, que o surgimento dos chineses como uma boa solução alternativa levantou questionamentos quanto à capacidade estadunidense de seguir na liderança mundial, especialmente porque, no mesmo período, emergiram diversos fóruns de discussão de novos temas de preocupação internacional, como crise migratória, crime organizado internacional, revolução 4.0, mudanças climáticas e outros. Pires explicou que a China, à época, já impulsionava a criação de moedas digitais oficiais, de tecnologias de inteligência artificial e de uma vasta produção acadêmica sobre essas temáticas, o que era suportado por um investimento robusto em pesquisa e desenvolvimento e acompanhava um altíssimo volume de registro de patentes.

A concentração de estudos sobre certos temas tende a acompanhar a transição do poder de liderança global, segundo declarou o professor, como

ocorreu na transferência hegemônica da Europa para os Estados Unidos; onde as principais teorias de Relações Internacionais passaram a ser americanas. Nesse sentido, ele destacou que a China, de forma significativa, busca contribuir com seus próprios conceitos e ideias dentro do contexto teórico ocidental predominante, indicando sua intenção de desenvolver uma doutrina chinesa que acompanhe a transformação sistêmica que o país almeja promover em longo prazo em escala global.

Expansão da influência chinesa

Cumarú informou que, da mesma maneira, nesse período os chineses também adequaram sua estrutura institucional interna às temáticas de destaque internacional, especialmente sob um viés ambiental e climático. Foi lançada uma série de novas normativas ambientais e energéticas, com vistas à conservação da natureza e ao combate das questões climáticas. Ao mesmo tempo, como colocou o pesquisador, os fóruns globais de debate sobre sustentabilidade, biodiversidade e clima teriam se tornado espaços de forte impulsão para os planos da China e de exercício de influência chinesa, visto que os principais atores ocidentais tardaram a participar das discussões, apesar do agravamento das mudanças climáticas. Além disso, Cumarú explicou que, também em consonância com esse posicionamento, entre 2012 e 2014 o país lançou pela primeira vez pacotes de investimento verde pioneiros em relação a iniciativas estadunidenses, ou europeias similares, e continuou investindo no desenvolvimento sustentável ao longo dos anos que se seguiram.

Assim, o pesquisador ilustrou como a questão ambiental e do clima passou a permear as quatro iniciativas de expansão chinesas, que inicialmente tinham foco somente na erradicação da pobreza, mas logo se desdobraram para o desenvolvimento interno econômico como um todo e, por fim, abarcaram a preocupação com um desenvolvimento global socialmente justo e ambientalmente sustentável. A China, no entanto, teria enfrentado, desde então, o dilema de se posicionar como uma civilização ecológica influente no cenário internacional da governança climática e da biodiversidade, e ainda ser um Estado altamente poluidor, como apontou Cumarú.

Pires completou o debate explanando que, paralelamente, a BRI surgiu como parte da estratégia pós-crise de 2008, se apresentando como alternativa para escoar o excedente de capacidade produtiva chinesa, especialmente para países subdesenvolvidos. Ele explicitou como a China não tardou a notar que, desde os anos 1980, essas regiões careciam de suporte para

aprimorar sua infraestrutura, bem como ao acesso à energia para impulsionar o desenvolvimento econômico. Por isso, teria inaugurado um novo modelo de cooperação sul-sul que buscava suprir essas necessidades desatendidas pelas instituições liberais de investimento e financiamento internacionais. Cumarú, por sua vez, acrescentou que, com o intuito de integrar as pautas ambientais planejadas, o país teria assumido também o desafio de tornar o cinturão comercial um meio promotor de desenvolvimento sustentável, apesar de existirem numerosas críticas quanto à pegada de carbono dos projetos executados e planejados e do impacto à biodiversidade.

Por fim, Pires apresentou que, no cenário mundial pós pandemia de Covid-19, a China se mostrou, pela primeira vez, como um exemplo a ser observado quanto ao seu modelo de desenvolvimento, fortalecendo suas parcerias internacionais. De maneira similar, o professor apontou que, quando o mundo sofria as consequências da invasão da Ucrânia pela Rússia, surgiu uma discussão sobre segurança que favoreceu o posicionamento chinês. Pires defendeu que a atuação da OTAN no conflito seria contraditória a propostas como a doutrina Wolfowitz, que serviria especialmente ao interesse norte-americano e que minimizaria a relevância de uma ação coletiva em prol da segurança comum. Para o professor, os chineses conseguiram, naquele momento, apresentar à comunidade internacional a visão de Segurança Global enquanto uma iniciativa que prezaria pela desconstrução da segurança enquanto defesa do interesse de um Estado às custas dos interesses dos demais.

Conclusão

Dessa forma, as quatro iniciativas se mostraram bastante articuladas entre si e interdependentes. Pires demonstrou que tanto os Estados Unidos quanto a China levantam questionamentos em relação a sua aptidão para guiar o sistema internacional, seja por um enfraquecimento da ordem corrente, ou por falta de força para assumir uma nova ordem, conforme explicara Oviedo. Entretanto, vale dizer que, ainda que seja interessante realizar estudos comparativos entre os dois Estados e suas propostas, Pires indicou que tais comparações devem ser relativizadas; o que a China traz para o debate global exigiria uma nova perspectiva de entendimento e requereria uma análise que extrapola a construção típica ocidental de organização do globo.

De toda maneira, Oviedo sugeriu que a China já produziu mudanças na ordem e no sistema internacionais ao longo de sua ascensão econômica,

porém inferiu que, atualmente, o país ainda não teria poder suficiente para substituí-los com suas novas ideias. Ele apontou que a China seguirá buscando esse avanço num planejamento a longo prazo que exigirá capacidade de persuasão irresistível em relação aos demais Estados para ser implantado.

Seria necessário, também trabalhar as contradições e os impasses já identificáveis em quanto às iniciativas propostas. Por exemplo, se nenhum valor deveria ser imposto ou disseminado em uma civilização global, a própria democracia ou instituições burocráticas consolidadas como o regime de direitos humanos poderiam ser questionadas e revisitadas, o que poderia dificultar também a conservação da segurança mundial. Em outro exemplo, Oviedo sugeriu a reflexão sobre até que medida se pode segregar a Comunidade de Destino Humano, idealmente não orientada por interesses e com um olhar coletivo fundamental, do próprio interesse nacional chinês, questionando se seria possível eliminar o interesse nacional do jogo diplomático.

Seja qual for a direção que o sistema internacional seja conduzido, uma coisa é certa: os painelistas entenderam que a China não se contentará com mero crescimento econômico e não se conformará com os moldes liberais. O país impulsionará suas iniciativas tanto quanto possível e defenderá ferozmente seu espaço nas discussões internacionais.

Referências

Era Xi Jinping e as quatro iniciativas | VI Encontro da BRChina. UFABC. Realização de Rede Brasileira de Estudos da China e UNICAMP. São Bernardo do Campo: Youtube, 26 out. 2023. 118 min. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5WP6Y1lRbqY&list=PLnL3nwtOp1ORmT4-RuStAcQHln8X3ynE3&index=8&t=4487s>. Acesso em: 10 nov. 2023.

Capítulo 7

A dinâmica da competição sino-americana e seus impactos

Flávia Mitake Neiva¹⁶

Giovanna Mendes Carvalho¹⁷

Isabella Pedroso Lucino¹⁸

Introdução

A ascensão da China nas últimas décadas indiscutivelmente contou com a contribuição dos EUA. Desde a facilitação para o país integrar os mecanismos da “ordem liberal” até o papel central dos Estados Unidos como grande consumidor e importante investidor na China, além de desempenharem um papel crucial no crescimento chinês. Por meio dessa política de “engajamento” com a China, os EUA esperavam controlar o desenvolvimento do país e levá-lo a adotar os princípios que caracterizam a ordem americana, como o livre mercado e a democracia.

Contudo, desde a crise de 2008 essa percepção tem mudado, uma vez que os EUA compreenderam ser basicamente impossível controlar a China, assim a dinâmica da relação sino-estadunidense passou da chave mais cooperativa e interdependente para uma competição acirrada, a qual tem provocado consequências no mundo todo. As discussões da mesa “Relações EUA-China: Geopolítica e Geoeconomia” foram centrais para esclarecer essa transformação nas relações sino-estadunidenses. Moderada pelo professor Demétrio Toledo, da Universidade Federal do ABC, durante o VI encontro da Rede Brasileira de Estudos da China, a mesa foi composta pelo professor

16 Discente da UFABC para Bacharelado de Relações Internacionais e Políticas Públicas; Pesquisadora das relações Brasil-China na OPEB; Analista Editorial no Observa China.

17 Discente da UFABC para Bacharelado de Ciências e Humanidades e Bacharelado de Relações Internacionais; Membro do OPEB no grupo temático Brasil-China desde 2023.

18 Discente do Bacharelado em Ciências e Humanidades na UFABC, pesquisadora de política internacional e relações internacionais com foco em China e Argentina e participante do Observatório de Política Externa e Inserção do Brasil (OPEB) no grupo temático Brasil-China.

Ho-Fung Hung (Paul H Nitze Escola de Estudos Internacionais Avançados, Universidade Johns Hopkins), pelo professor Mehdi Parvizi Amineh (Instituto Internacional para Estudos Asiáticos da Universidade Leiden e Departamento de Ciências Sociais da Universidade de Amsterdam) e pela professora Michelle Ratton (FGV-Direito).

Industrialização, desaceleração e *Belt and Road Initiative* (BRI)

De uma abordagem macro para o micro, o professor Mehdi Parvizi Amineh fez referência ao historiador francês Fernand Braudel – e sua forma de analisar a história, que tem como ponto de partida olhar a “parte pelo todo” – para afirmar que o entendimento das relações entre EUA e China nos dias de hoje, suas tensões e problemas, passa não só por olhar o quadro específico das interações entre ambos, mas o contexto geral em que possíveis conflitos estão inseridos. Amineh, então, partiu da Revolução Industrial para explicar o quadro de embates que caracteriza as interações entre as duas potências.

O início da Revolução Industrial, conforme lembrou Amineh, se deu em meio a um mundo organizado em grandes impérios – como os impérios Chinês, Otomano, Mongol-Indiano e Persa – e foi a causa do declínio destes a partir do momento em que foram confrontados com a expansão de uma Europa ascendente. Isso porque a partir do século XVIII, a onda industrial se espalhou pelo globo, contudo, segundo o palestrante, ela foi formada por duas forças antagônicas: de um lado, o desenvolvimento dos países com a capacidade de passar por uma revolução industrial doméstica, no centro, e, de outro, a marginalização daqueles que não foram capazes, na periferia.

Assim, a industrialização ao mesmo tempo que fomentou o desenvolvimento de países avançados, introduziu, também, no sistema internacional, a marginalização de certa parte do mundo que não obteve êxito ou nem conseguiu ingressar no processo. A Ásia do século XIX foi apontada como um exemplo claro dessa segregação, já que não foi capaz de alcançar um modelo de desenvolvimento nos termos da industrialização, conseguindo o colocar em prática apenas a partir da segunda metade do século XX. No caso da China, o país ingressou nesse processo no cenário pós-revolução de 1949, mas acelerou o passo pelas reformas iniciadas no fim da década de 1970, obteve como resultado sua transformação em uma das principais forças manufactureiras do mundo no século XXI e em uma potência internacional.

Nesse processo, como afirmou o professor Ho-Fung Hung, a China passou a ser mais afetada pelos acontecimentos do sistema internacional.

Apesar do desenvolvimento de uma forte economia ao longo das últimas décadas, com grande participação do Estado, Ho-Fung destacou que a crise de 2008 provocou uma estagnação das atividades de manufatura e uma queda no crescimento econômico, os quais chamou de “o mergulho”, com o país voltando a relativamente se recuperar só depois de uma onda de estímulos do governo chinês. Dentre eles, o incentivo a aberturas de linhas de crédito para empréstimos a entidades econômicas e governos locais, principalmente com fins de investimentos em infraestrutura, como rodovias, ferrovias, aeroportos e outros projetos da área.

Com esse impulso, a economia se reaqueceu, mas, em comparação com seu auge em décadas anteriores, ainda permaneceu em desaceleração. A década de 2010 teria mostrado que vários estímulos dados pelo governo chinês já encontravam um cenário de esgotamento dentro do território chinês. Partindo disso, tanto Amineh, como Ho-Fung evidenciaram que o capitalismo chinês intensificou sua necessidade de conexão com o mundo exterior.

Esse foi o contexto para a criação da *Belt and Road Initiative* (BRI). Ho-Fung considera a BRI como um mecanismo para retomar o crescimento. Ela permite a China reproduzir seu capital no exterior em um momento em que as possibilidades domésticas diminuiriam. O sucesso e a adesão de outros países a BRI fez com que a iniciativa se expandisse e contribuísse para a economia chinesa lidar com a sua desaceleração. Contudo, tanto a centralidade da China na economia mundial, a partir de sua industrialização – sua viagem da margem ao centro – como a “saída” do país em busca de mercados, do qual a BRI é um exemplo, acentuou a competição entre a China e Estados Unidos.

Rivalidade, hegemonia e nova ordem

Segundo o professor Ho-Fung, as desavenças entre China e EUA os fizeram mais distantes entre si e, ao mesmo tempo, muito semelhantes por evidenciarem que ambos desejam influência regional e global. Foi esse desejo que, inicialmente, impulsionou a criação de laços de interdependência econômica entre eles. Os economistas Niall Ferguson e Moritz Schularick (2007) chamaram a combinação entre as economias dos dois países, visando interesses próprios, de Chimerica: a soma de um mercado emergente de rápido crescimento, como o chinês, forte produtor e exportador, com o mercado dos Estados Unidos que se apresentou como grande consumidor. Essa combinação teria sido responsável por mais de 60% do crescimento acumulado do PIB mundial entre 2002 e 2007. Em alguns círculos, ainda, essa integração,

pelo compartilhamento de interesses econômicos para co-governar o mundo, foi chamada de G2. Destacou-se, assim, que até 2008 diferenças ideológicas e políticas não foram suficientes para evitar uma quase “simbiose” entre as duas potências, já que compartilhavam interesses econômicos em comum. Contudo, desde a crise de 2008 o cenário se deteriorou e impulsionou uma rivalidade intensa entre China e EUA.

A crise – e a diminuição do *gap* de riqueza e poder entre os países – acelerou a percepção de que para os EUA os ganhos decorrentes das relações com a China eram assimétricos e os desfavoreciam. A visão de que a emergência da China foi muito acelerada e de que o país concentrava características como grande território, população e relevância regional que poderiam potencializar a projeção chinesa, segundo a professora Michelle Rattton, criou para os EUA a demanda para uma rápida e estratégica ação para conter a expansão, agora, do país visto como seu principal concorrente, a China. Rattton observa que o mundo tem estado diante do surgimento de uma nova ordem internacional no qual a China é um dos *players* centrais e possui padrões distintos dos da ordem americana.

Nessa cena, a resposta dos EUA tem sido vista na forma de mudança na concepção de suas políticas, que passaram a agrupar defesa, desenvolvimento, diplomacia, comércio, investimento e tecnologia sob o guarda-chuva do conceito de “segurança nacional”. Apesar do constante ataque do presidente americano Donald Trump à China, Ho-Fung enfatizou que as rusgas entre os dois países não se iniciaram durante seu governo, que apenas teria dado continuidade à política de contenção que se iniciou no cenário pós-crise de 2008. Do mesmo modo, Rattton destaca que foi o governo Obama que impulsionou o processo de reorientação da política estadunidense. Durante sua administração, muitas associações e câmaras de comércio já cogitavam uma possível guerra tarifária para evitar a entrada de bens chineses em território estadunidense. Foi aí que o governo estadunidense passou a considerar a necessidade de construir uma política que agregasse vários pilares, inclusive o uso do comércio e investimento, como forma de garantir a manutenção da segurança nacional americana.

Assim, novos instrumentos, de acordo com Rattton, passaram a ser utilizados como reação à crescente competitividade chinesa pelos EUA: uma política mais intensa de subsídios; o estabelecimento de cotas e controle de importação e exportação; um novo regime de propriedade intelectual, que atua desde o nível de cooperação científica entre os Estados e o registro de patentes, até mesmo na regulação do acesso ao processo de conhecimento e de segredos industriais, e; ainda, o governo americano retomou mecanismos

internos de controle de investimentos, a partir dos trabalhos do *The Committee on Foreign Investment in the United States* (CFIUS).

O CFIUS, criado nos anos 1970, reativado pelo governo Obama e revisto pela gestão de Trump, é uma agência governamental responsável pela avaliação de riscos atrelados aos investimentos externos no país e tem a tecnologia, a infraestrutura e a proteção de dados sensíveis como seus principais setores de atuação. Desse modo, a política de controle se deu, em primeiro momento, para investimentos que entravam nos Estados Unidos (inbound) e, com o passar do tempo, também despertou o controle dos investimentos que saíam do país (outbound). Apesar de avaliar investimentos de múltiplas nacionalidades, o CFIUS se concentrou principalmente nos investimentos chineses, que foram afetados devido aos mecanismos de controle e vigilância. Houve um crescimento considerável do número de ações judiciais, a partir de 2010, movidas pelos EUA, principalmente em relação a patentes e ao direito à propriedade intelectual, nas quais a China foi acusada de não seguir as regras preestabelecidas, o que teria culminado em uma competição injusta.

O cenário apontado pelos palestrantes, de forma geral, é, desse modo, caracterizado por forte competição entre China e EUA.

Impactos sobre o mundo e as conclusões

Em meio ao acirramento do conflito sino-americano, percebeu-se o aparecimento de novas gramáticas geopolíticas e geoeconômicas, que reverberam diretamente nas dinâmicas do sistema internacional, promovendo uma espécie de nova ordem mundial. Como apontado pela professora Ratton, observou-se uma reestruturação do cenário internacional, no qual a China, através de um Estado forte, tornou-se um *player* importante e abriu caminho para que outros países emergentes também pudessem se projetar para assumir papéis importantes no cenário internacional mimetizando os padrões econômicos chineses, diferentes da economia de mercado da ordem americana.

A reorientação das políticas estadunidenses – tornando-se elas mesmas mais distantes da suposta economia de mercado que defendem –, através do ressurgimento de mecanismos de controle de investimentos, como os citados a partir da CFIUS, também impactaram países para além da relação sino-americana. Organismos multilaterais, alinhados aos interesses estadunidenses, como o G7 e a OCDE, passaram a recomendar a criação desses mecanismos de monitoramento aos outros países, o que também incluía a América Latina. Nesse contexto, Ratton apontou a indispensabilidade da

reordenação da relação econômica brasileira tanto com a China como os Estados Unidos, repensando a inserção internacional do Brasil em meio ao conflito sino-americano.

Já o professor Amineh salientou a necessidade de países do Sul Global e, principalmente da América Latina, de consolidarem uma organização própria, aos moldes da Cooperação de Shangai, como forma de construir uma ordem “desafiadora”, que se coloque como alternativa à hegemonia estadunidense. Assim como a China e a URSS tentaram mobilizar seus vizinhos regionais na Eurásia, é indispensável um Estado central para liderar esse processo de criar uma ordem alternativa, o que pode representar uma dificuldade para os países do Sul Global pela sua tendência à descentralização, à heterogeneidade e pelos muitos conflitos internos e níveis distintos de desenvolvimento.

Apesar da necessidade de readaptação diante dessa disputa, essa competição pode significar o surgimento de novas oportunidades para os países latinos. Como ilustrado pelo professor Ho-Fung, a dinâmica dessa competição seria muito similar à concorrência entre Alemanha e Reino Unido no começo do século 20, período em que bancos de ambos os países competiam entre si para concessão de empréstimos aos países latinos. Diferentemente de outras regiões, como Ásia-Pacífico, que também vivenciam tensões geopolíticas causadas pelo conflito sino-americano, as disputas em território latino são centralizadas nas esferas econômica e financeira. Por isso, vê-se como oportunidade para a América Latina a competição entre China-EUA, apesar dos perigos de maior conflituosidade.

Referências

HUNG, H.-F. **The China boom**: why China will not rule the world. New York: Columbia University Press, 2017.

HUNG, H.-F. **Clash of Empires**: From ‘Chimerica’ to the ‘New Cold’. Cambridge University Press, New Edition, 2022.

FERGUSON, N.; SCHULARICK, M. “Chimerica” and the Global Asset Market Boom. **International Finance**, v. 10, p. 215-239, 2027. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/j.1468-2362.2007.00210.x>. Acesso em: 13 nov. 2023.

UFABC. **Relações EUA-China: Geopolítica e Geoeconomia | VI Encontro da RBChina**. Youtube, 25 de out. 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/f7Ezg4rPv9w?si=-wlpMfGQpT2bszor>. Acesso em: 4 nov. 2023.

Capítulo 8

Oportunidades e desafios da cooperação sino-latinoamericana

Ana Beatriz Aquino¹⁹

Bruno Fabricio Alcebino da Silva²⁰

O tema da 4ª Sessão do Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina) foi “China na América Latina”²¹. Mediada por Isabela Nogueira Morais²², a mesa foi composta por Shoujun Cui²³, Javier Vadell²⁴ e Eduardo Daniel Oviedo²⁵, que buscaram, por distintas perspectivas, apresentar as dimensões da cooperação sino-latinoamericana. De acordo com dados do *World Economic Forum*, apresentados por Cui, as trocas comerciais entre a América Latina e a China cresceram 26 vezes entre 2000 e 2020, saindo de \$12 bilhões para \$315 bilhões. Ademais, é esperado que essa cooperação mais que duplique até 2035 (Zhang; Prazeres, 2021), o que exemplifica a importância de discutir as oportunidades e os desafios encontrados nessas relações.

Durante sua exposição, Shoujun Cui abordou os objetivos da política chinesa, buscando ressaltar a importância da América Latina e do Caribe (ALC) nessa estratégia, além de salientar como a região se beneficia da competição entre a China e os Estados Unidos. Em seguida, Javier Vadell falou

19 Bacharel em Ciências e Humanidades e graduanda em Relações Internacionais pela UFABC. Pesquisadora do Projeto Legislativas, e do OPEB.

20 Bacharel em Ciências e Humanidades e graduando em Ciências Econômicas e Relações Internacionais pela UFABC. Pesquisador e monitor do OPEB.

21 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8calyr-6lZQ?si=xWP3e1qbmknBibCt>.

22 Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do LabChina da UFRJ. Membro-fundadora da Rede de Estudos Brasil-China (RBChina).

23 Professor da Universidade Renmin da China (RUC). Fundador e diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da mesma instituição.

24 Professor da Universidade Nacional de Rosário. Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Técnica da Argentina (Conicet).

25 Professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG). Editor da revista de relações internacionais da mesma instituição, a Estudos Internacionais. Líder do Grupo de Pesquisa das Potências Médias.

sobre o papel da China na transformação atual da geopolítica da economia política global, a partir de uma análise da *Belt and Road Initiative* (BRI) e sua influência na ALC, possibilitando uma expansão do que o pesquisador denominou como “globalização com características chinesas”, conceito que será explorado ao longo deste capítulo. Por fim, Eduardo Daniel Oviedo evidenciou que a dinâmica de cooperação entre a China e América Latina também é marcada por tensões, ao expor o conflito entre chineses e argentinos em relação à pesca no Atlântico Sul, um caso importante para pensar os desafios para o aprofundamento dessas relações.

Estratégia de longo prazo da China e o papel da América Latina

O professor Shoujun Cui, ao discutir a estratégia de longo prazo da China, estabelece as bases para entender a crescente presença chinesa na América Latina. A visão ambiciosa de se tornar uma potência global até 2049, alinha-se com a importância estratégica que o gigante asiático atribui à região. A estratégia diplomática, conforme destacado pelo professor Cui, revela uma abordagem meticulosa e centrada em países em desenvolvimento, sendo a América Latina uma peça crucial nesse quebra-cabeça global.

A abordagem diplomática chinesa na América Latina seria intrinsecamente conectada à visão de um “mundo compartilhado”, como mencionado por Cui. Esse conceito sugere uma compreensão profunda da interdependência global e destaca a intenção chinesa de construir relações que transcendam fronteiras geográficas. Explorar como essa visão se desdobra na prática, especificamente na América Latina, envolve examinar as relações bilaterais estabelecidas pela China com os países latino-americanos.

Ao contrário de uma abordagem que simplesmente envolve a região como um bloco homogêneo, a China busca construir relações significativas e individualizadas com os países latino-americanos. Essa abordagem bilateral pode abranger uma variedade de setores, desde acordos comerciais e investimentos até colaborações em ciência, tecnologia e cultura. Examinar essas relações bilaterais não apenas revela a profundidade da presença chinesa na América Latina, mas também destaca a consideração cuidadosa dada aos interesses específicos de cada país. Essa estratégia se conecta diretamente às reflexões do professor Javier Vadell sobre a *Belt and Road Initiative* como um novo paradigma de cooperação global.

A interconexão global proposta pela *Belt and Road Initiative* acrescentaria outra dimensão à estratégia diplomática chinesa na região. A América

Latina, como parte desse “mundo compartilhado”, torna-se uma área-chave para a implementação bem-sucedida dessa iniciativa. Ao entender como os projetos da *Belt and Road* se materializam na América Latina, podemos avaliar os impactos tangíveis em termos de infraestrutura, comércio e desenvolvimento econômico.²⁶

No entanto, a participação da América Latina nesse “mundo compartilhado” não é isenta de desafios. Os países da região enfrentam a tarefa complexa de equilibrar seus próprios interesses regionais e nacionais com as expectativas e iniciativas propostas pela China. Essa questão de equilíbrio torna-se particularmente crucial quando se considera a competição global e as dinâmicas geopolíticas em evolução.

Além disso, a América Latina é desafiada a desempenhar um papel proativo na construção desse “mundo compartilhado”. Isso implica não apenas ser recipiente das iniciativas chinesas, mas também contribuir ativamente para a cooperação global. Os países latino-americanos podem aproveitar essa oportunidade para moldar a natureza da cooperação, garantindo que atenda não apenas aos interesses chineses, mas também às aspirações regionais de desenvolvimento sustentável e autonomia. Cui destaca que nas relações China-ALC os países conseguem construir um modelo distinto da cooperação com os Estados Unidos, o que pode oferecer novas possibilidades para a região, antes vista como “quintal dos EUA”.

O rápido crescimento do comércio entre China e América Latina, conforme enfatizado por Cui, com o marco de 500 bilhões de dólares em 2023, não é apenas uma mudança econômica, mas uma transformação na ordem financeira global. A competição sino-americana, analisada pelo professor, coloca a América Latina no centro dessa busca por laços mais fortes. Aqui, os interesses econômicos e estratégicos se entrelaçam, oferecendo à região uma posição estratégica. O comércio se torna um campo de jogo onde a América Latina pode moldar seu papel na competição global e buscar benefícios amplos. Na atual trajetória, espera-se que o comércio entre a ALC e a China ultrapasse os 700 bilhões de dólares até 2035, mais do dobro do que em 2020, o que destaca ainda mais a importância crescente dessa relação

26 Durante sua apresentação, o Professor Cui destacou a influência da iniciativa *Belt and Road* na construção de infraestrutura na América Latina, mencionando projetos como a expansão de portos e ferrovias financiadas pela China. O Professor Vadell também abordou o impacto nos negócios, citando o aumento das exportações para a China e a diversificação econômica regional. Complementando, o Professor Oviedo enfatizou a necessidade de políticas claras para maximizar os benefícios e mitigar os riscos dos investimentos chineses, incluindo transparência e responsabilidade na implementação de projetos de infraestrutura.

para a economia global e para o futuro desenvolvimento da região (Zhang; Prazeres, 2021).

A pesca chinesa em águas argentinas: um microcosmo de desafios e oportunidades

A apresentação do professor Eduardo Daniel Oviedo ofereceu uma perspectiva única e enriquecedora sobre a influência chinesa na América Latina, especialmente ao explorar a complexa dinâmica da pesca chinesa em águas argentinas. Este fenômeno, considerado um microcosmo, proporciona uma visão singular para compreender os desafios nas relações sino-latino-americanas. A dualidade ressaltada por Oviedo, abrangendo conflito e cooperação, reflete a natureza multifacetada da competição sino-americana destacada por Cui, indicando oportunidades para cooperação em meio a desafios e conflitos.

A sensibilidade do tema da pesca chinesa em águas argentinas é habilmente destacada por Oviedo, ressaltando sua importância apesar da aparente estreiteza de seu escopo. Ampliando nossa visão, ele nos conduz por um percurso que percorre o notável crescimento da indústria pesqueira chinesa desde 1986, especialmente em mares e oceanos distantes, delineando o contexto temporal que molda a narrativa.

Ao longo da exposição, Oviedo traz à tona os incidentes pesqueiros entre Argentina e China, revelando que, ao longo de um período substancial, foram registrados aproximadamente 80 incidentes, sendo 10 deles envolvendo embarcações chinesas. A pesca ilegal e não declarada por essas embarcações gerou conflitos, mas também proporcionou momentos de cooperação, como evidenciado pelo cessar das operações dos barcos chineses em 2008, em atendimento a um pedido da Argentina.

A necessidade de distinguir entre pesca legal, devidamente licenciada, e incidentes pesqueiros ilegais é destacada pelo professor. Ele explora as contradições nas percepções da pesca chinesa na região, revelando uma variedade de interpretações, desde visões negativas até considerações de normalidade e legalidade. Ao abordar o desenvolvimento da China como potência marítima a partir de 2012, Oviedo estabelece uma conexão direta entre esse crescimento e o aumento dos incidentes pesqueiros. Ele destaca a visão chinesa de “mares distantes”, sendo esta uma expansão além das fronteiras tradicionais, alcançando regiões distantes como a América Latina. Essa perspectiva levanta questões importantes sobre como os investimentos

e o desenvolvimento impulsionados pela China podem afetar os ecossistemas locais. Por exemplo, o aumento da atividade industrial e logística associada aos projetos da *Belt and Road* pode ter impactos significativos no meio ambiente, desde a degradação de ecossistemas naturais até a poluição atmosférica e hídrica. Além disso, a influência chinesa na governança global suscita preocupações sobre a soberania e autonomia dos países latino-americanos, levantando questões cruciais sobre quem realmente controla os recursos e as decisões em nível internacional. Essa abordagem ampliada destaca a importância de uma análise crítica e cautelosa dos impactos a longo prazo dos investimentos chineses na região, incentivando a busca por políticas e estratégias que garantam um desenvolvimento sustentável e equitativo.

Porém, a exposição não se limita às questões ambientais representadas pela pesca chinesa, estendendo-se à Antártida, onde a presença crescente da China, com suas bases permanentes, rompe-gelos e aeronaves, acarreta implicações globais significativas, particularmente em relação aos interesses argentinos na região e às disputas soberanas.

O conflito em torno da pesca ilegal, apesar de ser um problema localizado, transcende fronteiras, sendo um sintoma de desafios globais, como a exploração excessiva dos recursos naturais, a gestão inadequada dos ecossistemas marinhos e a necessidade de governança global. Nesse contexto, a competição sino-americana discutida por Cui ganha uma dimensão mais ampla, destacando que as questões locais podem ser catalisadoras de novas dinâmicas globais.

A América Latina, ao enfrentar essa dualidade de conflito e cooperação na pesca chinesa em suas águas, é desafiada a adotar uma abordagem estratégica. Isso implica não apenas lidar com os desafios imediatos da pesca ilegal, mas também considerar como essas questões se encaixam em uma narrativa mais ampla de transformação global. A região pode se posicionar como um agente proativo na busca de soluções cooperativas que abordem não apenas os interesses locais, mas também os desafios globais associados.

Além disso, a perspectiva de Oviedo destaca a necessidade de cooperação multilateral para abordar os desafios ambientais compartilhados, uma chamada que ecoa as considerações do prof. Cui sobre a competição sino-americana. Em vez de uma abordagem unilateral, a América Latina pode explorar oportunidades para fortalecer a cooperação com diferentes atores globais, incluindo a China, na busca por soluções sustentáveis e equitativas.

Na tentativa de abordar as complexidades inerentes, a Argentina, desde então, busca uma abordagem de diplomacia multilateral. A estratégia envolve a participação em organizações internacionais como a Organização

das Nações Unidas (ONU), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Mundial do Comércio (OMC), Mercosul e o Sistema do Tratado Antártico. Uma das iniciativas multilaterais mais recentes adotadas pelos chineses para mitigar os efeitos da pesca, mencionada por Oviedo durante a sessão, foi o depósito do instrumento de aceitação do Acordo sobre Subvenções à Pesca, em 27 de junho de 2023, que representa o apoio do país asiático ao primeiro acordo no âmbito da OMC centrado na sustentabilidade ambiental.

No entanto, um desafio evidente se apresenta na lacuna existente na abordagem da CELAC-China em relação à questão da pesca, revelando ser significativa e preocupante. Essa conduta, caracterizada por uma dualidade entre cooperação e conflito, reflete as complexidades das relações bilaterais entre a Argentina e a China. Por um lado, a cooperação é evidente em áreas como o comércio e investimentos, onde ambos os países têm interesses mútuos. Contudo, a questão da pesca destaca um ponto de tensão, em que interesses divergentes podem levar a conflitos. A falta de uma abordagem clara e abrangente para lidar com essa situação ressalta a necessidade urgente de atenção e resolução.

À vista disso, o professor Oviedo destaca as mudanças implementadas pela China, em resposta aos incidentes de pesca, como medidas para aumentar a regulamentação e fiscalização das atividades pesqueiras. Essas ações refletem uma tentativa de abordar preocupações ambientais e de sustentabilidade, bem como de mitigar tensões diplomáticas com países como a Argentina. Além disso, a China tem buscado promover a cooperação bilateral, por meio de iniciativas que visam melhorar a comunicação e a coordenação entre os dois países em questões relacionadas à pesca e à preservação dos recursos marinhos. Essa abordagem bilateral ressalta a complexidade das relações sino-argentinas, onde esforços para resolver conflitos são acompanhados por iniciativas de cooperação, evidenciando uma dinâmica fluida e multifacetada entre as nações.

Em suma, para Oviedo, o caso da pesca chinesa em águas argentinas evidencia as assimetrias presentes nas relações entre a China e América Latina – entre uma grande potência e países em desenvolvimento –, visto que apesar da cooperação constituir uma alternativa relevante para o desenvolvimento, especialmente em um cenário de competição sino-americana, as dinâmicas de poder são distintas daquelas observadas em uma cooperação Sul-Sul, e essa disparidade precisa ser considerada na formulação da política externa dos países latino-americanos.

Belt and Road Initiative: perspectiva global e desafios ambientais

O conceito de globalização com características chinesas é fundamental na análise de Javier Vadell. Ele destaca como a China desafia a perspectiva tradicional da globalização, apresentando uma visão própria que reconfigura a geopolítica e a economia política global. Essa abordagem representa não apenas uma mudança na dinâmica global, mas também uma projeção de poder da China em ascensão.

Vadell destaca que a *Belt and Road Initiative* não apenas impulsiona o desenvolvimento econômico, mas também redefine as relações internacionais ao conectar a China a várias regiões do mundo por meio de infraestrutura e investimentos. Essa iniciativa, ao enfatizar a energia verde, reflete o compromisso da China com a sustentabilidade ambiental, contribuindo para uma nova ordem global. Essa transformação global tem a BRI como seu cerne, um dos cinco pilares da globalização com características chinesas, que sustenta a interação econômica e social entre as nações. Vadell não apenas discute a iniciativa, mas também identifica outros quatro pilares, como os BRICS Plus e políticas externas por meio de fóruns multilaterais, que reforçam a proposta da China para uma nova ordem global. Esses elementos desafiam as estruturas tradicionais e promovem um mundo compartilhado, representando uma abordagem inclusiva e ampliada.

A *Belt and Road Initiative* foi anunciada em 2013 pelo atual presidente chinês, Xi Jinping, emergindo como um novo paradigma de cooperação Sul-Sul, diferenciando-se significativamente da abordagem da globalização neoliberal. Enquanto a globalização neoliberal muitas vezes prioriza transações comerciais bilaterais e interesses individuais, a iniciativa chinesa buscaria estabelecer uma rede global de cooperação através de investimentos abrangentes em infraestrutura.

Essa diferença essencial iria além da esfera econômica, abraçando uma narrativa mais inclusiva que procura enfrentar desafios globais compartilhados, como mudanças climáticas e infraestrutura sustentável. A *Belt and Road Initiative* não apenas ofereceria oportunidades econômicas, mas também se apresentaria como uma plataforma para uma cooperação global mais holística.

Os foros relacionados à *Belt and Road Initiative*, como evidenciado pelo recente terceiro encontro, realizado em outubro de 2023, sublinham a importância de diálogos multilaterais na consolidação dessas iniciativas. O intercâmbio de ideias, a cooperação entre nações e o estabelecimento de

parcerias estratégicas são elementos-chave para o sucesso a longo prazo dessas empreitadas. Em conjunto, esses pilares delineados por Vadell formam a espinha dorsal de uma nova ordem global liderada pela China, oferecendo oportunidades para diálogos mais inclusivos e a promoção de um desenvolvimento sustentável.

No contexto da América Latina, essa distinção proporciona à região a oportunidade de participar ativamente de uma narrativa global de maneira mais equitativa. Ao escolher envolver-se com a *Belt and Road Initiative*, a partir do II Fórum China-Celac, realizado em 2018, alguns países latino-americanos²⁷ – segundo a avaliação de Vadell – puderam moldar ativamente a cooperação regional e global, alinhando-se com uma visão que transcende as práticas restritivas da globalização neoliberal. Entretanto, nove países da região ainda mantêm relações diplomáticas plenas com Taiwan, sendo um deles o Paraguai – membro do Mercosul que pode dificultar negociações em bloco – constituindo um gargalo para a execução da estratégia chinesa.

Também é importante notar que duas das três maiores economias da região, o Brasil e México, ainda não aderiram ao projeto chinês. Contudo, Cui abordou o papel fundamental do Brasil na estratégia chinesa, tendo em vista que o país asiático considera que o Brasil é a maior potência em desenvolvimento do hemisfério sul, enquanto a China – que se considera um país em desenvolvimento – ocupa essa posição ao norte. Todavia, durante o debate, o professor Daniel Oviedo apresentou uma perspectiva divergente sobre o tema, ao afirmar que a China não pode ser categorizada como um país em desenvolvimento, visto que o próprio Partido Comunista Chinês já descreveu a política externa chinesa, em um informe de 2018, como “*una política exterior de gran potencia*”. Dessa forma, Oviedo enfatiza que as relações entre China e ALC são assimétricas e não devem ser categorizadas como Cooperação Sul-Sul. É nesse contexto complexo que surgem oportunidades e desafios para os países latino-americanos, destacando a necessidade de uma análise cuidadosa das opções disponíveis e das possíveis ramificações para o desenvolvimento econômico e geopolítico da região.

27 Nove países são da América do Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela); três, da América Central (Costa Rica, El Salvador e Panamá); e oito, do Caribe (Antígua e Barbuda, Barbados, Cuba, Dominica, República Dominicana, Granada, Jamaica e Trindade e Tobago), dentre outros.

Competição sino-americana na América Latina: escolhas e oportunidades

A competição entre China e Estados Unidos na América Latina não é apenas uma questão de rivalidade, mas também uma fonte de oportunidades palpáveis para a região. A análise do Professor Oviedo sobre as atividades de pesca chinesa em águas argentinas oferece um *insight* concreto sobre como a América Latina pode navegar nesse ambiente competitivo e tirar proveito das oportunidades disponíveis. Ao adotar uma abordagem estratégica, a região pode se posicionar como um ator-chave capaz de escolher entre uma variedade de parceiros globais, incluindo não apenas a China e os Estados Unidos, mas também potências regionais como o Japão e a Índia.

As perspectivas futuras delineadas por Cui colocam a América Latina no centro das atenções do desenvolvimento chinês, destacando-a como uma peça central na estratégia global do país asiático. Essa visão não apenas ressalta a importância estratégica da região, mas também sublinha o papel crucial que ela desempenhará no cenário internacional em termos de comércio, investimento e cooperação regional. Essas perspectivas futuras oferecem à América Latina uma oportunidade sem precedentes de moldar seu próprio destino e influenciar os rumos do desenvolvimento global.

Nesse contexto de rápida evolução, a América Latina enfrenta decisões estratégicas de longo prazo que ecoam as considerações de Vadell sobre os desafios e oportunidades apresentados pela *Belt and Road Initiative*. Ao encontrar o equilíbrio certo entre seus interesses e aspirações, a região pode tirar proveito das oportunidades decorrentes da competição sino-americana para impulsionar seu desenvolvimento socioeconômico e fortalecer suas relações com os principais atores globais. Em última análise, ao fazer escolhas estratégicas informadas, a América Latina pode consolidar sua posição como uma região de destaque no cenário internacional, contribuindo para um mundo mais equilibrado e interconectado.

Um novo paradigma global

À medida que a América Latina se torna cada vez mais relevante no cenário global, o interesse chinês na região assume uma importância estratégica sem precedentes, consolidando um novo paradigma global. Através da *Belt and Road Initiative* e de outros mecanismos de cooperação, a China

busca consolidar sua presença na América Latina, transformando-a em um ponto central de sua estratégia global.

Os investimentos chineses em infraestrutura e comércio na América Latina têm o potencial de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região, enquanto desafiam as estruturas tradicionais de poder estabelecidas. Esses investimentos são parte de um contexto mais amplo, no qual a ascensão da China está remodelando o cenário global. Este novo paradigma é caracterizado pela ascensão do país como uma potência econômica e política proeminente, desafiando o equilíbrio de poder estabelecido ao longo do século passado. Além de evidenciar a crescente importância da China no cenário internacional, esse paradigma também provoca uma reavaliação das normas e instituições que têm moldado as relações internacionais.

Discussões entre acadêmicos como Cui, Vadell e Oviedo enriquecem a compreensão desse fenômeno. Cui destaca oportunidades de desenvolvimento mútuo na cooperação entre a América Latina e a China, enfatizando a transferência de tecnologia, exemplificada pelo caso da *Build Your Dreams* (BYD)²⁸. Por outro lado, Vadell argumenta que vivemos em um momento de transição entre paradigmas, uma “coexistência” que remete às ideias de Thomas Kuhn²⁹. Essas visões divergentes enriquecem o debate sobre como interpretar as mudanças em curso.

Oviedo, em sua intervenção, lançou luz sobre uma perspectiva que muitas vezes é negligenciada nas discussões sobre a relação entre a América Latina e a China. Ao destacar que a China não se enquadra na categoria de país em desenvolvimento³⁰, mas sim como uma “grande potência” com uma política externa definida como tal, ele levanta questões importantes sobre a natureza das relações entre os dois atores.

28 A expansão da BYD no Brasil exemplifica o crescente interesse das empresas chinesas na América Latina, especialmente em setores-chave como transporte e energia renovável. Isso reflete uma colaboração crescente entre China e Brasil na transição para uma economia mais sustentável e tecnologicamente avançada.

29 A referência aos paradigmas de Thomas Kuhn destaca a complexidade da mudança global em curso e sugere uma transição de modelos estabelecidos no cenário internacional, onde normas, instituições e relações de poder estão sendo desafiadas e reconfiguradas. Isso ressalta a importância de uma análise crítica para compreender a natureza e implicações dessas transformações.

30 A discussão sobre a China e sua relação com países em desenvolvimento levanta questões sobre a evolução do status econômico do país asiático e suas implicações nas relações internacionais. Enquanto a China historicamente era classificada como uma nação em desenvolvimento, seu rápido crescimento econômico levanta dúvidas sobre essa classificação.

Ao considerar essas concepções divergentes, apresentadas pelos acadêmicos, torna-se evidente que a América Latina está no centro de uma dinâmica global complexa, onde as escolhas estratégicas da região terão implicações de longo prazo para seu desenvolvimento e posição no cenário internacional. Diante disso, é fundamental e desafiador que a América Latina adote uma abordagem pragmática e colaborativa, buscando estabelecer parcerias construtivas com ambos os atores globais, China e Estados Unidos, ao mesmo tempo em que protege seus próprios interesses e promove um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Em última análise, ao navegar com habilidade nesse ambiente competitivo, a América Latina pode aproveitar ao máximo as oportunidades oferecidas pelo interesse chinês na região, transformando-se em um polo de crescimento e cooperação no século XXI.

Referências

RBChina. **4ª Sessão: China na América Latina – Prof. Shoujun Cui 崔守军, Prof. Eduardo Daniel Oviedo, Prof. Javier Vadell. Mediação: Profa. Isabela Nogueira Morais.** VI Encontro da RBChina. YouTube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8caIyr-6IZQ?si=xWP3e1qbmknBibCt>. Acesso em: 19 nov. 2023.

ZHANG, Pepe; PRAZERES, Tatiana Lacerda. **China's trade with Latin America is bound to keep growing. Here's why that matters.** World Economic Forum. 17 jun. 2021. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2021/06/china-trade-latin-america-caribbean/>. Acesso em: 2 fev. 2024.



Mesa de discussão “Relações EUA-China: Geopolítica e Geoeconomia”, na foto acima, da esquerda para direita, sentados a mesa: prof. Demétrio Toledo (UFABC), prof. Mehdi Parvizi Amineh (Universidade de Amsterdam) e profa. Michelle Ratton (FGV-Direito). Em pé, no púlpito, prof. Hung, Ho-Fung (Universidade Johns Hopkins). Fonte: organização do VI RBChina.



Na foto em destaque está a prof. Michelle Ratton (FGV-Direito). Fonte: organização do VI RBChina.



Profa. Esther Majerowicz (Universidade Federal do Rio Grande do Norte) durante sua fala na sessão “China, Brasil e o Mundo de Trabalho”. Fonte: Foto de Túlio Fernandes/ Fundação Perseu Ábramo.



Francisco Falsetti Xavier (Observa China) e profa. Kelly Ferreira (PUC Campinas e NUPRI/USP) durante a mesa organizada pela Observa China “Arte e Soft Power: aspectos culturais dos estudos chineses”. Fonte: organização do VI RBChina.



Público durante as sessões do VI RBChina. Foto: organização do VI RB-China.



João Cumarú (Plataforma CIPÓ) e prof. Marcos Cordeiro Pires (Unesp) durante a sessão de discussão “Era Xi Jinping e as quatro iniciativas: Cinturão e Rota (BRI), da Civilização, de Segurança e do Desenvolvimento Global”. Foto: Sérgio Silva/Fundação Perseu Ábramo.

**Parte III – Múltiplas dimensões
das relações Brasil-China**

Capítulo 9

Dimensões da cooperação Brasil-China e a superação de seus desafios

Rafael Almeida Ferreira Abrão³¹

Introdução

As relações Brasil-China têm evoluído gradualmente ao longo de décadas de aproximação e aprofundamento da cooperação nos âmbitos bilaterais e multilaterais. O fortalecimento das relações se dá em um contexto de transformações no sistema internacional e de desafios internos para ambos os países. Tais transformações no cenário externo são, por vezes, induzidas pelos dois atores, na busca por reformar instituições multilaterais e solidificar as bases do seu desenvolvimento ao ampliar os mecanismos de cooperação internacional. A criação do BRICS – grupo que originalmente incluía Brasil, Rússia, China, Índia e, posteriormente, adicionou a África do Sul – é um exemplo da busca de Brasil e China para estreitar laços políticos e econômicos.

Internamente, se impõem desafios como a reprimarização da economia e as deficiências tecnológicas do Brasil, ao mesmo tempo em que a China se fortaleceu como grande potência no sistema internacional e se tornou a principal parceira comercial do Brasil – comprando basicamente produtos primários como soja, minério de ferro e petróleo. Essa dinâmica tem levantado discussões sobre as características das relações bilaterais entre os países em desenvolvimento e como tal vínculo pode ser incrementado para possibilitar que o Brasil possa se reindustrializar, bem como volte a crescer de maneira sustentada e sem abandonar a preocupação com a grave crise ambiental decorrente das mudanças climáticas.

31 Professor de Relações Internacionais na PUC-SP; Doutor em Economia Política Mundial pela Universidade Federal do ABC (UFABC); Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Pesquisador do Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB), do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) e do International Institute for Asian Studies (IIAS).

Para a superação destes desafios, é preciso um esforço político-diplomático, que o Brasil tem enfrentado por meio de discussões no âmbito federal, mas também por meio de iniciativas paradiplomáticas lideradas por cidades brasileiras, entre as quais se destaca o município de São Paulo, por seu peso econômico e capacidade de mobilização de recursos. Outro desafio que surge do lado brasileiro é avançar na cooperação com os chineses para além da colaboração econômica, passando a abranger também uma maior aproximação cultural, pois a representação da China como sociedade no Brasil se coloca como um desafio. Durante a pandemia de Covid-19, por exemplo, a cobertura midiática no Brasil foi quase inteiramente feita pela ótica de agências de notícias de países ocidentais e reproduzidas na imprensa brasileira.

O presente texto foi formulado com base nas ideias e discussões debatidas na mesa “Dimensões da cooperação Brasil-China e seus desafios”, realizada em 26 de outubro de 2023, como parte do VI Encontro da RBChina. A mesa ocorreu sob coordenação de Valéria Lopes Ribeiro (UFABC), e participação de Ana Tereza Lopes Marra de Sousa, da Universidade Federal do ABC (UFABC), William Daldegan, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), João Paulo de Oliveira, da Prefeitura Municipal de São Paulo, e do jornalista e pesquisador Igor Patrick. Neste texto, buscamos sintetizar os desafios para o aprofundamento da cooperação entre Brasil e China apontados pelos participantes. Focamos, primeiramente, na construção histórica das relações Brasil-China e a atual dinâmica comercial estabelecida no Brasil: exportação de produtos primários e importação de produtos de maior valor agregado. Em seguida, passamos a discussão dos desafios do multilateralismo no âmbito dos BRICS, incluindo a ausência de institucionalização e o movimento de expansão dos países participantes do grupo. Como terceiro desafio a ser enfrentado, abordamos a necessidade de aprofundamento da cooperação entre entes subnacionais para o avanço das relações Brasil-China. Damos continuidade à discussão, debatendo a representação da China na imprensa brasileira e a ausência de jornalistas especialistas que colaborem para a compreensão da realidade do país. Por fim, esboçamos algumas considerações finais sobre as discussões relacionadas aos tópicos citados.

Cooperação e assimetrias nas relações Brasil-China

As relações entre Brasil e China passaram por uma profunda transformação nas últimas décadas. Essas transformações foram sumarizadas por Ana Tereza Lopes Marra de Sousa, em uma exposição que buscou apresentar

um panorama das relações bilaterais entre os dois países, com o objetivo de identificar seus desafios e oportunidades. Nos anos 1980, a pauta comercial entre Brasil e China era substancialmente diferente da que se registra atualmente: 63,9% dos produtos brasileiros exportados para a China eram manufaturados, 30,1% eram semimanufaturados e apenas 6% das exportações brasileiras direcionadas à China eram de produtos primários (Biato Jr., 2010, p. 43). Atualmente, as relações atingiram um novo patamar, com a China se tornando a principal parceira comercial do Brasil. No entanto, a realidade da pauta de exportação brasileira é muito distinta da registrada na década de 1980, com a exportação de bens básicos superando os 80% a partir de 2010 (Banco Mundial, 2020).

Esse processo de reprimarização da pauta exportadora pode ser explicado por fatores internos e externos. Internamente, deve-se observar o abandono do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) e das políticas intervencionistas de promoção do desenvolvimento lideradas pelo Estado brasileiro. Esta estratégia promoveu a ascensão do Brasil como país semiperiférico e potência média, resultando na industrialização acelerada entre as décadas de 1930 e 1970 (Sousa, 2021).

Em 1978, temos a assinatura de um acordo comercial com a China, motivado pela busca do Brasil por petróleo no contexto de restrição e aumento dos preços desse insumo, após o choque ocorrido em 1973. Do lado da China, o interesse era em produtos manufaturados brasileiros como calçados e têxteis, além do açúcar. O Brasil era, portanto, industrialmente superior. O artigo 5 do acordo previa que ambos declaravam que tomariam “medidas a fim de que as proporções de manufaturados e semimanufaturados de exportação de ambas as partes aumentem gradualmente sem prejuízo do intercâmbio de novos produtos e mercadorias tradicionais” (Brasil, 1978).

Foram escolhas políticas que alteraram o curso de desenvolvimento do Brasil. Após décadas de industrialização, o Brasil passou a enfrentar uma crescente vulnerabilidade externa, especialmente exposta pelo modelo de desenvolvimento baseado no endividamento externo. A crise da dívida fez a década de 1980 ser conhecida como “a década perdida” para a economia brasileira. A partir do esgotamento do modelo anterior, o Brasil passou a abandonar políticas intervencionistas e migrou para o modelo neoliberal, se desindustrializando e voltando novamente à ideia de que haveria uma “vocalização agrária” que permitiria que a inserção internacional do Brasil se desse como o “grande celeiro” do mundo.

A trajetória chinesa de reforma e abertura não foi pautada no modelo neoliberal. Os chineses optam por um modelo gradual de abertura dirigido

pela força do Estado e com o uso das Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Portanto, a China não utilizou a liberalização de mercados como estratégia, apostando na intervenção governamental planejada e o gerenciamento da expansão do mercado doméstico (Clegg, 2009). Externamente, uma nova era de internacionalização atinge a Ásia, com a posição da China se transformando dentro da divisão internacional do trabalho.

A partir das trajetórias distintas ocorre o distanciamento das curvas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de Brasil e China. Na comparação do PIB dos dois países, percebe-se que as economias tinham tamanhos comparáveis até 1996, mas com a mudança profunda nas trajetórias de desenvolvimento – a partir da capacidade de lidar com os constrangimentos internos e externos – surgiram diversas assimetrias. O Brasil passou a crescer pouco a partir da adoção do neoliberalismo na década de 1990, enquanto a abertura e reforma controlada pelo Estado chinês transformou o país na segunda maior economia do mundo e uma potência no sistema internacional.

Ocorreu uma mudança no padrão das relações bilaterais com o peso da China para o Brasil aumentando: o país se tornou um grande receptor de investimentos externos diretos oriundos da China e, em 2022, a corrente de comércio entre os dois países registrou US\$ 150 bilhões e participação da China nas exportações foi de 26,8% (BRASIL, 2023). Em 2022, o superávit geral da balança comercial foi de US\$ 61 bilhões, dos quais 65% são decorrentes do fluxo superavitário de exportações para a China.

A discussão que se impõe ao Brasil é como mudar a estrutura da relação bilateral que se cristalizou nas últimas duas décadas após os caminhos distintos de desenvolvimento que foram adotados. O terceiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023, passou a citar a necessidade de diversificação da pauta de exportação e de reindustrialização da economia brasileira (Brasil, 2023b). No entanto, os caminhos para a mudança por meio das relações bilaterais são limitados e as iniciativas do Brasil de mudar o quadro são parciais, com possibilidades restritas. Há mecanismos políticos, como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada em 2004, e a interlocução multilateral por meio dos BRICS, da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

As relações Brasil-China evoluíram e o Brasil recebe importantes investimentos chineses que podem auxiliar na construção de projetos de infraestrutura que auxiliam seu progresso. No entanto, a tarefa do Brasil é articular um projeto de desenvolvimento em que os investimentos chineses possam ser inseridos, pois o que a China oferece somente irá contribuir de

fato, para o desenvolvimento econômico, se o Brasil for capaz de determinar uma estratégia clara e eficiente. Além de mobilizar a política externa a favor de um projeto de desenvolvimento, há o desafio de mobilizar grupos domésticos, que internamente consigam defender pautas de transformações que incluam alterar a posição do Brasil como país periférico e exportador de produtos primários.

O multilateralismo do BRICS para a cooperação Brasil-China

O BRICS é uma coalizão de Estados, em um tipo de multilateralismo materializado com a crise de 2008, que surgiu como uma tentativa de transformar o poder econômico dos países que fazem parte do grupo em influência geopolítica, conforme foi sintetizado por William Daldegan em sua exposição. Por multilateralismo, entende-se a definição de Ruggie (1992, p. 568) como a “coordenação das relações entre três ou mais Estados de acordo com certos princípios”. Além disso, o BRICS acabou por se apresentar como defensor e promotor dos interesses do mundo em desenvolvimento, com a promessa de ser um grupo capaz de materializar mecanismos de cooperação Sul-Sul.

Segundo Cooper e Farooq (2015), o BRICS se consolidou como um clube informal e com certa seletividade exclusiva, em que os Estados, ao entrarem para o clube ganham determinado grau de status. Isso se aplica inclusive para os membros fundadores: para o Brasil a participação no BRICS é uma plataforma de projeção de poder, enquanto para a China é um instrumento que reafirma compromissos e a sua posição de se apresentar como um país em desenvolvimento e parte do Sul Global.

É preciso destacar um aspecto importante desta coalizão de Estados que a diferencia dos principais fóruns de diálogo existentes entre estes países até então, como o G20 e a OMC, que é a ausência de institucionalização. Ou seja, a cooperação originada por meio do BRICS não produz normas, regras e princípios. É um modelo que possui a cooperação como início, meio e fim. A adesão de novos membros ao grupo, iniciada com a África do Sul, é um exemplo da ausência de institucionalização, em que pairam diversas dúvidas sobre os procedimentos necessários para a adesão. Ao mesmo tempo, o grupo declara intenções e concretiza este objetivo com o anúncio de entrada da Argentina, do Egito, do Irã, da Etiópia, da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes no grupo.

Cabe destacar que, apesar da ausência de institucionalização, o BRICS constrói acordos e propostas de cooperação por meio do constante diálogo entre os países membros. É o que o Daldegan e Carvalho (2022) classificam

como um processo dinâmico e processual, o qual beneficia seus membros ao oferecer uma forma distinta de governança e cooperação. A metodologia utilizada combina a análise de documentos de cúpula com o uso de software de análise biométrica e contagem de palavras, os autores identificam pautas e questões que têm sido trabalhadas no âmbito do BRICS. Identifica-se uma complexidade crescente nas discussões a cada cúpula, especialmente após a criação do Novo Banco de Desenvolvimento ou *New Development Bank* (NDB) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR). Em seguida, a pandemia de Covid-19 se tornou um novo impulso para a complexidade das discussões.

Com a criação do NDB e do ACR, observa-se o início de um processo de contra-institucionalização, resultando num paradoxo de que os países do BRICS continuam parte das instituições tradicionais, enquanto criam outras novas. Ou seja, trata-se de uma estratégia dual, em que se promove uma nova ordem com a criação de novas instituições, ao mesmo tempo que se reforma a antiga com reivindicações que persistem em instituições tradicionais: Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e Banco Mundial. O NDB também tem desempenhado um papel importante ao cooperar com os bancos nacionais de desenvolvimento de cada país membro do BRICS. O banco tem concentrado recursos em projetos de infraestrutura, com a Índia liderando os empréstimos, seguido por Brasil³² e China.

De acordo com Borzel e Zurn (2021), trata-se da formação do paradigma da política global, em que a governança global é tida como uma estrutura normativa e institucional que contém hierarquia e desigualdade de poder, o que acaba por produzir conflitos, contestação e resistência. Desse modo, os países membros do BRICS passam a contestar a ordem internacional, sendo o fio condutor de proposições de reformas do sistema financeiro internacional, com a expansão do NDB antecedendo a expansão do próprio BRICS³³.

O desafio para que essa cooperação continue ocorrendo pelo sistema financeiro internacional se dá em diversas frentes, como, por exemplo, o surgimento da discussão sobre a criação de uma moeda comum, sendo esta uma possibilidade de difícil concretização, entre os países membros do BRICS, por causa da burocracia institucional interna de cada país, que estão pouco

32 A maior parte dos projetos brasileiros foram solicitados por governadores do Nordeste – especialmente no período de governo Bolsonaro, quando ocorreram embates políticos entre os governadores da região e o governo federal –, mostrando a importância dos entes subnacionais na cooperação do Brasil com a China.

33 Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Egito são membros do NDB e o Uruguai está em processo de adesão.

abertas para este cenário. Além disso, essa discussão tem ocorrido em um momento de expansão da coalização original, o que tem mudado a balança de poder dentro do grupo, com Brasil e Índia condicionando a expansão do BRICS ao acesso a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU. Há dúvidas ainda em relação a como se dará esta expansão, uma vez que a ausência de institucionalização resulta em um contexto em que não há regras para definir os países que se tornarão membros do grupo e os que terão seu acesso negado. Para os países membros, a expansão significa projeção de poder e se analisa que há mais ganhos do que riscos neste processo. Essa é uma discussão necessária que precisa ser enfrentada pelos membros, uma vez que restringir o BRICS a cinco países poderia demonstrar uma grande incoerência no discurso de democratização e reforma das instituições multilaterais.

Os desafios da cooperação entre entes subnacionais

Para além das reflexões sobre a política externa brasileira, é necessário pensar como cidades e estados podem se inserir no contexto de cooperação entre Brasil e China. Este exercício, proposto por João Paulo de Oliveira em sua fala, pode contribuir para que o Brasil consiga organizar seus objetivos de desenvolvimento sustentável, por meio da busca de soluções para os problemas enfrentados nas cidades brasileiras. Desse modo, podemos separar a política internacional em três âmbitos de interação na perspectiva subnacional de cooperação: *i*) a rede diplomática, formada por consulados e embaixadas³⁴; *ii*) entes subnacionais, como cidades e províncias; e, *iii*) a sociedade civil, constituída por associações e câmaras de comércio.

Há uma falta de compreensão no Brasil de que, embora a política internacional seja conduzida no âmbito federal, são as cidades que lidarão com os problemas e desafios enfrentados pela população. Elas precisam gerenciar orçamentos e formular estratégias para efetivamente mudar a realidade dos brasileiros. A cooperação entre cidades no Brasil geralmente segue o modelo europeu, com base em agências de cooperação. O ápice desse tipo de cooperação ocorreu em 2013, mas foi perdido com a ascensão da direita ao poder.

Atualmente, estão em andamento tentativas de cooperação com diversas regiões do mundo. O governo dos Estados Unidos, por exemplo, ensaiou

34 A rede diplomática é fundamental para a troca de conhecimento entre governos no nível federal, mas também contribui para trocas entre cidades.

um movimento de cooperação internacional com as cidades latino-americanas, em busca de soluções para problemas comuns como pessoas em situação de rua, ordenamento urbano e mudanças climáticas. No entanto, essa é uma iniciativa ainda incipiente, sem muitos resultados. Em relação à China, se somam diversos esforços, toda cooperação se inicia com base em acordos voltados para o irmanamento entre cidades e somente após a assinatura é possível conversar e pensar uma cooperação mais técnica.

A grande oportunidade que tem sido apresentada e aproximado o município de São Paulo com as cidades chinesas é a eletromobilidade. O mercado chinês é o único que a cidade pode buscar essa tecnologia e contribuir para a criação da infraestrutura necessária para uma cidade mais sustentável. A eletrificação da frota paulista em parceria com cidades chinesas pode influenciar outras cidades do Brasil a seguir o mesmo caminho.

Apesar do aumento da imigração e da presença de empresas chinesas nas cidades, ainda há desafios significativos de integração que derivam da necessidade de aprimorar a cooperação cultural, inclusive promovendo o ensino da língua chinesa no Brasil. Esse distanciamento cultural também se manifesta na reduzida – ou por vezes inexistente – cooperação entre o Brasil e a China na imprensa, como discutiremos na seção a seguir.

Desafios para a construção de uma visão nacional da China

No passado, houve uma presença significativa de jornalistas brasileiros na China. Entretanto, atualmente, mesmo com o aumento da influência chinesa no Brasil, o número desses profissionais para reportar a realidade chinesa é reduzido, como destacado por Igor Patrick em sua exposição. Em outras palavras, a forma como o Norte Global percebe a China é refletida no Brasil por meio da perspectiva das agências de notícias ocidentais. Com a predominância da cobertura ocidental, há pouco espaço para reportagens de profundidade e artigos de opinião. A dificuldade de cobertura é um problema estrutural identificado em vários países e acaba por distorcer a visão da sociedade chinesa no Brasil. Com a reprodução de notícias de agências como Associated Press, Reuters e Havas, o Norte Global ganha a narrativa e acaba influenciando a percepção da China no Brasil. Este problema é agravado pelo advento da BBC e da CNN – que por vezes possuem o monopólio do texto e da imagem. Por exemplo, a CNN é uma das únicas – ao lado apenas da Al Jazeera – cobrindo o conflito na Faixa de Gaza em 2023, editando a narrativa do conflito.

Ocorreram diferentes ondas de jornalistas na China, a mais recente foi durante os Jogos Olímpicos de 2008, que resultou em um aumento significativo do interesse pela China. Na ocasião, a cobertura das Olimpíadas pela mídia ocidental causou surpresa e incompreensão nos chineses. O objetivo era apresentar uma nova China ao mundo, mas as reportagens no Ocidente deram foco para as manifestações pró-Tibete. Depois da realização dos Jogos Olímpicos, o número de jornalistas brasileiros caiu gradativamente ao ponto de o Brasil ficar 3 anos sem correspondentes registrados. Em 2023, só há registro de um único jornalista brasileiro, Nelson de Sá – sendo também o único sul-americano – que está localizado em Taiwan, o que também pode gerar problemas de distorção na cobertura (Patrick, 2023).

A pandemia de Covid-19 é um exemplo da deficiência de óticas distintas na representação da China no Brasil, uma vez que a história da pandemia foi contada por lentes estrangeiras. A cobertura da Folha de São Paulo, maior jornal do país, foi pautada no Norte Global: o jornal realizou 42 entrevistas originais, apenas 10 delas com fontes chinesas, das entrevistas reproduzidas, foram entrevistadas pessoas de 72 instituições, das quais apenas 17 eram chinesas.

Para amenizar o efeito da cobertura do Norte Global, a China passou a investir na expansão do jornalismo chinês, sem sucesso pois a forma de fazer jornalismo na China – muito ligado aos órgãos de governo – é muito distinta do jornalismo de outros países. No entanto, um efeito identificado é o surgimento de veículos midiáticos na América Latina que dependem do financiamento chinês para sobreviver como o Reforma no México, o La Nación na Argentina e a Band no Brasil. Como resultado, o conteúdo original sobre a China diminui e dá lugar à propaganda chinesa. Em outras palavras, os veículos passam a censurar conteúdo com medo de perder o dinheiro.

O desafio contínuo da representação jornalística da China no Brasil é evidente diante da diminuta presença de correspondentes brasileiros no país asiático. A predominância da narrativa do Norte Global, impulsionada por agências de notícias ocidentais, acaba por moldar a percepção dos brasileiros sobre a realidade chinesa. Neste contexto, a necessidade de promover uma cobertura mais plural sobre a China persiste como um desafio crucial para uma compreensão mais ampla e acurada da sociedade chinesa no Brasil.

Considerações finais

A evolução das relações Brasil-China demonstra um desafio constante em harmonizar interesses e superar assimetrias. A dinâmica comercial entre

Brasil e China alcançou um patamar notável, mas com a predominância da exportação de produtos primários, gerando discussões sobre a necessidade de reindustrialização e diversificação da pauta de exportação brasileira.

Portanto, o Brasil enfrenta o obstáculo de redefinir sua relação bilateral, buscando uma estratégia que promova um desenvolvimento mais equilibrado e sustentável. A participação no BRICS oferece uma plataforma para aprofundar a cooperação bilateral e multilateral. O grupo, mesmo sem institucionalização formal, tem se mostrado dinâmico e colaborativo, apesar de desafios em sua estruturação e governança. Ao mesmo tempo, a cooperação entre entes subnacionais abre possibilidades para avanços em áreas como infraestrutura e eletromobilidade. Destacou-se ainda como a representação da China na imprensa brasileira passa por dificuldades significativas, refletido na escassez de jornalistas brasileiros na China e na predominância da narrativa do Norte Global.

Em suma, as adversidades das relações Brasil-China abrange aspectos econômicos, políticos e culturais, exigindo esforços para superar assimetrias, promover uma cooperação mais equilibrada e construir uma visão mais completa e fiel da realidade mútua.

Referências

BANCO MUNDIAL. **World Integrated Trade Solution (WITS)**. 2020. <https://wits.worldbank.org/CountryProfile/en/Country/BRA/StartYear/1992/EndYear/2001/TradeFlow/Export/Indicator/XPRT-PRDCT-SHR/Partner/CHN/Product/stages-of-processing#> Acesso em: 19 nov. 2023.

BIATO JÚNIOR, Oswaldo. **A parceria estratégia sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)**. Brasília: FUNAG, 2010.

BÖRZEL, T. A.; ZÜRN, M. Contestations of the liberal international order: from liberal multilateralism to postnational liberalism. **International Organiz.**, v. 75, n. 2, p. 282-305, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0020818320000570>. Acesso em: 14 nov. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Acordo Comercial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. 1978. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?TipoAcordo=BL&TituloAcordo=china&page=11&tipoPesquisa=2>. Acesso em: 18 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Resultados do Comércio Exterior Brasileiro – Dados Consolidados**. 2023a. Disponível em: https://balanca.economia.gov.br/balanca/publicacoes_dados_consolidados/pg.html. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Brasil vai analisar parceria com capital chinês para reindustrialização. **Planalto**, 14 abr. 2023b. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/04/brasil-vai-analisar-parceria-com-capital-chines-para-reindustrializacao>. Acesso em: 18 nov. 2023.

CLEGG, Jenny. **China global strategy: towards a multipolar world**. Pluto: New York, 2009.

COOPER, Andrew F.; FAROOQ, A. B. Testing the Club Dynamics of the BRICS: The New Development Bank from Conception to Establishment. **International Organisations Research Journal**, v. 10, n. 2. 2015. Disponível em: <https://iorj.hse.ru/en/2015-10-2/152398421.html>. Acesso em: 14 nov. 2023.

DALDEGAN, William; CARVALHO, Carlos Eduardo. Brics as a Dynamic and in Process Phenomenon of Global Planning: An Analysis Based on the 2009-2020 Annual Summit Declarations. **Estudos Internacionais**, v. 10, n. 1, p. 117-147, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2317-773X.2022v10n1p117-147>. Acesso em: 14 nov. 2023.

HENFIL, Henrique de Souza Filho. **Henfil na China: antes da Coca-cola**. Codecri, 1981.

PATRICK, I. Jornalistas que se dedicam a traduzir a China não estão mais no país em momento crucial. **Folha de São Paulo**, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://folha.com/y4mgfk61>. Acesso em: 15 nov. 2023.

RUGGIE, John Gerard. Multilateralism: the anatomy of an institution. **International Organization**, v. 46, n. 3, p. 561-598, 1992. Disponível em: <http://jstor.org/stable/270'6989>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SOUSA, A. T. L. A construção de padrões comerciais nas relações Brasil-China. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 10, n. 3, p. 578–604, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/2237-7743.2021.v10n3.p578-604>. Acesso em: 26 out. 2023.

Capítulo 10

As diferentes perspectivas e possibilidades na relação comercial Brasil-China

Camila Alves Moraes da Silva³⁵

Introdução

Ao tratarmos das relações entre o Brasil e a China, um tema que gera muito interesse e pode ser considerado um dos mais importantes é o da parceria comercial. Por meio dela, debates podem ser levantados, e concepções diferentes dentro deste tema podem ser analisadas. Com este pensamento, foi elaborado o painel discente que teve como tema “A parceria comercial Brasil-China: trajetórias e perspectivas para além das commodities”, com o objetivo de debater questões que nem sempre são a pauta principal desta relação comercial.

Sabe-se que os produtos brasileiros que a China mais importa consistem em commodities, entretanto, quais são os impactos dessa demanda dentro do território nacional, como esta parceria funciona, e como ela afeta a questão ambiental? Estes foram alguns dos levantamentos trazidos por Levi Manoel dos Santos, mestrando em Relações Internacionais no Programa de Pós-graduação da UFABC; pós-graduando em Negócios Internacionais pela ABRACOMEX e bacharel em Relações Internacionais pela UFT.

Em contrapartida, não é apenas o mercado de commodities que existe entre Brasil e China, podendo variar para outros produtos diversos, como a produção de patentes e tecnologia entre os países. A exposição de como esse mercado funciona foi feita por Marina Middendorf, bacharel em Ciências & Humanidades e Relações Internacionais pela UFABC e especialista em Comercialização de Tecnologias e Inovações pela Georgia Tech University.

Por fim, outra ótica desta relação comercial que é muito importante de ser compreendida é a opinião pública e a reação midiática em cima das

35 Graduanda do Bacharelado em Relações Internacionais pela UFABC; participante do Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil da UFABC (OPEB).

relações com a China. Foi o que Abraão Aguilera trouxe, graduando no Bacharelado em Ciências e Humanidades e em Políticas Públicas pela UFABC e pesquisador-assistente no CEBRAP.

Breve histórico da parceria Brasil-China

Para que seja possível analisar as diferentes narrativas que englobam as relações comerciais entre Brasil e China, é necessário retomar brevemente quando essa relação se iniciou e como sua evolução ocorreu. Como foi trazido por Abraão Aguilera e Levi Manoel dos Santos, as relações diplomáticas entre os países foram restabelecidas em 1974 e ganharam força durante os dois governos Lula. Foi neste momento da primeira década do século XXI que a relação entre os países se tornou mais estreita, com a China se tornando a principal parceira comercial do Brasil em 2009, cargo em que permanece até os dias de hoje. Nesse período também a China intensificou sua ascensão, e passou a se integrar mais nos diálogos internacionais, algo que foi provado com sua entrada em 2001 à Organização Mundial do Comércio. Além disso, também foi neste período que blocos internacionais que englobam ambos os países se consolidaram, como o BRICS.

O diálogo entre Brasil e China permaneceu em constante evolução, entretanto, durante a gestão dos governos de Dilma e Temer, o que se observou foi uma certa dificuldade geral do Brasil em manejar sua política externa devido às crises domésticas. Ainda, mesmo com essas adversidades, as relações comerciais entre os países nesse momento já estavam consolidadas. Isso é revelado dado ao funcionamento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), criada em 2004, responsável por dinamizar a relação Brasil-China, principalmente no âmbito comercial, e relevante na estratégia da política externa brasileira voltada para a China. Dessa forma, a relação entre os países teve tempo o suficiente para evoluir e se complexificar, abarcando diversos setores, mercados, produtos e serviços, assim como gerando diferentes reações e consequências no âmbito nacional. Cabe então, investigar algumas dessas diferentes perspectivas que abrangem a relação comercial entre Brasil e China.

A relação comercial Brasil-China no MATOPIBA

Como se sabe, os principais produtos brasileiros exportados para a China consistem na produção de commodities. Esses produtos são feitos em várias regiões diferentes do território brasileiro, sendo que cada região tem um foco. Um dos recortes possíveis de se analisar, e trazido para a discussão por Levi Manoel dos Santos, está na região do MATOPIBA, que, como sua sigla sugere, refere-se aos estados, respectivamente, do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esta, consiste em uma sub-região de parte dos estados do Nordeste, tendo sido oficializada em 2015 pelo Ministério da Agricultura. A área consiste em um território usado para exploração, e principalmente para a produção de commodities desde a década de 1980, onde se tem um aumento de cerca de 20% na produção de grãos por ano. Isso evidencia afinal qual é o papel chave desta região cheia de recursos naturais, podendo ser entendida como uma fronteira neoextrativista e não apenas agrícola.

O conceito de neoextrativismo, segundo o professor uruguaio Gudynas³⁶ e apontado por Levi (informação verbal), “é o modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação dos recursos naturais, sendo este constituído em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção internacional subordinada.” Desta maneira, o movimento vem tomando novas formas a partir da subordinação do capital internacional, sendo possível assim analisar como o capital chinês especificamente se integra no cenário doméstico brasileiro, em suma na região do MATOPIBA. Para tanto, é preciso levar em consideração que o processo de criação de novas fronteiras neoextrativistas levam à criação de zonas de disputa e conflitos de interesse, tanto no cenário interno quanto no internacional.

Segundo o gráfico da visão geral de produtos exportados tendo como destino a China, apresentado por Levi, é possível ver como foi o comércio de exportações brasileiras para a China em 2022, mostrando que existe pouca variação dos produtos que são exportados, se concentrando majoritariamente na soja e outros grãos, que são produtos com baixo valor agregado. Neste contexto da relação comercial Brasil-China, foi feita uma análise em cima da região do MATOPIBA, e como essa dinâmica funciona dentro de seus estados. Analisando cada estado separadamente, tem-se o quadro geral de que

36 Disponível em: GUDYNAS, E. (2015) Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza. Cochabamba: CEDIB/CLAES.

a China é o principal parceiro comercial de cada um destes, com produtos de exportação que variam entre soja, milho e outros grãos, carne bovina, um pouco de mineração, entre outros. Cada estado possui suas particularidades, como por exemplo, o Maranhão, que tem como alvos comerciais também os EUA e o Canadá, além da China.

Embora os estados do MATOPIBA tenham como seu principal país exportador a China, a região ainda não é a parte do território nacional que mais exporta para este país, mesmo sendo o local dentro da região Nordeste que tem a China como seu mais importante destino. Ainda assim, essa concentração chinesa vem aumentando no MATOPIBA a cada ano.

Por outro lado, voltando-se para o âmbito doméstico, a pesquisa conduzida por Levi teve como foco expor uma análise que mostra como esse crescimento das exportações de commodities na região do MATOPIBA acabou gerando o aumento de conflitos na região por disputa fundiária. As disputas no campo já existentes, que vão desde disputa territorial por áreas de plantio até disputas de mercado, apenas ficam mais acirradas com o neoextrativismo e, conseqüentemente, o desejo da China de importar cada vez em maior quantidade o produto dessas regiões. Os conflitos dentro da fronteira agrícola, dessa forma, acabam se espalhando e se acentuando não apenas na região Nordeste, como também nas regiões Norte e Centro Oeste.

Levando em consideração que para produzir soja e outras commodities dentro do território nacional é necessário desmatar áreas florestais, pode-se estabelecer uma relação entre a inserção do capital internacional nas regiões citadas anteriormente e o aumento do desmatamento nessas áreas, um problema que há muito vem sendo enfrentado em várias partes do país. Para exemplificar esta relação, Levi citou o caso de 2012, quando houve uma reforma do código florestal brasileira, que fazia com que áreas que antes eram alvo de desmatamento fossem regulamentadas, visando uma possível diminuição na taxa de desmatamento. Entretanto, com este recorrente interesse internacional, e principalmente da China, em importar commodities brasileiras, o efeito que se tem na realidade é que de fato, estas áreas regulamentadas se mantêm intocadas, mas isso não impede que outras comecem a ser desmatadas, gerando um ciclo vicioso.

Com tudo o que foi apresentado, questões quanto à política interna e à relação comercial Brasil-China podem ser levantadas. A começar por qual é a forma de desenvolvimento que queremos para o Brasil? Esta questão é refletida no livro de Maristella Svampa, citado por Levi, onde se discute que o desenvolvimento nacional está fundamentado na justificativa ideológica de desenvolvimento importada do Ocidente para a América Latina onde se tem

um reflexo de contingências históricas que pensam na lógica de dominação, que se dá justamente através da ocupação de capital estrangeiro dentro do território brasileiro, fazendo, portanto, que este se torne uma região subordinada. Nesse sentido, é possível refletir sobre como o capital chinês está sendo inserido dentro da lógica nacional brasileira, havendo duas possibilidades. A primeira, se o capital está sendo usado apenas para a exploração de commodities, a segunda, se está sendo usado de forma mais autônoma. Pelos estudos realizados em recorte dentro da região do MATOPIBA, o que se tem até então é uma lógica que continua sendo subordinada.

A produção de patentes e propriedade intelectual

A relação comercial entre Brasil e China não se limita apenas ao mercado de commodities, podendo abranger também outras áreas, como suas trocas comerciais de patentes, marcas e propriedade intelectual no geral. Embora não componha a parte principal da relação comercial entre os países, este mercado ainda se faz presente e possui grande importância na indústria. Isto porque, como Marina Middendorf apontou, o volume de ganho que patentes e marcas geram para o país é muito grande. No entanto, para entender melhor esta relação, é necessário primeiramente retomar alguns acontecimentos e dados para traçar comparativos.

Partindo de uma perspectiva histórica, este mercado de marcas e patentes inicialmente não gerava tanto impacto nacional, quando o Protocolo de Madri foi criado e passou a ser vigorado em 1998, se consolidando com mais força com o passar do tempo. Ainda no âmbito comercial, tem-se a adesão do Brasil à Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995 onde, como visto anteriormente, a China ingressou apenas em 2001. Essa diferença também está presente no ano de entrada de cada país na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), onde o Brasil entrou em 1975, e a China, em 1980, mas passou a ter sua primeira lei relacionada a patentes apenas em 1984. Desta forma, tem-se uma diferença de quase dez anos entre os países ao tratar da propriedade intelectual, e ainda assim, atualmente é a China quem ocupa a primeira posição no ranking mundial em todas as categorias de pedido de patentes, marcas, entre outros, tanto em pedidos internacionais quanto de residentes. Segundo os dados trazidos por Marina, a China possui 1.538.000 patentes de residentes, e 1.585.000 patentes no contexto global. Enquanto isso, o Brasil ocupa a vigésima sexta posição no ranking, possuindo 6.500 patentes nacionais e 24.200 patentes globais. Isto torna evidente a

discrepância entre os países não apenas no número de pedidos de patentes, como também no quanto os atores nacionais de cada conseguem produzir, ou seja, quanta tecnologia consegue ser criada e desenvolvida para trazer benefícios exclusivamente para o país em questão.

Tratando-se da diferença no número de patentes produzidas pela própria China e patentes globais, ela está na casa dos 50 mil, enquanto no Brasil essa diferença é maior, onde mais de 70% das patentes depositadas no Brasil não são nacionais, sendo em sua maioria de empresas estrangeiras. De qualquer forma, elas são utilizadas na China majoritariamente na indústria de computadores, e no Brasil, aplicadas nas chamadas *special machines*, que correspondem a máquinas agrícolas e tecnologia de commodities. Ao analisar apenas como essas patentes são aplicadas em cada país, é possível perceber em que patamar cada um está, enquanto um domina a tecnologia de ponta, o outro volta-se para o setor agrícola que, como visto anteriormente, é tão importante para o Brasil, principalmente na relação comercial com a China, ressaltando a posição brasileira como país exportador de commodities.

Dado o contexto e os dados apresentados quanto à produção de patentes em ambos os países, é viável pensar em como essa produção se iniciou em cada país. No caso da China, não havia interesse em propriedade intelectual no geral, algo muito ligado à cultura, que tradicionalmente influencia a parte política e econômica da nação também. Para o país, o conhecimento não era algo a ser dominado, e sim reproduzido, ou seja, a cópia não era considerada algo errado para os chineses, então não existiam direitos de reprodução. Esta característica doméstica fez com que o país tivesse dificuldades de entender como funciona o comércio internacional, em suma com o Ocidente, onde essas reproduções não são bem aceitas e existem muitas regras de regulamentação e propriedade intelectual. Assim, a China se viu obrigada a se adequar a estas normas de propriedade intelectual, para que pudesse, por exemplo, entrar na OMC, justificando sua adesão tardia. Desta forma, o país foi aos poucos se adequando ao cenário internacional, indo contra alguns traços de sua cultura para tanto, quando lhe foi exposto que não era permitido reproduzir quaisquer meios ou produtos sem possuir o direito e dar os créditos ao criador original, sendo esta discussão válida também para reproduções no ramo artístico. Assim, o interesse da China em propriedade intelectual não foi algo natural, mas sim uma forma de ceder para que pudesse participar do comércio internacional. Isso teve como efeito o posterior grande investimento na educação, ciência e tecnologia, fazendo com a China conseguisse tomar o posto de país influente daqueles que anteriormente a obrigaram a mudar seus termos.

Em contrapartida, o Brasil sempre foi muito passivo em relação à propriedade intelectual, sendo usado menos como interesse econômico e mais para uma estratégia política, onde historicamente o país mantém seus interesses alinhados aos dos EUA, como forma de troca para que o Brasil possa manter sua relativa influência. Portanto, a propriedade intelectual nacional tem importância na ciência e tecnologia, nas produções científicas, e seu impacto pode ser observado nas comunidades acadêmicas, mas ainda assim, como apontou Marina, (informação verbal) “o Brasil não consegue chegar onde a China chegou (mesmo com todo seu histórico) produzindo suas próprias patentes.” Uma das questões que pode justificar como a China conseguiu ter essa certa vantagem para a produção de patentes e marcas em relação ao Brasil é o fato de que no âmbito nacional existe uma lei que regulariza a produção de marcas e patentes, onde elas só podem ser produzidas se forem realmente utilizadas, enquanto na China não existe tal regra.

Com esta exposição da diferença na produção de marcas e patentes, unidos ao contexto de cada um nessa produção de propriedade intelectual, é possível analisar qual a repercussão que isto dá nas relações comerciais entre Brasil e China. Um dos impactos, por exemplo, pode ser observado com o fato de a China ter planos de investimentos bilionários no Nordeste para a produção de semicondutores, que é uma tecnologia de ponta. Além disso, existem também outros acordos entre os países, e é notável como acordos comerciais que abrangem a propriedade intelectual de alguma forma nem sempre são mencionados, mesmo que estes sejam de extrema importância, como o caso da produção de vacinas contra a Covid-19. Esta parceria tinha como objetivo apenas o bem-estar social e, por conta do Governo Bolsonaro, o Brasil teve que ter um cuidado a mais ao estabelecer esta parceria, que resultou na criação conjunta da vacina CoronaVac, que teve sua patente aberta, sem fins lucrativos.

Entretanto, remetendo a parcerias mais antigas entre os países, existe um histórico a partir de 2010 de empresas chinesas entrando no Brasil como resultado desse comércio de patentes e marcas pela produção de propriedade intelectual, como a Xiaomi, a Huawei e a BYD, com esta última tendo o objetivo de investir milhões para produzir carros elétricos na Bahia. Outrossim, uma das cooperações mais importantes vindas desta relação entre os países foi na produção do CBERS, que é um satélite sino-brasileiro produzido no Brasil, demonstrando um dos muitos resultados de pesquisas realizadas dentro do território nacional em parceria com a China. Enquanto isso, no âmbito mais recente, tem-se a pretensão de entrada com investimentos no Brasil da empresa chinesa Shein, que logo deve ter suas fábricas instaladas no país e

com participação na remessa conforme, e empresas como a Shopee, a Alibaba e sua subsidiária AliExpress pretendendo seguir pelo mesmo caminho.

Tudo isso demonstra como a China tem um grande interesse no Brasil, entretanto, fica a preocupação afinal de qual é a colaboração do Brasil com a China, uma vez que se tem investimentos de ponta em ciência e tecnologia, e indústrias chinesas entrando no território nacional, enquanto a participação brasileira continua a se resumir em exportação de commodities, como foi ressaltado anteriormente. Isso faz com que a cooperação Brasil-China ocorra de forma desigual, e a posição do Brasil como exportador de commodities seja difícil de mudar. Entretanto, é válido ressaltar que a China é um país pragmático e isto se reflete em sua relação com o Brasil, então mesmo que exista uma inquietação quanto a relação desigual entre os países, é necessário saber que a China é um país aberto, e não realiza esta parceria comercial esperando por uma troca de favores. Consequentemente, a China age em prol de seus interesses nacionais econômicos e, no ramo de patentes, ela se encontra totalmente focada no mercado. Dentro disso, está à disposição para se desenvolver na América Latina e no Brasil, com o objetivo de produzir patentes³⁷ na região e investir fortemente em pesquisa e desenvolvimento, sem pretensão de utilizar mão de obra, que é o que se pode pensar em um primeiro momento ao analisar essa grande presença chinesa no continente.

Assim sendo, torna-se crucial o interesse chinês em investir no território brasileiro, promovendo o desenvolvimento econômico, tecnológico e industrial, essa parceria estratégica mostra-se muito promissora e benéfica. Entretanto, um ponto a ser considerado em meio a esta relação entre os países, está no fato de que os produtos chineses que chegam no Brasil, independentemente de serem tecnológicos ou não, fazem parte de uma indústria muito grande e enfrentam desafios de oposição por parte de países influentes como os da Europa Ocidental e os EUA, que tentam vetar as decisões comerciais que envolvem a China. No meio deste cenário, faz-se necessário que o Brasil esteja fortemente preparado para enfrentar esta oposição ao receber tais investimentos da China, pois será politicamente complicado conseguir benefícios em meio a uma disputa comercial entre China e EUA, onde o Brasil acaba ficando no meio. Isto revela como as relações comerciais entre os países é algo muito interessante para ambas as partes, mas pode acabar encontrando adversidades no meio do caminho.

37 Como definido pelo Direito da Propriedade Intelectual, quando se produz uma nova tecnologia em um país estrangeiro, é necessário colocar a patente dentro deste país.

A perspectiva da imprensa em cima da relação Brasil-China

Além dos diversos tipos de comércio estabelecidos com a China, é crucial compreender como essas relações se desenvolvem, quais são suas consequências e as distinções entre os produtos chineses importados para o Brasil e os produtos brasileiros exportados para a China. Também, há uma perspectiva nessa relação que é fundamental para o cenário doméstico. Esta consiste em como a mídia reage à relação entre os países, qual é a opinião pública nela representada e como ela é relevante no âmbito do próprio comércio entre os países. Analisar qual a perspectiva da imprensa de acordo com o governo político vigente, é algo que pode ser observado por meio de dados coletados por Abraão Aguilera quanto à opinião da mídia durante o governo Bolsonaro, e quais são as perspectivas para o futuro durante o novo governo Lula.

Retomando um pouco do que foi exposto anteriormente, pode-se tomar como ponto de partida dessa análise o exemplo da criação da COSBAN, que passou a atuar ativamente no que diz respeito à política externa brasileira (PEB) voltada para a China. A partir desta organização, é possível refletir se existe uma relação entre instituições democráticas formuladoras de política externa (como a COSBAN) e elites nacionais que têm poder de influência na política da democracia liberal.

Após o período da Nova República, começa a se observar um fenômeno onde houve diminuição do insulamento de organizações burocráticas como o Itamaraty, o que fez com que atores não estatais começassem a ganhar espaço para influenciar a PEB. Dentre eles, a imprensa foi o que mais se destacou, passando a produzir uma elaboração crítica da PEB e formular uma opinião popular. Com efeito, graças às ações diplomáticas promovidas por FHC e aprofundadas por Lula, a imprensa passou a atuar “como um termômetro das janelas de oportunidade da arena política democrática em pautas essenciais da relação Brasil e China, incluindo a de comércio exterior”, segundo Abraão (informação verbal). Essa participação se dá pela dada elaboração de editoriais e artigos de opinião que têm assuntos internacionais como tema.

Considerando o destaque dado pela imprensa à relação entre os países, dados trazidos pelo palestrante mostram como a partir de 2002 houve um aumento da participação das exportações brasileiras à China no total das exportações brasileiras, principalmente no âmbito de commodities e da indústria extrativa. Conforme observado por Levi, tais produtos são consistentemente demandados em grandes volumes pela China, resultando em consequências significativas em nível nacional. Exposto isso, é possível

questionar afinal qual o papel estratégico da COSBAN como ator da arena política da democracia liberal em alterar nossa estrutura setorial, levando em consideração a relevância do comércio com a China para a economia nacional, e se realmente a imprensa demonstra dar espaço nessa arena para o debate de transição de uma relação majoritariamente ligada à commodities para um novo patamar econômico-setorial.

Para responder tais questões, é necessário analisar qual a perspectiva da imprensa para esta relação, fazendo recortes, primeiramente temporal, no período correspondente ao governo Bolsonaro (o mais recente antes da transição governamental), e temático, onde artigos que citam a relação Brasil-China foram coletados, e expostos de forma comparativa aos que tratam de PEB no modo geral, tendo como base as produções midiáticas respectivamente pertencentes a O Globo, Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo, Valor Econômico e Gazeta do Povo, que são alguns dos principais veículos de notícias nacionais. Os dados mostrados por Abraão para comprovar esta tese foram retirados do Banco de Dados do Observatório de Política Externa na Imprensa. Os artigos foram classificados como favoráveis, neutros ou contrários à atuação da PEB em cima da relação Brasil-China. Os resultados gerais trazidos em um gráfico pelo palestrante mostram que em relação à PEB geral avaliada pela imprensa, 66% dos artigos são contrários, ao passo que tratando-se especificamente da relação Brasil-China, apenas 38% dos artigos são contrários. Este resultado mostrou uma teórica amenização do teor crítico da imprensa nesse período, o que pode ser considerado surpreendente, levando em consideração o acirramento de setores tradicionalistas e as tensões levantadas pelo governo naquele momento em relação à China.

Em complemento, quando se passa a analisar artigos que tratam da condução da diplomacia presidencial em relação à PEB e à parceria Brasil-China, tem-se em ambos um total de 83% de produções midiáticas que são contrárias. Esta grande diferença se mantém ao analisar a condução do Itamaraty em relação a esses dois temas, que permanece na casa dos 75% contrários à sua postura. Isso evidenciou como a explicação não está nesta amenização crítica da imprensa que pôde ser concluída com os dados gerais, quando feito o recorte em cima dos atores principais do Executivo Federal mostram resultados divergentes. Além disso, ao tratar da relação Brasil-China, a pauta comercial esteve presente em 37% dos artigos analisados, sendo estes sim os responsáveis pela amenização crítica da mídia, uma vez que o comércio esteve presente em apenas 17% dos artigos relacionados à PEB em geral. Outro bloco de artigos foi analisado, sendo dividido entre os que citam e os que não citam comércios bilaterais do Brasil, e no meio desses

dois está a relação Brasil-China, tanto em artigos que citam quando os que não citam, sendo estes últimos os com maior contrariedade em relação ao tema, e os que citam, com mais de 50% de produções favoráveis. Isto explica como a imprensa nacional trata a relação Brasil-China, e evidencia como o comércio internacional é relevante para a imprensa.

Quanto aos artigos em que a COSBAN foi citada dentro deste meio, no geral ela foi elogiada, enquanto figuras como o ex-presidente Bolsonaro e o ex-chanceler Ernesto Araújo foram criticados, posto que o comércio exterior é benéfico para o país, apesar das atitudes do então presidente e do chanceler. A pauta de commodities chegou a ser citada e criticada, mas não foi tratada com muita relevância. Em contrapartida, Abraão apontou que (informação verbal) “a COSBAN, vista como uma instituição democrática responsável por conter danos, traz relevância para a imprensa em sua afirmação institucional”.

Dado então que o mandato de Bolsonaro terminou, e a mídia se mantém favorável ao tratar da relação Brasil-China diante da mediação destas relações através da COSBAN, isso permite que, durante o terceiro mandato de Lula, sua gestão com a China possa ter novas dinâmicas na parceria comercial, como por exemplo a expansão de setores produtivos de maior valor agregado. Desta forma, objetivos como a industrialização verde se tornam possíveis por meio desta parceria bilateral. Em suma, respondendo aos questionamentos levantados anteriormente, é possível perceber que a COSBAN possui sim um papel estratégico, sendo uma instituição essencial para definir a janela de oportunidade, pois cabe a ela (informação verbal) “analisar fatores domésticos e externos e apresentar prognósticos capazes de alterar nossa estrutura econômica setorial”. Quanto à imprensa, pode-se dizer que desempenha uma função relevante, e, dado o recorte que foi feito, ela se manteve amenizada criticamente apesar das políticas do governo até então vigentes, mostrando sua importância nos debates que concernem a PEB e a relação Brasil-China.

Conclusão

Após a exposição de diferentes aspectos que perpassam as relações comerciais entre Brasil e China, alguns pontos importantes podem ser destacados. A começar pela forma como o comércio entre os dois países se dá de maneira diversificada e, no entanto, desigual. O comércio de commodities é mais comumente conhecido como a fonte principal desta parceria, todavia,

suas consequências não são analisadas no contexto interno, onde por um lado tem-se um grande benefício econômico, e por outro lado, desdobramentos internos preocupantes como o desmatamento, o que leva para uma reflexão de como prosseguir com o desenvolvimento sustentável diante desta mecânica. Cabe aos governos tanto por parte da China quanto do Brasil estabelecerem diálogos que permitam que a parceria comercial continue, mas de forma sustentável, sem prejudicar demasiadamente o meio ambiente.

Entretanto, além das consequências causadas pelo comércio de commodities, a relação entre o Brasil e a China encontra dificuldades também no âmbito internacional, uma vez que países do Norte Global tentam interferir na questão. Ainda assim, a parceria mostra-se muito benéfica para as partes, e abrange outros mercados que vão além das commodities, como o de patentes, tecnologia, infraestrutura, indústria, desenvolvimento e pesquisa.

No que diz respeito às relações comerciais entre os países, pode-se notar através da imprensa que foi analisada para a pesquisa uma certa aprovação geral na aproximação entre os países, bem como na conduta da política externa brasileira em relação ao assunto, mas é também evidente a grande simpatia por parte das elites nacionais com relação à China. Deste modo, existe um lado positivo e um negativo quanto à simpatia da elite, manifestada pela imprensa. O lado positivo seria justamente um incentivo para uma maior aceitação desta parceria comercial que é tão importante, enquanto o lado negativo está no incentivo ao agronegócio, visto que as mesmas elites que aprovam a parceria também estão conectadas ao comércio de commodities e ao lucro que isto gera.

Concluindo, as relações comerciais Brasil-China são um assunto muito relevante a nível nacional e que pode tomar várias direções que vão além do que já se sabe correntemente. É uma questão complexa que não se resume apenas em estabelecer um comércio de importação e exportação. Embora seja definida como uma parceria estratégica, tem também seus desdobramentos, consequências e diferentes narrativas. Foi visto como o mercado de commodities não é algo benéfico para o desenvolvimento sustentável, e como a posição do Brasil em si como um país exportador de commodities está se concretizando cada vez mais, embora exista uma necessidade de o país mudar sua imagem se quiser se inserir de forma mais autônoma no comércio internacional.

Além disso, o Brasil precisa estar preparado para as dificuldades advindas desta relação, como as possíveis intervenções externas e, no cenário doméstico, a opinião da imprensa e como ela pode impactar os rumos dessa relação diplomática. Isto posto, pode-se dizer que economicamente não há

como negar a importância dessas relações, mas nos outros aspectos ela é questionável e pode melhorar, com a colaboração das duas partes para que desafios que perpassam esta ligação possam ser enfrentados.

Referência

AGUILERA, Abraão; DOS SANTOS, Levi; MIDDENDORF, Marina. A parceria comercial Brasil-China: trajetórias e perspectivas para além das commodities. In: VI ENCONTRO DA REDE BRASILEIRA DE ESTUDOS DA CHINA. **Anais...** São Bernardo do Campo: UFABC, 2023.

Capítulo 11

Os desafios do Brasil e China no sistema agroalimentar contemporâneo e a luta contra à fome e pobreza

Vitor Gabriel da Silva³⁸

Introdução

A fome e a pobreza são questões críticas para a humanidade, está presente ao longo de toda a história do mundo, não se trata de problemas momentâneos e sim estruturais, causados por decisões político-econômicas. Nesse sentido, a elaboração de políticas públicas voltadas a esta situação é essencial para o combate e a mudança estrutural desses problemas. E, assim como o Brasil, a China já teve severas crises de desnutrição e insegurança alimentar de sua população, além das altas taxas de desigualdade social, contudo nos últimos anos o cenário está mudando, caminhando em direção ao desenvolvimento econômico combinado com a justiça social.

A mesa intitulada “Os desafios para o combate à fome e à pobreza” organizada pela Fundação Perseu Abramo fez parte da programação do segundo dia do VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China, sediado na Universidade Federal do ABC (UFABC) em outubro de 2023 e aborda as principais questões em torno dos mecanismos necessários para enfrentar a fome e a pobreza, observando as similitudes com a gigante asiática. A mesa foi coordenada pelo doutor Valter Pomar, professor da UFABC e diretor de Relações Internacionais da Fundação Perseu Abramo (FPA), contando com as análises do professor Fabiano Escher, do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), e da professora Tereza Campello, Diretora Socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento

38 Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC e pesquisador das relações Brasil-China no Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil (OPEB).

Econômico e Social (BNDES) e ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011-2016).

A china contemporânea

A óptica a ser utilizada para entender o Estado chinês configura-se como um fator determinante para entender as questões relacionadas ao combate à fome e à pobreza dentro do sistema político chinês. Segundo Escher, o caráter do Estado chinês entre os acadêmicos pode ser sistematizado entre três teses dentro do campo marxista, que podem ser melhor abordadas por meio de bibliografias específicas. Sendo, em resumo, as seguintes teses:

1. Restauração capitalista e abandono da perspectiva socialista (R. Souza, 2018);
2. Socialismo de mercado e razão alçada a instrumento do governo (E. Jabbour; A. Gabriele, 2021);
3. Capitalismo de Estado e mediação contingente do conflito social (I. Nogueira; Hao Qi, 2022).

Segundo Escher, a segunda tese, de Socialismo de Mercado e razão alçada a instrumento do governo é o que mais se aproxima dos discursos oficiais do governo chinês. Este modelo é marcado pela coexistência de diferentes modos de produção, entre privado e estatal, em que “[...] o crescimento do setor privado não ocorre em detrimento de uma diminuição do papel do Estado” e o planejamento estatal atua como indutor da economia e desenvolvimento (Jabbour; Dantas, 2020).

Ainda nesta linha de entender os modelos de organização da China para aprofundar a discussão de combate à fome e à pobreza, é preciso entender que a questão agroalimentar na gigante asiática é essencial para os desafios que são colocados diante da construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável pautada pelo Estado. Conforme dados apresentados pelo professor Escher, a China enfrenta o grande desafio de alimentar 18% da população mundial, possuindo cerca de 9% das terras aráveis e 7% da água doce do mundo, combinado com uma dieta que vem se modificando ao longo dos anos, em virtude, sobretudo, da expansão da renda e consumo de sua população.

No modelo agroalimentar chinês contemporâneo é possível observar novos atores corporativos e a expansão das relações capitalistas de produção

no meio rural, compondo como partes da acumulação de capital, mas que, na China, também há a preponderância do poder político nas relações de Estado e Sociedade, expressados essencialmente pelas suas políticas públicas de segurança alimentar e da revitalização rural.

E, em sua reprodução social, o sistema agroalimentar enfrenta mudanças com os novos padrões de consumo alimentar, fruto das mudanças significativas que a China vem experimentando em sua economia nos últimos anos, experienciando uma transição nutricional de uma dieta essencialmente de grãos para uma dieta reforçada de proteínas, sobretudo no ambiente urbano.

Cabe enfatizar que, a posição chinesa diante da governança ambiental global vem se modificando ao longo dos anos, considerada a “destruidora” do Acordo de Copenhague (2009), passa a ser vista como a figura “central” do Acordo de Paris (2015) e, nos anos mais recentes, configura como uma das lideranças ativas dos movimentos em prol da descarbonização na ONU (2020). Em ações práticas, está liderando na produção e uso de energias renováveis, bem como promovendo a construção de infraestruturas sustentáveis pela *Belt and Road Initiative* (BRI). Ainda assim, atualmente a China contribui com cerca de 27% das emissões globais de dióxido de carbono e 33% dos gases de efeito estufa, segundo Escher, além de ser uma grande consumidora de recursos naturais. No entanto, os planos de desenvolvimento chinês preveem dobrar a renda per capita até 2035 e alcançar a neutralidade da emissão de carbono até 2060.

Como apresenta ainda o professor Escher, a transição energética, a intensa redução das emissões de carbono e a transição da agricultura clássica para a questão agroalimentar contemporânea se colocam como um dos principais desafios da China, trazendo implicações significativas na agricultura e segurança alimentar, garantindo um papel primordial não só para as questões de terras, mas também para o alimento e consumo.

A organização do sistema agroalimentar chinês

Para entender os sistemas agroalimentares chineses e as mudanças que vem ocorrendo, o professor Escher destaca as quatro camadas essenciais do modelo chinês, que se consolidaram nos últimos anos, sendo três camadas oligopolistas e uma não:

1. Empresas Estatais Centrais: quatro empresas agrícolas parte do controle de Estado, sendo duas orientadas majoritariamente

- para o mercado interno (Sinograin e CNADC) e as outras duas para o mercado internacional, em comércio e trading (ChemChina e COFCO);
2. Fazendas Estatais: controladas pelas províncias ou cidades, em geral, organizados com as empresas estatais;
 3. Empresas Cabeça de Dragão: empresas modernizadoras do setor alimentar, possuem alto grau de internacionalização e especialização produtiva, como no mercado de carnes e frutos do mar, por exemplo;
 4. Empresas Agrícolas Especializadas e Cooperativas Agrícolas Especializadas: a camada não oligopolista, composta por milhares de pequenos e médios empreendimentos locais.

Cabe destacar, que a propriedade da terra na China não é privada, mas sim pública, e, desde 1968, houve uma mudança na forma de organização e divisão de terras. A propriedade era coletiva, através do comitê de aldeia, e as famílias camponesas tinham direito à posse e uso da terra (contrato e gestão). No entanto, hoje em dia, o camponês tem possibilidade de renunciar à gestão de sua terra, esta pode ser adquirida por uma empresa mediante um contrato de aluguel, por um determinado período, que é intermediado pelo comitê da aldeia. O mercado, nesse sentido, é organizado não pelas terras, mas através do contrato de uso das terras pelas empresas Cabeça de Dragão ou empresas especializadas, da mesma forma que as famílias podem atuar em suas produções de maneira independente, em suas propriedades, promovendo uma integração vertical entre as organizações e atores do sistema.

Desde 2003, a agricultura vem desempenhando continuamente um dos papéis centrais nas políticas públicas anuais devido à estagnação provocada pelo grande problema agrário, na década de 1990, desencadeado pela estagnação da renda e da produtividade durante aquele período. E daí em diante, os planos anuais do governo chinês têm criado políticas sistemáticas para a revitalização rural, iniciado por Hu Jintao e relançado por Xi Jinping em 2013. Este novo modelo prevê uma resposta à crise do modelo de crescimento e aos incidentes das massas ambientais, conciliando com os novos desafios no modelo chinês.

A política nacional de segurança alimentar desenvolvida pelo governo chinês durante os anos 2000, vigente até hoje, é classificada por Escher como “autoconfiante” dentro de uma estratégia “neomercantilista” de integração do mercado mundial via comércio e investimentos. Baseada em alguns princípios básicos, a política de segurança alimentar chinesa enfrenta o desafio

de alimentar 18% da população mundial. Baseado em duas grandes políticas importantes no cenário nacional: (i) a linha vermelha de segurança dos grãos, que estipula que 95% do consumo do arroz, trigo e milho devem ser produzidos domesticamente; e, (ii) a linha vermelha da terra arável, que estabelece que pelo menos 120 milhões de hectares devem ser destinados para o uso exclusivo das funções agrícolas.

No entanto, a política de autossuficiência de grãos não passa dos 85% nos últimos anos e também omite a mudança dos padrões de consumo, como a carnificação e a dependência de importações como, por exemplo, da soja brasileira e estadunidense. Além de que, um dos maiores desafios da transição nutricional chinesa, da mudança no padrão de consumo e da modernização na agricultura chinesa é os impactos que as mudanças provocam com repercussões sociais, econômicas e ambientais em todo o mundo, como as consequências climáticas no Brasil devido a fortificação da expansão da produção de soja.

Como destacado pela professora Campello em relação à mudança nos padrões de consumo, tanto na China quanto no Brasil, a transição alimentar é uma política alimentar coordenada e elaborada pelos grandes produtores. Esta política é caracterizada por uma batalha de marketing que promove estratégias de consumo, visando expandir o consumo de alimentos ultraprocessados e outros produtos, inclusive os de origem rural. O aspecto nutricional emerge como um desafio para os sistemas alimentares, tornando imperativa a preocupação com a transição para padrões alimentares mais saudáveis, regulada pelo Estado.

Os desafios da fome e da pobreza: China e Brasil

As dimensões de debate comparativo das estratégias da China e Brasil são bem complexas, uma vez que a escala de territorialidade, população e organização política destoam entre os dois países. No entanto, ainda assim é possível localizar elementos semelhantes em suas respectivas estratégias de enfrentamento da fome e da pobreza.

Em ambos os países, é difícil explicar a redução da fome sem olhar a redução da pobreza, ambos os indicadores caminham em paralelo, tendo uma conexão forte entre si: um é resultado do outro e transpassam como movimentos colados nos dois países. O enfrentamento da pobreza e o combate à fome podem ser alavancadores da própria economia, mesmo que não seja a única alavanca necessária. Isso ocorre com a geração de empregos, que é a

primeira etapa dessa estratégia, que carrega também o desafio de determinar qual é a etapa seguinte. Conforme argumenta Tereza Campello, é uma estratégia presente no modelo de desenvolvimento chinês ao longo de sua história, que também aparece no modelo de combate à fome no Brasil entre 2003 e 2015, anos dos governos de Lula e Dilma. No entanto, nos anos de governo de Temer e Bolsonaro, houve um desmonte das políticas iniciadas nos governos anteriores.

No caso do modelo chinês, segundo Campello, é baseado em políticas públicas, principalmente a industrialização que garantiu um papel determinante neste processo, que combina com a saída do povo do campo rumo aos pontos urbanos – cerca de 60% da população vivia nos campos. No entanto, há uma grande diferença quando comparado ao cenário brasileiro: cerca de 85% da população brasileira vivia nos meios urbanos em 2003. O modelo brasileiro é calcado em políticas públicas e sociais para redução sistemática da pobreza, que teve uma queda de cerca de 14% da pobreza entre 2003 e 2015. De acordo com a avaliação de Campello, essa redução pode ser explicada por alguns pilares, sendo eles:

1. aumento da renda por meio da expansão de empregos formais e do aumento do salário-mínimo real, expandindo o poder de compra real. Nessa frente de expansão de renda, o bolsa família é residual no impacto da redução da pobreza;
2. fortalecimento da agricultura familiar, que tem como consequência o aumento da renda no campo trazendo um impacto positivo no conjunto da economia. Mesmo que a população no meio rural seja de apenas 15% no Brasil, a intensidade da pobreza no meio rural é muito mais severa quando comparada ao meio urbano;
3. aumento da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis – não é só monocultura exportadora, mas o fortalecimento da agricultura familiar. Destaque ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que determinou que 30% da compra da alimentação escolar deve ser de origem da agricultura familiar, gerando emprego e renda no campo, bem como desenvolvendo os territórios e levando comida saudável para as crianças, que são os mais vulneráveis do ponto de vista nutricional;

A pobreza é uma medida multidimensional, sendo a renda um dos métodos de avaliação de políticas públicas. No entanto, o combate à pobreza não deve se limitar à geração de renda, mas deve estar interligado com outras políticas públicas essenciais, como saneamento básico, saúde, educação, energia, alimentação, entre outras. Dessa forma, há a garantia de um olhar abrangente do combate à pobreza mediante um conjunto de acessos, movimento intenso que ocorreu no Brasil entre 2003-2015 e provocou a redução da pobreza multidimensional de 10% para 1%, segundo indicadores do Banco Mundial. E segundo indicador de subalimentação da FAO, caiu de 10% para 1,7% em 13 anos, também no mesmo período.

É importante reconhecer esses números que foram feitos e a expansão gradual da renda que foi garantida, no entanto cabe destacar que ainda assim é insuficiente, segundo a análise de Campello. Um dos grandes desafios diante desse cenário brasileiro é convergir as políticas públicas, como por exemplo a estrutura tributária injusta, que enxuga os aumentos reais da renda para os mais pobres e privilegia os mais ricos. Além disso, o enfrentamento da pobreza não pode ser tratado como algo que é uma linha do tempo a ser garantida, nesse meio tempo podem ocorrer retrocessos, como no período após o golpe de 2016, em Dilma Rousseff.

Enquanto na China, como mencionado anteriormente, nos últimos anos, como pode ser observado através dos dados de consumo nos ambientes rurais e urbanos, a gigante asiática está experimentando os desafios de uma transição alimentar, é possível examinar a queda do consumo de grãos e vegetais e a expansão do consumo de frutas, leite, pescado e proteínas, como carnes e ovos. Fator que está muito atrelado com a expansão da renda per capita, como explica o coeficiente de Engel, que determina que a variação das despesas de uma família varia de acordo com a renda per capita. E, entre 1990 e 2018, há um crescimento da renda per capita nos ambientes rurais e urbanos e, concomitantemente, há uma queda na representatividade dos gastos alimentares. Por exemplo, em 1990, cerca de 54,2% da renda per capita de 1510 Y\$ eram destinados a alimentação no urbano, enquanto no meio rural cerca de 58,8% da renda de 686,3 Y\$ cumpriam o mesmo papel; contudo, em 2018, a renda per capita atinge a marca de 39.250,8 Y\$ e 14.617 Y\$ e as despesas alimentares representam cerca de 27,7% e 30,3% nos ambientes urbanos e rurais, respectivamente.

A partir dos dados oficiais divulgados pelos relatórios anuais do governo chinês, é possível visualizar a queda da pobreza entre 2012 e 2020, saindo de 98,99 milhões abaixo da linha da pobreza e saltando para 0 em

2020, erradicando a pobreza em território nacional. O professor Escher comenta como a redução da pobreza foi arrastada pelo processo de desenvolvimento, provocando o alívio desse problema que estava focalizado principalmente no campo.

Apesar de não existirem dados da FAO sobre a insegurança alimentar na China, apura-se que as taxas estão diminuindo, principalmente de subnutrição, por conta da mudança de dieta analisada, concomitantemente com a expansão da renda e erradicação da pobreza.

Considerações finais

Na China contemporânea, há o desafio do deslocamento da questão agrária para a questão agroalimentar, enfrentando um novo regime de acumulação de capital no sistema agroalimentar e novos padrões de reprodução social a partir das mudanças das dietas urbanas e da diferenciação social rural. De maneira que, o Estado deve desenvolver políticas públicas de segurança alimentar e desenvolvimento rural. E, a passagem da estratégia de “revolução socialista” para o “capitalismo de estado” está na base não somente da ascensão da China como grande potência, mas também do deslocamento policêntrico do regime alimentar internacional do Ocidente/Norte para o Oriente/Sul.

Além disso, a dinâmica de complexo soja-carne Brasil-China e a estratégia global da COFCO no Cone Sul estão no epicentro desses processos. Mas as relações de comércio e investimento agroalimentar Brasil-China seguem um perfil de especialização regressiva, que para o Brasil não é desejável e vantajoso, devendo ser corrigido. Segundo o professor Escher, a entrada de empresas chinesas no agronegócio brasileiro pode gerar efeitos positivos, como o aumento da concorrência e investimentos em infraestrutura e modernização. Mas também, pode gerar efeitos “negativos” como, por exemplo, o aprofundamento da reprimarização da produção e das exportações, bem como a pressão ecológica sobre os recursos em áreas de expansão da soja e da pecuária, como o Cerrado e a Amazônia.

Já segundo Tereza Campello, o grande desafio no Brasil para os próximos anos neste setor é enfrentar os sistemas alimentares que envolvem a produção primária, abastecimento, agroindústria, oferta, venda nos supermercados, entre outros fatores dentro desse grande sistema. Nas palavras de Campello, esse sistema é responsável por quatro grandes recordes:

desmatamento, fome, obesidade e exportação primária, que tem como consequência a geração de poucos empregos. O enfrentamento ao sistema alimentar brasileiro está junto ao enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil, que deve ser olhado de maneira conjunta pelos atores políticos e acadêmicos.

Referências

CAMPELLO, Tereza. **Os desafios para o combate à fome e a pobreza | VI Encontro da BRChina**. UFABC, Youtube, 25 de outubro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EJourwQTrTQ&list=PLnL3nwtOp1ORmT4-RuStAcQHln8X3ynE3&index=6&t=1501s&ab_channel=UFABC. Acesso em: 25 out. 2023.

ESCHER, Fabiano. **Os desafios para o combate à fome e a pobreza | VI Encontro da BRChina**. UFABC, Youtube, 25 de outubro de 2023. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EJourwQTrTQ&list=PLnL3nwtOp1ORmT4-RuStAcQHln8X3ynE3&index=6&t=1501s&ab_channel=UFABC. Acesso em: 25 out. 2023.

JABBOUR, Elias; DANTAS, Alexis. Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social. **Nova Economia**, [S.L.], v. 30, n. 3, p. 1029-1051, dez. 2020. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5544>.

JORNAL DA USP. **A fome não espera**: são necessárias políticas públicas, além do assistencialismo. 12 de maio de 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/professores-da-usp-sugerem-politicas-publicas-contr-a-a-fome/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Capítulo 12

Os intercâmbios entre comunismo chinês e os partidos de esquerda do Brasil

Ester Gonzalez de Souza³⁹

Introdução

A mesa intitulada “As relações dos partidos brasileiros com o Partido Comunista da China” foi coordenada por Valter Pomar, professor doutor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e Diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo (FPA). Na mesa foi apresentado um debate acerca das relações do Partido Comunista Chinês (PCCh) com o Partido dos Trabalhadores e o Partido Comunista do Brasil. Teve como pontos principais destacar a influência do PCCh nesses partidos, bem como suas relações e questões levantadas sobre o que pode ser retirado de aprendizado da experiência partidária chinesa.

O debate contou com representantes do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) – respectivamente representados por Natália Sena, integrante da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores e mestranda do curso de Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC, e por José Reinaldo, membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil e coordenador do setor de Solidariedade Internacional e Paz.

Panorama histórico das relações entre os partidos

A primeira fala da mesa de debate foi realizada pelo membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), José Reinaldo, cujo foco foi essencialmente o PCdoB, seu surgimento e sua relação com o Partido Comunista Chinês (PCCh) em um contexto importante, porém conturbado,

39 Graduada nos Bacharelados em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais da UFABC e membro do GT de relações Brasil-China do OPEB UFABC.

do Movimento Comunista Internacional. O PCdoB teve sua origem em uma ruptura interna no Partido Comunista Brasileiro (PCB) no início da década de 1960. É um partido relativamente forte, visto que se sustentou durante períodos da Ditadura Militar e momentos de “disputa ideológica com sua matriz” (Sales, 2008), durante e pós guerrilha do Araguaia, assim como em meio à concorrência com outros partidos de esquerda e, principalmente, diante da crise do socialismo (Sales, 2008).

José Reinaldo deu início ao debate destacando que as relações entre PCdoB e PCCh, ambos partidos centenários, são antigas e, assim como relações entre o PT e PCCh, que serão abordadas posteriormente, sofreram avanços e retrocessos ao longo dos anos. O representante do PCdoB destaca que a Revolução Popular da China, em 1949 – a qual, em suas palavras, foi um dos maiores acontecimentos do século XX, foi o ponto de origem das intensas “relações políticas e orgânicas” entre os partidos. Além disso, destacou que, junto com a chegada do PCCh ao poder, o partido passou a exercer um papel importante no Movimento Comunista Internacional (MCI), também se associou ao Partido Comunista da antiga União Soviética e inaugurou relações “das mais diversas”, com partidos de mesmo espectro político, com o objetivo de defender as ideias do socialismo (marxista leninista) no cenário global.

Além disso, o debatedor ressaltou que a China já possuía conexões com o MCI, as quais intensificaram-se após a Revolução Chinesa – para demonstrar esse cenário foi mencionada a Terceira Internacional, que enviou emissários para atuar na China, os quais, segundo José, aconselhavam e davam posições sobre a natureza da Revolução Chinesa e acerca de “opções estratégicas que o PCCh poderia adotar”, apesar de terem passado por momentos de intensa conexão e outros de divergências.

Entretanto, a partir de 1956, houve ruptura no MCI iniciada de uma inquietação sobre as medidas tomadas pela direção da URSS acerca dos assuntos ligados à “desestalinização” da URSS, isto é, a adoção da tese do caminho pacífico para construção do socialismo, além de uma conciliação com o imperialismo estadunidense, o que gerou uma comoção nos partidos comunistas. Um dos primeiros a se posicionar contra “aquilo que se conheceu na época como ‘revisionismo soviético’ ou ‘revisionismo contemporâneo’” foi o PCCh, o que refletiu em todos os partidos comunistas do mundo.

Posto o caos instalado e a China designando o Partido Comunista como revisionista e responsável por deturpar as noções básicas do marxismo-leninismo, alguns do partido comunista do Brasil passaram a adotar essa concepção e criticar fortemente o “revisionismo” na década de 1960 (Sales, 2008). Conjetura que resultou em um racha interno e na formação de dois

partidos comunistas distintos no Brasil em meados de 1956 e 1962, o PCdoB e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Dessa forma, o PCdoB reorganizou-se em 1962 e “passou a designar as teses do PCB como teses oportunistas de direita”, enquanto o outro lado “passou a designar o PCdoB como um partido ultra esquerdistas, um partido sectário e um partido maoísta e stalinista”.

Nesse sentido, conforme o debatedor, as relações existentes entre o PCdoB e o PCCh ficaram mais fortes devido ao alinhamento de posições (“corrente pró-PCCh”). Um episódio do racha no Brasil destacado por José Reinaldo foi a “estratégia da revolução brasileira”, momento em que o PCB acatou a estratégia do caminho pacífico e o PCdoB adotou a estratégia da luta armada revolucionária, isto é, “caminhos” teóricos distintos para alcance do socialismo. Além disso, o PCdoB aderiu a uma série de princípios formulados por Mao Tsé-tung, posto que ele era o “maior doutrinador e teórico do processo revolucionário através da luta armada” na época.

O palestrante destacou alguns desses princípios, que até mesmo levaram estudiosos e meios de comunicação a caracterizarem o PCdoB como partido maoísta. Um deles foi a opção pela luta armada para revolução, que resultou na Guerrilha do Araguaia em 1972, juntamente com a adoção da tese popular da guerra prolongada e dos cercos das cidades pelo campo que, segundo José, eram uma espécie de “receita” para a revolução que o PCCh propagava para os partidos comunistas; além da concepção de que tal guerra seria através da “guerra de guerrilhas”. Teoria da luta de classes permanente, a qual remete à construção inicial do socialismo chinês e resultou na Revolução Proletária, teoria da frente ampla, teses da luta anti-imperialista e luta do proletariado foram outros princípios admitidos pelo PCdoB na época. Ênfase para a adesão do método da linha de massas, um “aspecto metodológico do pensamento de Mao” que determina que os sujeitos da história são as massas populares (proletariado, campesinato, entre outros) e não os partidos e líderes políticos. A adoção desses princípios determinou que estes eram essenciais para o alcance do socialismo no Brasil.

Nas palavras de José, a teoria da frente ampla (para combater um inimigo externo comum) recebeu um “foro de cidadania” no Movimento Comunista a partir da experiência da Revolução Chinesa. Na visão do PCdoB, essa teoria deveria ser desenvolvida no país a fim de gerar uma “luta revolucionária consequente no Brasil”. A experiência da Revolução Chinesa, neste caso, mostra que o Partido praticou uma política de coalizão (frente ampla ou frente única) em diversos momentos, sendo a mais importante a coalizão antifascista, uma aliança entre o PCCh e o Kuomintang (Partido Nacionalista da China) para combater a ocupação japonesa durante a Segunda Guerra

Mundial. O palestrante chamou atenção para os estudos sobre a Segunda Guerra que ignoram as ações orientais – “somos acostumados a ver a Guerra Mundial como teatro de operações na Europa”, isto é, o foco principal é destinado apenas aos embates da URSS contra os nazistas e das forças ocidentais contra os nazistas. A frente oriental, principalmente as revoluções Coreana e Chinesa antifascistas e contra a invasão japonesa, desempenharam também um “papel decisivo no triunfo dos povos” na guerra.

Um elemento importante realçado por José foi o PCdoB ter se apresentado como “defensor do marxismo-leninismo, da luta contra o revisionismo, das lutas contra o oportunismo de direita e da luta contra o liquidacionismo orgânico”, ideologia distinta dos outros movimentos comunistas do Brasil. Isso se faz importante na trajetória do Partido, pois, em sua visão, a ruptura não foi apenas uma “importação da luta internacional sobre desestalinização ou não do partido”, teve também suas razões internas visto que um grupo direitista do Partido, em 1968, formulou um documento nomeado “Declaração de março de 1958” cujo conteúdo era aquilo que o PCdoB categorizava como oportunismo de direita e liquidacionismo orgânico – segundo o palestrante, foi uma disputa que mantém reflexos até os dias de hoje na esquerda brasileira.

Retornando às relações entre partidos, uma breve retomada histórica foi feita por José Reinaldo. Da década de 1950 até fim da década de 1970, foi um período de auge das relações entre PCdoB e PCCh – momento em que o PCdoB era chamado de “partido maoísta”. A partir do final dos anos 70 e, principalmente, durante a década seguinte, essa conexão sofreu um abalo devido a divergências teóricas entre os partidos relacionadas a duas questões do Movimento Comunista da China – a teoria dos três mundos e a política de reforma e abertura promovidas por Deng Xiaoping. O PCdoB mostrou não concordância com tais medidas, o que culminou em uma ruptura, embora não oficial, entre os partidos por cerca de duas décadas.

Entretanto, no ano de 1989 esse distanciamento foi retificado pelo PCdoB. Segundo José, há dois tópicos que levaram o Partido a analisar novamente tais questões e reaproximar-se do Partido Chinês. Primeiramente, os acontecimentos de Tianamen em 1989 e as vitórias da China, seu crescimento e desenvolvimento econômico e político – dois fatores que levaram a uma reaproximação entre os partidos (embora “lenta e gradual”, de acordo com o discursante) e uma interligação intensa e recíproca com base em “solidariedade recíproca, intercâmbio de opiniões e troca de delegações”.

A segunda fala da mesa, dirigida por Natália Sena, teve como foco a relação do Partido dos Trabalhadores (PT) com o PCCh, a partir de uma

cronologia dessa relação de sua origem até o ano de 2023, com a visita de uma delegação do PT à China, na qual Natália era uma das representantes do partido.

O PT, fundado em 1980 e com sua primeira chegada ao governo federal em 2003, através da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, deu origem a suas relações com o Partido Comunista da China em seu quarto aniversário. Em 1984 ocorreu o “primeiro contato oficial do Partido com o Partido Chinês” mediante primeira viagem da delegação de dirigentes petistas à China composta por três pessoas (Wladimir Pomar, Jacob Bittar e Luiz Gushiken). A partir desse ano, as relações formais entre partidos foram estabelecidas (Berzoini, 2010, p. 15), as quais avançaram, regrediram e foram retomadas. Acontecimentos que levaram aos quarenta anos de relações entre PT e PCCh, no ano de 2024.

O período entre o início das relações até 2024, dois documentos oficiais sobre protocolos de cooperação foram assinados entre os partidos. O primeiro em 2004 e o outro em 2023, ambos tratando sobre uma “dinâmica estabelecida”, segundo Natália, que prevê intercâmbio político, debates, reuniões partidárias, cursos, entre outras dinâmicas entre os partidos, como até mesmo atividades *online* durante o período de pandemia.

O vínculo entre os partidos sofreu um rompimento no ano de 1989 por decisão do PT expressa por meio de uma moção intitulada “Não ao massacre do povo chinês”:

o PT, comprometido com a luta pela democracia socialista, engaja-se integralmente na campanha do movimento internacional de solidariedade ao povo chinês e às vítimas da repressão burocrática. (Não ao massacre do povo chinês. VI Encontro. Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo Partido dos Trabalhadores/Fundação Perseu Abramo).

O retorno desse vínculo partidário foi retomado somente em 2004, “um pouco antes, mas nesse ano oficialmente”, conforme Natália, devido a visitas que ocorreram antes da “oficialização” do retorno. Em 2001, Natália apontou, houve a reaproximação com uma visita de Lula e delegação à China, seguida por uma visita da delegação do PCCh ao Brasil em 2003. Resultando na formalização de retomada das relações entre o PT e o PCCh, em 2004, “decorrente da chegada do PT ao governo federal” oficializada por meio da assinatura de um protocolo assinado na China.

Os próximos três anos são caracterizados por um período de visitas, as delegações chinesas vão ao Brasil e vice-versa. Na sequência, no ano de

2008, Natália apontou o início dos seminários teóricos entre os partidos – o desse ano sediado em São Paulo (intitulado “China, qual socialismo?”) e o do ano consecutivo sediado na China. Em 2011 houve a visita oficial de uma delegação petista à China, seguida por uma outra visita em 2014. No entanto, o período entre 2016 e 2019 é demarcado por certo “enfraquecimento” das relações entre o PT e o PCCh devido aos abalos presentes na conjuntura brasileira. Natália ressaltou os golpes contra Lula e Dilma em 2016, uma reunião entre os partidos, porém sem registros de localização em 2017, e os anos de 2018 e 2019 sem encontros oficiais, visto que era o momento em que Lula estava preso e Bolsonaro fora eleito.

Os anos de 2020, 2021 e 2022 são marcados pela pandemia da COVID-19, período de *lockdown* e diversos problemas que vieram em conjunto. No entanto, os partidos continuaram com seu intercâmbio político através da *internet*, “seja entre PT e PCCh exclusivamente, seja em atividades mais amplas”, como realçado pela palestrante juntamente com o destaque à política ampla do Partido Chinês, isto é, suas relações se dão não apenas com partidos de esquerda, a agenda do partido é composta por diversos espectros políticos.

Finalmente, com o “fim” da pandemia e após quase dez anos sem encontros oficiais, uma delegação petista foi à China – delegação da qual Natália fez parte. A debatedora descreveu brevemente a viagem feita e destacou que todas as outras delegações mencionadas em sua retrospectiva de visitas, as quais reiterou que são viagens com caráter de missão oficial, tiveram experiências semelhantes: “o conteúdo da viagem costuma ser esse: mistura de reuniões e conhecer experiências práticas de atuação do partido e, em outros momentos, experiências com seminários teóricos”.

Posto isso, a debatedora da mesa reiterou que “a relação entre os partidos é um elemento muito importante para compreensão das relações entre Brasil e China”; o que se expande para os demais países do mundo com os quais a China mantém relações, não há como compreender “a relação da China com ninguém sem antes compreender o Partido Comunista da China”. José Reinaldo também havia destacado que as relações do partido “são um espelho das relações diplomáticas da China, em locais que a China mantém relações diplomáticas, o PCCh mantém relações políticas com os partidos daquele local”.

Em seguida, a oradora aprofundou sua fala sobre as conexões entre os partidos e quais os aprendizados o Partido dos Trabalhadores poderia obter com o Partido Comunista Chinês. Previamente, é importante compreender as diferenças entre os partidos. O professor doutor Valter Pomar (2010) elencou

cinco principais elementos distintos; o primeiro deles é que, enquanto o PCCh possui cento e dois anos de atuação e construção de sua concepção do socialismo, o PT é um partido novo com apenas seus quarenta e três anos, o que interfere diretamente em suas experiências como partidos.

A segunda diferença se relaciona diretamente com o poder do partido. O PCCh exerce seu poder pleno no país desde 1949 e chegou a essa posição por meio de uma Revolução dirigida pelo próprio partido. No caso brasileiro, o PT chegou ao governo federal apenas cinco vezes (realce no não cumprimento total do mandato de Dilma Rousseff como presidente do Brasil em 2016 devido ao golpe instaurado) e, mesmo com sua chegada, há outros atores que dividem o poder com o governo federal, os empresários e os meios de comunicação (Pomar, 2010), além dos grupos opositores que podem vencer eleições e aplicar tentativas de golpe. Com isso, apesar do partido vencer as eleições, isso é apenas “uma parte do poder, mas não é todo o poder” (Pomar, 2010).

O caráter reformista do PCCh contrasta com as medidas afirmativas do PT, o que Pomar (2010) elenca como terceiro elemento de distinção entre os partidos. Isto é, os chineses buscam melhoria da condição de vida da população pela construção do socialismo, já no Brasil, são aplicadas medidas para buscar essa melhoria em meio ao capitalismo, ou seja, sem viés transformativo. Em quarto lugar está o contexto de criação dos partidos: “o PCCh foi formado numa época em que havia mais certezas do que dúvidas, acerca do que é o socialismo. Já o PT foi formado numa época em que havia mais dúvidas do que certezas, acerca do que do é o socialismo” (Pomar, 2010, p. 108). Portanto, o PT carrega os problemas enfrentados por ter sido criado e divulgado em um momento de um vigoroso fortalecimento do neoliberalismo, o que também, segundo o autor, influencia a compreensão do partido sobre o socialismo.

Por fim, a quinta diferença seria a base teórica dos partidos. Enquanto o PCCh possui “o marxismo, as contribuições de Mao, de Deng, as quatro representatividades e o desenvolvimento científico” (Pomar, 2010, p. 109) como referências teóricas, o PT tem como base de seu “socialismo petista” o “marxismo, a Teologia da Libertação, o anarquismo, correntes democrático-radical e correntes nacional-desenvolvimentistas” (Pomar, 2010, p. 109). Natália também discorreu sobre os pontos distintos entre os partidos e reiterou a impossibilidade de uma comparação entre China e Brasil, segundo ela, as tomadas de decisões desses países não são possíveis de serem comparadas, é necessário compreender e ter em vista elementos desiguais entre eles como “percurso histórico, revolução, sistemas políticos e culturas políticas dos partidos”.

Conclusão

Posto isso, em consonância com a segunda diferença destacada por Pomar (2010), o Partido Comunista da China tem “um papel central na definição de linhas, políticas e rumo” do país, isso demarca que o Estado chinês, além de ter sido criado pelo PCCh e ser dirigido por este, é uma nação centrada em seu partido, com o qual possui ligações muito íntimas. Cenário distinto da realidade dos partidos brasileiros, como o PT e o PCdoB; os partidos comunistas do Brasil disputam poder com grupos internos e não o possuem de forma plena. Ambos os palestrantes enfatizaram a necessidade de ter em vista o PCCh e seus feitos na China, uma vez que não é possível a realização de uma análise sobre China sem considerar seu partido dirigente. A concepção de que partido e Estado são elementos diferentes não é aplicável quando se trata de China. Tendo isso em vista, muitas análises pecam ao separar Estado e Partido, como se o PCCh fosse um “sujeito oculto”, sem considerar seus feitos e funções no país.

A fala final de Natália cabe a todos os partidos do Brasil, tanto como para o PCdoB como para o PT, que se direciona aos aprendizados que podem obter com o PCCh e sua contínua ação na China, a qual vai além dos limites teóricos. O primeiro ponto destacado pela palestrante é a centralidade e formação política do PCCh; assim, como mencionado anteriormente, o papel do Partido Comunista na China é diferente do que entendemos como papel partidário no Brasil. O PCCh está intimamente interligado à formação, ao “desenvolvimento” e à condução do Estado e de sua sociedade. O Partido elabora “projetos de preparação para ter pessoas qualificadas para elaborar e dirigir politicamente o desenvolvimento do país”, isto é, aplica medidas para concretizar e aperfeiçoar sua ação como “núcleo dirigente” (Pomar, 2010, p. 26).

Tais projetos de preparação e aperfeiçoamento daqueles que fazem parte da estrutura partidária se relacionam diretamente com a perspectiva de comprometimento com os princípios do socialismo e com o aprimoramento destinado à educação constante do país em todos os níveis, isto é, uma “dinâmica de que ninguém está pronto, desde o militante de base até a cúpula do partido, a formação é permanente”. O que mostra o empenho do partido em aprimorar sua estrutura dirigente e seu mecanismo funcional (Pomar, 2010) para poder garantir seu objetivo principal, que é tornar o povo dono de seu próprio país.

O segundo elemento de aprendizado, conforme Natália, é o trabalho de base, o qual relaciona-se intimamente com o primeiro ponto por ser um fator importante na manutenção da estrutura e poder do partido, transparecendo que não basta apenas chegar ao poder, sendo necessário uma conduta de trabalho permanente do partido. O Partido Comunista da China preza por contato com o cotidiano populacional (“conexão real”), busca um grande envolvimento a fim de obter uma visão de resolução de problemas. Além disso, o Partido conta com noventa e sete milhões de filiados, apesar do processo de filiação não ser algo simples, conforme constatado por Natália.

Nesse sentido, os partidos comunistas do Brasil devem continuar promovendo suas relações de cooperação com o PCCh e visar certo aprofundamento em suas pautas teóricas e objetivos espelhando-se nos feitos do PCCh; o que é colocado aqui não se trata de uma cópia e tentativa de aplicar diretamente as estruturas do socialismo chinês, mas sim, de uma forma de aprendizado com o fim de visar o desenvolvimento interno dos partidos de esquerda e do país.

Referências

ILÍADA, Iole et al. **Brasil e China em debate**. 1. ed. Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

FPABRAMO. **Não ao massacre do povo chinês**. VI Encontro. Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo Partido dos Trabalhadores. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/csbn/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/04-mocao-VI-encontro.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2023.

SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista do Brasil e a crise do socialismo real. **Revista Brasileira de História**, v. 28, p. 507-528, 2008.

UFABC. As relações dos partidos brasileiros com o Partido Comunista da China | VI Encontro da RBChina. Youtube, 26 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=MicmGctr4ts&list=RDCMUC6nW9MV32Q-GxWs-fQLJo6g&index=24>. Acesso em: 8 nov. 2023.

Capítulo 13

Energia e Sustentabilidade na atuação internacional chinesa: oportunidades e desafios para os países latino-americanos

Bruno Castro Dias da Fonseca⁴⁰

Gabriel Santos Carneiro⁴¹

Introdução

A ascensão da China como uma das principais potências do sistema internacional toma forma no contexto da Quarta Revolução Industrial, marcada pelos avanços inovativos em Inteligência Artificial, Big Data e tecnologias sustentáveis. Num dos cerne da disputa interestatal, motivada pelos elevados ganhos econômicos e políticos a serem arrematados pelos primeiros colocados, está o desafio da transição energética em direção a uma matriz energética limpa e de baixo carbono. A questão energética é o principal ponto de convergência entre o imperativo da Transição Ecológica e as novas tecnologias digitais que fundamentam o advento da Indústria 4.0, uma vez que nunca tanta energia foi demandada pelo mundo e esta nova energia há de ser verde. É sob este contexto em que ocorreu a Primeira Sessão do VI Encontro da RBChina sob o tema de “Energia e Sustentabilidade”, que contou com a participação de Laura Cristina Feindt Urrejola Silveira⁴² (UnB – Universidade de Brasília), Enrique

40 Doutorando e mestre em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP), graduado em Economia e Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador associado do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP).

41 Doutorando em Desenvolvimento Sustentável e Mudança Climática pela IUSS Pavia, mestre em Ciências Econômicas e Análise Econômica e Política pelo programa EPOG+ e graduado em Relações Internacionais e Ciências Econômicas pela UFABC.

42 Doutoranda pela Universidade de Brasília (UNB) com o Tema de pesquisa: Inserção Internacional da China por meio da implantação de infraestrutura no Pan Amazônia, Patagônia e Antártica. Mestre em Relações Internacionais pela mesma instituição (2018).

Dussel Peters⁴³ (UNAM – Universidade Nacional Autónoma de México), Tulio Cariello⁴⁴ (CEBC – Conselho Empresarial Brasil-China) e a mediação de Rafael Almeida Ferreira Abrão (UFABC – Universidade Federal do ABC).

A projeção conectiva chinesa e as relações internacionais

O bem-sucedido *catching up* no nível de desenvolvimento e a subsequente projeção econômica regional e global da China suscitaram reações de contenção por parte da potência norte-americana. Conforme enfatizado pelo Professor Enrique Dussel Peters, a realocização das cadeias produtivas globais se tornou questão central na política externa norte-americana, em uma nova prática de *security-shoring*. Os Estados Unidos passaram a estimular a realocização das cadeias de setores estratégicos em países alinhados com os interesses nacionais e geopolíticos estadunidenses, algo abertamente tratado por Janet Yellen, Secretária do Tesouro Norte Americano, sob o termo de *friend-shoring* (Yellen, 2022). Segundo a própria Secretária, numa fala em abril de 2023, todas as relações dos Estados Unidos com a China deveriam passar pelo crivo do interesse nacional estadunidense (Yellen, 2023).

A questão energética, por sua vez, tem papel central nesse processo de *security-shoring* e *friendly-shoring*. Do ponto de vista chinês, um dos pilares de seu processo de *catching up* esteve na expansão da oferta energética nacional, fator que foi essencial para o desenvolvimento das indústrias que lideraram a alavancagem econômica chinesa. Laura Silveira ressaltou o fato do processo de *catching up* de desenvolvimento chinês ter tido como pilar central o combate à pobreza energética, uma vez que o crescimento da oferta de energia nacional foi essencial para a expansão dos setores industriais líderes do crescimento econômico e para o aumento do bem-estar da população chinesa cada vez mais urbanizada.

Fundamentando-se no rico arcabouço conceitual do geógrafo Milton Santos, Laura Silveira apontou para como a combinação de condições da

43 Membro do Centro de Estudos China-México/Universidade Nacional Autónoma de México (Cechimex/UNAM) e Rede Acadêmica Latino Americana e Caribenha sobre China (Red ALC-China). Obteve seu bacharelado e mestrado em ciência política na Universidade Livre de Berlim e seu doutorado em economia na Universidade de Notre Dame.

44 Coordenador de Análise e Pesquisa do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC). É membro da Rede Brasileira de Estudos da China – RBChina e especialista da Red China y América Latina: Enfoques Multidisciplinarios (REDCAEM). Graduado pelo Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

tecnosfera e psicofera no contexto da Quarta Revolução Industrial induziu a ascensão de um novo tipo de Estado nacional de objetivo e orientação *conectiva*. Neste sentido, os Estados orientam suas ações políticas para o incremento da conectividade, caracterizado pela construção de infraestruturas de transporte, comunicações e, fundamentalmente, de energia.

O estudo da conectografia energética da China indica que o Estado chinês atuou ativamente com o objetivo de ocupar os vazios de seu território durante o processo de *catching up*, fortalecendo a integração e conexão interterritorial. Nos últimos anos, a projeção conectiva do Estado Chinês ultrapassou suas fronteiras, atingindo alcance regional e global. Esse processo de projeção conectiva está por trás do processo de “globalização com características chinesas”, ressaltado por Enrique Dussel, e da recente projeção Chinesa no sistema internacional.

O maior exemplo dessa nova projeção conectiva é o grande projeto da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative* – BRI), um projeto fundamentalmente voltado à construção de redes de infraestrutura. Em poucas palavras, a Nova Rota da Seda reforça a conectividade da economia chinesa com outras regiões globais estratégicas. O Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), o tratado de livre-comércio da Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP), o Novo Banco de Desenvolvimento dos BRICS (NBD) e a participação ativa da China em fóruns e grupos internacionais como no próprio BRICS e o G20+ são outros exemplos desse quadro de projeção conectiva do Estado Chinês.

A respeito do projeto chinês de globalização com investimentos em diversos países, Laura Silveira foi indagada acerca da contradição entre os discursos internacionais de Xi Jinping sobre a necessidade de um desenvolvimento de alta qualidade aliado a transição ecológica e os investimentos em energia fóssil desse país nos países da África e da Ásia. Ou seja, se a China de fato tem caminhado para a neutralidade de carbono até 2060, como pode ela incentivar a produção de carvão e petróleo nos outros continentes? Para essa questão, a respondente apontou que, diferentemente do Brasil, que tem um processo de licenciamento ambiental exigente e exemplar, vários países não possuem essas demandas e se interessam por esses projetos de infraestrutura chineses, mesmo que fósseis. Evidentemente, não se trata de uma imposição chinesa de investir nesses países, mas sim um acordo de mútuo interesse. No caso da África, em especial, Laura Silveira apontou que existe um fórum regional de concertação entre países africanos e a China, onde as iniciativas são acordadas e coordenadas. Deste modo, Laura enfatiza que os projetos de investimentos chineses no mundo, apesar de seguirem os contornos das necessidades chinesas de

demanda energética, vão de encontro com os interesses de diversos países do Sul Global carentes de infraestrutura e financiamento.

Novas possibilidades para o Sul Global: as novas relações triangulares e a *Global Energy Interconnection* (GEI)

A ascensão chinesa e o projeto de “globalização com características chinesas” alteram fundamentalmente a correlação de forças no sistema internacional. Os projetos e instituições chinesas disputam espaços e recursos monopolizados anteriormente pelas instituições erigidas sob a ordem da antiga hegemonia estadunidense, com origem histórica no período do final da Segunda Guerra Mundial. Ao Sul Global, a projeção chinesa abre novas possibilidades de cooperação e maior espaço de barganha, o que fortalece a posição dos países em desenvolvimento nas negociações internacionais.

Enrique Dussel se refere a esse fenômeno enfatizando o surgimento de novas relações triangulares no sistema internacional. Tais relações triangulares ganham maior relevância em particular na América Latina, que consiste em uma tradicional zona de influência norte-americana, mas que cada vez mais se aproxima econômica e politicamente da China. A construção recente do Fórum CELAC-China e o fato da China já ser o maior parceiro comercial da maioria dos países da América do Sul ilustram bem essa condição.

No contexto do imperativo da transição ecológica e da corrida pelas novas tecnologias de IA e *big data*, a China está propondo a nova iniciativa da *Global Energy Interconnection* (GEI). O GEI consiste em um programa de infraestrutura para o desenvolvimento de uma rede global de ultra alta voltagem, robusta e *smart*, de energia elétrica limpa. O projeto combina inovações no campo de *Big Data* e IA na forma de redes inteligentes (*smart energy*) com fontes de energia limpas para atingir a crescente demanda global por energia.

O plano, publicado no *White Paper on Global Energy Interconnection Development Strategy*, prevê projetos em todos os continentes do mundo (Global Energy Interconnection Development & Cooperation Organization, 2017). Em última instância, é um grande projeto de projeção da conectografia energética chinesa. Conforme ressaltou Laura Silveira, o GEI indica a intenção da China em participar ativamente na transformação e reforma energética global, e na construção do sistema global de governança energética.

Aos países do Sul Global, a GEI se apresenta como uma oportunidade para se “pegar o bonde da transição ecológica” e não ficar para trás. A insuficiência de oferta energética consiste em um dos principais entraves

econômicos do lado da oferta enfrentado por países em desenvolvimento. A GEI, nesse sentido, tem potencial para servir como um grande catalisador de investimentos no setor energético e nas cadeias produtivas intensivas em energia para o Sul Global. No entanto, Enrique Dussel enfatizou que os problemas de infraestrutura energética e de desindustrialização da América Latina não serão resolvidos pela China, de modo que é fundamental que cada país tenha sua própria estratégia e plano nacional para superar esses desafios.

A posição do Brasil e da América Latina como parceiro-chave no projeto chinês

Alinhado com os apontamentos supracitados de Laura Silveira, Tulio Cariello apresentou dados de um exemplo emblemático da empreitada chinesa de investimentos em infraestrutura estratégica com países do Sul Global, o caso da parceria Brasil-China. Utilizando dados coletados a partir do CEBC, Tulio Cariello apontou que o Brasil foi o quarto país do mundo que mais recebeu investimentos da China entre 2005 e 2022, ficando atrás apenas dos Estados Unidos da América (EUA), Austrália e Reino Unido. Deste modo, o Brasil figura tanto como o único país em desenvolvimento quanto o único da América Latina entre os 4 principais receptores de investimentos externos diretos chineses.

Dos investimentos chineses na América Latina neste mesmo período, 96% se concentram na América do Sul, com o Brasil detendo 48% do estoque investido. Retomando os dados desses investimentos no período de 2007 a 2022, Tulio Cariello assinalou que 71 bilhões de dólares foram investidos pela China no Brasil, distribuídos em 235 projetos, dos quais 36% foram dedicados ao setor de eletricidade, 23% ao setor de indústria manufatureira e 13% ao setor tecnologia da informação. Contudo, quando a métrica se altera da mera contagem do número dos projetos para o valor empenhado neles, o setor de energia passa a somar 81%, com 45% em eletricidade, 30% em petróleo e 6% em mineração – em consonância com a crescente demanda energética da China, que caminha ao posto de maior economia mundial. Em adição, o recorte geográfico da distribuição desses Investimentos Diretos Externos (IED) aponta que a região sudeste do Brasil concentrou 53% dos investimentos chineses.

Tulio Cariello também ensejou um histórico do padrão do investimento chinês na América Latina, no qual partiu da década dos anos 2000, marcada pelos projetos de extrativismo (mineração e petróleo), seguindo para a década de 2010, que deu lugar a investimentos de infraestrutura tradicional

e concessões de serviços públicos, para então chegar na década iniciada em 2021, em que o foco se direcionou em energias renováveis e na cadeia de suprimento de veículos elétricos.

Segundo Cariello, esse último tipo de investimento aumentou mais de 40 vezes entre 2016 e 2022, em alinhamento com a estratégia chinesa de se consolidar uma potência mundial de carros elétricos. Neste sentido, a América Latina ganha ainda mais relevância, na medida em que a região concentra mais de 62% (apenas entre Bolívia, Argentina e Chile) das reservas mundiais de lítio, um dos principais insumos da eletrificação.

É importante enfatizar que a concentração de fontes de energia e minérios necessários para a China configura a América Latina – e, especialmente, o Brasil – num país de interesse estratégico para a potência asiática. Além disso, países latino-americanos são detentores de substantivas reservas de “minérios críticos”, insumos essenciais para o êxito da transição ecológica, particularmente no âmbito energético. Essa condição enseja que todos esses países da região busquem parcerias com a China que auxiliem nos respectivos projetos de desenvolvimento, especialmente no momento global atual de transição ecológica para uma economia de baixo carbono. Nesse sentido, Tulio Cariello foi questionado se seria possível o Brasil utilizar suas fontes de lítio de Minas Gerais para utilizar o minério como insumo em algum procedimento de agregação de valor, ao invés de apenas exportá-lo em seu estado bruto. A pergunta se contextualiza na necessidade do Brasil – assim como outros países da América Latina – amplificar sua malha industrial e tentar utilizar essas relações comerciais com a China para tal. Na mesma linha, Tulio Cariello também foi indagado acerca da existência ou não da abertura política para a criação no Brasil de um mercado de carros elétricos. Cariello respondeu ambas as questões apontando para a necessidade de uma estratégia nacional de eletrificação e de incentivo à indústria dos carros elétricos, defendendo que é urgente que o país reúna esforços para realizar esse projeto que envolve a criação de um arcabouço institucional e de infraestrutura operacional para o uso dessa tecnologia inevitável em contexto de emergência climática.

Entre as novas oportunidades e a debilidade institucional nos estudos de China na América Latina

A despeito das excelentes condições de barganha que o Brasil e outros países da América Latina apresentam em busca de parcerias com a China,

Enrique Dussel aponta que muitas oportunidades provavelmente são perdidas ou subaproveitadas devido à debilidade institucional dos países latino-americanos em relação aos estudos sobre a China. Para o palestrante, poucas instituições direcionam esforços de pesquisa para compreender a potência asiática e, quando o fazem, têm resultados limitados. Sobre essa delimitação que enfatiza a China, Enrique Dussel foi questionado acerca da falta de instituições de estudo sobre a China se restringir apenas a esse país e não incluir as outras nações do Sul Global. O palestrante então respondeu, apontando para a excepcionalidade do caso chinês, um país com características muito específicas e a segunda maior potência econômica do mundo.

Dussel afirmou que tanto instituições privadas quanto públicas ainda têm baixo interesse relativo na China, havendo notória falta de *think tanks* sobre esse tema, ao contrário do que ocorre com os EUA ou a União Europeia. Outra questão relacionada a essa debilidade institucional é o vínculo da academia brasileira com a chinesa. Poucas universidades brasileiras possuem convênios de intercâmbio científico e de capital humano com universidades chinesas, ao contrário do que ocorre com as universidades norte-americanas e europeias. Isso se deve não apenas às barreiras linguísticas, mas também à baixa popularização da academia chinesa no Brasil, um país que historicamente, até pela condição de ex-colônia europeia, tem suas elites mais inclinadas a tecer relações com o Ocidente. Nesse sentido, o palestrante indaga acerca do grau de desinteresse das elites regionais com a China, mesmo com as crescentes oportunidades de cooperação que esse país oferece. Essa ausência de capacidade de estudos sobre a China limita as possibilidades de cooperação bilateral e, em especial, relações triangulares, nas quais o país em questão poderia mobilizar sua posição de neutralidade em relação à disputa entre os EUA e o país asiático para adquirir melhores condições de negociação com ambos.

Conclusão

Apesar de a Primeira Sessão do VI Encontro da RBChina pretender se restringir aos temas de “Energia e Sustentabilidade”, a complexidade dessa temática ensejou uma conferência multifacetada em que as falas dos palestrantes convergiam para a questão do desenvolvimento, especialmente no contexto da necessidade global da transição ecológica.

Por exemplo, enquanto Laura Silveira buscou enfatizar em sua fala a questão da pobreza energética e a estratégia internacional chinesa para

lidar com essa problemática, a palestrante inevitavelmente discutiu a necessidade de investimento em infraestrutura energética no Brasil para suprir suas demandas nacionais e como a China tem sido uma parceira importante nessa empreitada. Do mesmo modo, quando Tulio Cariello concentrou sua fala acerca do interesse chinês nas reservas de lítio do Brasil e da América Latina, acabou por mencionar a oportunidade de os países latino-americanos utilizarem esse minério não apenas como exportação bruta, mas também como uma possibilidade de facilitar os respectivos projetos nacionais de eletrificação. Enrique Dussel, por fim, discutiu explicitamente a necessidade de as elites latino-americanas dedicarem mais esforços na construção de intercâmbios de conhecimento com a China e utilizarem esse parceiro para realizarem projetos nacionais de desenvolvimento.

Essa pluralidade de temáticas tangidas pela conferência denota a relevância sistêmica do tema em questão, que apresenta uma rede de oportunidades e desafios tanto para a China como para seus parceiros que precisam autonomamente equalizar as excepcionais possibilidades apresentadas pelo país asiático com seus respectivos projetos nacionais.

Referências

GLOBAL ENERGY INTERCONNECTION DEVELOPMENT & COOPERATION ORGANIZATION. **White Paper on Global Energy Interconnection: Development Strategy**. Fevereiro de 2017. Disponível em: <https://africa-energy-portal.org/sites/default/files/2018-10/2.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2023.

UFABC. **Energia e Sustentabilidade | VI Encontro da RBChina**. YouTube, 24 de outubro de 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UcwaCUSOVnM>. Acesso em: 15 nov. 2023.

YELLEN, J. **Remarks by Secretary of the Treasury Janet L. Yellen on the U.S. – China Economic Relationship at Johns Hopkins School of Advanced International Studies**. U.S. Department of the Treasury, 20 de abril de 2023. Disponível em: <https://home.treasury.gov/news/press-releases/jy1425>. Acesso em: 8 nov. 2023.

YELLEN, J. **Transcript: US Treasury Secretary Janet Yellen on the next steps for Russia sanctions and ‘friend-shoring’ supply chains**. New Atlanticist, Atlantic Council, 13 de abril de 2022. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/news/transcripts/transcript-us-treasury-secretary-janet-yellen-on-the-next-steps-for-russia-sanctions-and-friend-shoring-supply-chains/>. Acesso em: 7 nov. 2023.

Capítulo 14

As relações Brasil-China e o financiamento para o desenvolvimento sustentável

Tuany Alves Nascimento⁴⁵

Mônica Almeida Peña⁴⁶

Introdução

A segunda sessão do VI Encontro da RBChina, sob a coordenação do professor Alexandre César Cunha Leite (UEPB), teve como temática as relações entre Brasil e China na cooperação e no financiamento para o desenvolvimento sustentável. Contou com a presença do Conselheiro do Ministério das Relações Exteriores (MRE) Rodrigo Mendes Araujo⁴⁷, de Gabriel Ferraz Aidar⁴⁸, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de Karin Costa Vazquez, coordenadora geral para a reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento do Ministério da Fazenda. Os palestrantes concentraram suas falas nas parcerias sino-brasileiras, as quais, para todos, podem ser intensificadas tendo em vista a promoção de um desenvolvimento sustentável.

Ao longo da discussão, os convidados destacaram os principais mecanismos de cooperação que têm sido estabelecidos nos últimos anos, principalmente nas áreas de comércio, investimentos e tecnologia. As falas abarcaram a longevidade da Parceria Estratégica no âmbito de cooperação bilateral, que completará 50 anos em 2024, como também no âmbito multilateral, em que reformas são exigidas em prol de maior participação dos

45 Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais pela Universidade Federal do ABC (UFABC). Mestranda em Relações Internacionais pelo PPG-PRI da UFABC.

46 Advogada e arquiteta. Mestranda em Relações Internacionais pelo PPG-PRI da UFABC.

47 Chefe da Divisão de Mecanismos Políticos Regionais do Departamento de China, Rússia e Pacífico do Ministério das Relações Exteriores.

48 Superintendente da Área de Planejamento e Pesquisa Econômica do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

países em desenvolvimento, com o protagonismo de ambos os Estados – Brasil e China – nessa reivindicação. Discutiu-se também a relevância dos investimentos chineses num contexto de neointustrialização do Estado brasileiro. Isso sem deixar de lado o viés crítico sobre as relações bilaterais: os investimentos chineses são bem-vindos e devem ser bem pensados pelo Estado, em conjunto com uma política nacional de industrialização e de desenvolvimento de tecnologias nacionais. Para isso, é preciso que essa política nacional estimule práticas de sustentabilidade e busque solucionar os desafios que envolvem a preservação ambiental, mesmo em áreas mais controversas como a do agronegócio.

A relevância das relações bilaterais entre Brasil e China

Desde o estabelecimento das relações diplomáticas em 1974, os Estados brasileiro e chinês possuem um dinâmico relacionamento político e econômico. É possível observar a evolução do relacionamento político ao longo dos anos, desde o estabelecimento de uma parceria estratégica, em 1993, da criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) – a mais alta instância permanente de diálogo e cooperação entre Brasil e China –, em 2004, e da elevação da Parceria Estratégica ao nível de Parceria Estratégica Global em 2012. Além disso, desde 2009, a China tornou-se o maior parceiro comercial do Brasil, com sucessivos recordes de saldos comerciais para o país (Ministério das Relações Exteriores, 2023b).

Rodrigo Araujo enfatizou como a Declaração Presidencial Conjunta de 14 de abril, no âmbito da viagem que Lula realizou a Pequim em 2023, representou a disposição de ambos os Estados de aprofundarem sua já estabelecida Parceria Estratégica Global. Bastante abrangente, a Declaração Conjunta, além de reafirmar a cooperação já existente, expandiu os temas de interesses compartilhados. Englobando, assim, as temáticas que envolvem espaço, saúde, economia digital, proteção ambiental, economia de baixo carbono e enfrentamento às mudanças climáticas.

Em 2024, as relações diplomáticas entre os dois países completarão 50 anos e a celebração deverá contar com a visita do Presidente Xi Jinping ao Brasil. Além disso, ambos os Estados se comprometeram a realizar o IV Diálogo Estratégico Global no mesmo ano. A parceria sino-brasileira ilustra bem como dois Estados de sistemas políticos distintos, com consideráveis diferenças históricas e culturais, conseguem identificar interesses comuns e colaborar na busca por um futuro mais promissor para seus cidadãos.

Investimentos do ponto de vista brasileiro

Sob a perspectiva brasileira, o tema da neoindustrialização – meta central para o novo governo Lula – foi levantado como ponto fulcral pelos palestrantes, no qual a participação chinesa se mostra potencialmente relevante. A pertinência é explicitada ao observarmos a área de investimentos entre os países, uma vez que o Brasil se consolidou como maior receptor dos investimentos chineses da América Latina e Caribe entre os anos de 2015 e 2022. No mesmo período, também se observou o aumento da presença de empresas brasileiras no território chinês. Houve, assim, a intensificação de esforços econômicos em interesses mútuos, com atração especial de investimentos para o setor de eletricidade no Brasil.

Diante do aumento de investimentos entre Brasil e China, Gabriel Aidar destacou como tem florescido o relacionamento e a cooperação entre os bancos nacionais de desenvolvimento, retratando, em especial, a dinâmica entre o BNDES e os bancos nacionais de desenvolvimento chineses. Em relação ao desempenho recente do BNDES, cabe destacar que se trata hoje de um banco que busca voltar, dentro dos próximos dois anos, ao patamar histórico de desembolso de 2% do PIB para financiamentos de projetos de longo prazo – prejudicado desde o ano de 2015 (BNDES, *S.I.*). Um dos desafios principais para esse objetivo é o de buscar recursos para financiamentos de longo prazo focados na agenda de desenvolvimento sustentável (transformação energética, combate à crise climática, retomada do emprego etc.). Nesse sentido, a captação internacional é uma fonte importante para o BNDES. Por isso, o diálogo do Itamaraty com autoridades chinesas se mostra cada vez mais central.

De acordo com Aidar, a nova estratégia do BNDES segue a lógica de desenvolvimento do atual governo ao englobar três programas de investimento convergentes:

1. Focado no desenvolvimento da Indústria, há o Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que coordena projetos de investimento em infraestrutura, principalmente aqueles focados em infraestrutura logística, social e ambiental;
2. Há também o Plano + Indústria, que abrange as políticas industriais focadas em projetos das áreas de Conectividade e Digitalização, Defesa Nacional e Complexo de Saúde;
3. O terceiro pilar consiste no Plano de Transformação Ecológica. Nele, estão contidos os projetos ligados à bioeconomia

e à transformação energética. Nesse ponto é identificado o maior potencial do Brasil para aproveitar a janela de oportunidade que abarca a ampliação do desenvolvimento sustentável, principalmente aqueles projetos que envolvem tecnologias de descarbonização.

Além disso, cabe destacar, no âmbito da transformação ecológica, que o BNDES retomou o Fundo Clima, criado em 2009, e o Fundo Amazônia criado em 2008. Ambos foram montados para receber aportes de investimentos estrangeiros com metas de evitar a degradação ambiental e de produzir tecnologias focadas na transição climática sem deixar de lado o objetivo de geração de empregos.

O Fundo Clima prevê captações internacionais. Foi retomado para aplicação de recursos, principalmente, em seis áreas: Desenvolvimento Urbano Resiliente e Sustentável; Indústria Verde; logística de transporte, transporte, transporte coletivo e Mobilidade Verde; transição energética (que ainda apresenta desafios, apesar de o Brasil já possuir uma matriz energética relativamente limpa); recuperação de florestas nativas e de recursos hídricos e, por fim, serviços e inovação verdes. Apesar de prever captações internacionais, as captações ainda não foram operacionalizadas e, portanto, ainda não receberam investimentos chineses.

A retomada do Fundo Amazônia, que previa principalmente captações europeias, passou a ser expandida para mais Estados no ano de 2023. Os recursos coletados serão aplicados de forma não-reembolsável, principalmente no combate ao desmate ilegal na Floresta Amazônica. Isso significa apoio do BNDES a pesquisas, estudos, prêmios e projetos culturais e sociais. Um exemplo destacado por Gabriel Aidar foi a recuperação do Cais do Valongo, um importante espaço de memória afrodiáspórica no centro do Rio de Janeiro.

Dentre os programas de financiamento estabelecidos com o BNDES, é possível destacar a parceria com os seguintes bancos nacionais chineses:

- *New Development Bank* (NDB): estabeleceu uma operação de empréstimo de US\$ 300 milhões, contratada em 2017, para apoiar três projetos de geração de energia renovável: Complexo Eólico Araripe 3 (PIePE); Complexo Eólico Campo Largo, na Bahia; e Complexo Solar Pirapora, em Minas Gerais. Além de entendimentos firmados em 2019, com o objetivo de prospectar e cooperar em projetos de infraestrutura e de desenvolvimento sustentável;

- *China Development Bank* (CDB): estabeleceu acordo de cooperação para financiamento de exportações de bens e serviços destinados para a construção da Usina Hidrelétrica de Três Gargantas, em 1997. As liberações de valores para esse projeto ocorreram até 2005, totalizando US\$80,2 milhões. Em 2007, assinaram Contrato de Empréstimo Externo, com valores captados de US\$750 milhões pelo BNDES para a construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste (GASENE). Ainda, firmaram outros acordos de cooperação para permitir o empréstimo para a construção do sistema de transmissão de energia gerada pela hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, e para a implantação da Usina Hidrelétrica de São Manoel, entre o Mato Grosso e o Pará. A operação de crédito mais recente, no valor de até US\$500 milhões, foi contratada durante a Cúpula dos BRICS, em agosto de 2023, na África do Sul.

Uma das principais intenções do governo brasileiro é a de aproveitar a janela de oportunidade relacionada à descarbonização, considerando a possibilidade de obter salto tecnológico em áreas como a de eletromobidade (sistema híbrido de biocombustível, com matriz de energia renovável). Além disso, desde 2002, também tem crescido o desembolso de financiamentos do BNDES para empresas chinesas no Brasil, com predominância do segmento de infraestrutura.

Investimentos do ponto de vista chinês

Tendo em vista a perspectiva chinesa, Karin Vazquez destacou a importância da criação do *China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund Co. Ltd.* (CLAIFUND), que é um fundo de investimentos chinês cujo objetivo é realizar aportes de investimentos na América Latina e no Caribe.

O CLAIFUND foi criado com um investimento de 5 bilhões de dólares para o Fundo de Cofinanciamento da China para a América Latina e Caribe (aporte inicial de US\$ 2 bilhões, para financiamento de projetos na região, em áreas como educação e conservação de água e energia) e Fundo de *private equity* administrado pelo China EXIM Bank (aporte de 3 bilhões de dólares de instituições chinesas, concentrando-se em setores como energia e recursos naturais, infraestrutura, agricultura, manufatura, alta tecnologia e tecnologia da informação). Embora o BNDES ainda não seja membro do CLAIFUND, participa de um grupo multilateral entre o *China Development Bank* (CDB) e outros bancos de desenvolvimento.

Segundo Vazquez, um grande marco foi a criação de um *framework* de financiamento chinês, assim como uma série de veículos de financiamento regionais – cerca de 49 – incluindo bancos públicos de desenvolvimento, de investimento, fundos oficiais, fundos de impacto e *trustfunds*.

Ademais, é pertinente salientar que o financiamento asiático passou por três grandes transformações nos últimos dez anos, tendo como marco a *Belt and Road Initiative* (BRI). Em primeiro lugar, passou a se preocupar progressivamente com a sustentabilidade financeira e ambiental; em seguida, adotou estratégia mais orientada para o mercado (fornecimento de mais empréstimos, com taxas menores); e, dessa maneira, tornou-se cada vez mais multilateral e híbrido (Vazquez; Zheng, 2021)

A transformação por parte da China pode ser explicada pelas seguintes motivações:

- pela consolidação da estrutura de governança do financiamento dentro do governo chinês e pela criação da agência para cooperação;
- pela própria criação da *Belt and Road Initiative*, em 2013, que forneceu o *framework* de políticas econômicas para o governo chinês;
- pelos modelos do leste asiático no pós II Guerra Mundial;
- pela legitimidade internacional.

Atuação conjunta no cenário internacional

No âmbito multilateral, há a intensificação dos esforços em interesses compartilhados por Brasil e China. Como exemplo, está em pauta, na conjuntura atual, a reforma das instituições multilaterais, tema em que Brasil e China assumem protagonismo ao tomarem para si a responsabilidade de se colocarem como lideranças na busca de soluções para os desafios da atualidade. As mudanças desejadas se colocam no âmbito da ONU e de demais organizações multilaterais, como a OMC, o Banco Mundial, o FMI e outros agrupamentos plurilaterais como G20, BRICS e BASIC. Como exemplo, uma das principais reivindicações atuais – principalmente da parte do Brasil – é para que seja feita uma reforma abrangente do Conselho de Segurança da ONU, dispondo de um aumento do leque de representatividade de Estados em desenvolvimento, com vistas a torná-lo mais democrático e eficiente.

Tendo em vista a emergência da pandemia de Covid-19 e os desafios impostos pelas crises climática e ambiental, a atuação conjunta entre ambos

os Estados, para os palestrantes, se mostra ainda mais próspera. Isso porque os investimentos visando o desenvolvimento de novas tecnologias, a reformulação das práticas industriais e a transição energética serão cada vez mais necessários. Principalmente ao levar em conta que o compromisso de obter um desenvolvimento sustentável é mandatário no sistema internacional.

Olhar crítico para a atração do financiamento externo

Os questionamentos do público que assistiu à fala dos palestrantes geraram dois debates principais: I) Em relação à industrialização no Brasil, no que concerne ao paradigma brasileiro de dependência de financiamento externo para o desenvolvimento tecnológico: com o aumento de aportes de investimentos chineses no país, até que ponto não seria repetido o erro das décadas de 1950 e de 1960 de financiar tecnologias estrangeiras – mas, dessa vez, de origem chinesa? Por que não investir também em padrões tecnológicos efetivamente nacionais? II) Se, visando um desenvolvimento sustentável, não seria contraditório ter tantos investimentos do BNDES no setor do agronegócio, uma vez que, além de já possuir outras fontes de financiamento, como o Plano Safra, também está ligado aos maiores índices de desmatamento e poluição no país.

A provocação feita pelo público em relação à necessidade de um esforço brasileiro para o desenvolvimento de tecnologia nacional estimulou o debate da mesa. Nesse sentido, essa perspectiva crítica foi tomada como um ponto que definitivamente não poderá ser ignorado nos debates futuros sobre o desenvolvimento sustentável. Afinal, o Estado brasileiro não deve depender de outros Estados nessa seara, justamente na intenção de não repetir os erros do passado. Como no período de expansão industrial do Governo de Juscelino Kubitschek, por exemplo, em que o Estado brasileiro recebeu intenso aporte de investimentos para que indústrias estrangeiras se estabelecessem no país e permitiu a importação de maquinários sem cobertura cambial, resultando num desenvolvimento dependente.

O caso da instalação de grandes montadoras no Brasil, como a Ford e a Volkswagen, é notório. Celebradas em grande parte pelo potencial de geração de empregos, no entanto, não estimularam o desenvolvimento de um padrão tecnológico brasileiro, e foram insuficientes no que diz respeito à transferência tecnológica – argumento muito utilizado quando se discute a instalação de empresas estrangeiras no território nacional. E a geração de empregos não se sustentou num momento de crise, quando a Ford encerrou a

produção no país durante a pandemia de Covid-19, em 2021, e a Volkswagen interrompeu sua produção em 2023.

De forma geral, em suas respostas, os palestrantes concordaram que os esforços para financiamento de padrões tecnológicos nacionais também devem ser incentivados pelo Estado brasileiro, para que não se mantenha totalmente dependente do fornecimento de tecnologias chinesas nessa nova fase de industrialização. Ainda, existem experiências positivas como o Programa CBERS, de desenvolvimento de satélites espaciais, como bom exemplo de que é possível existir uma parceria sino-brasileira que permita um desenvolvimento conjunto de tecnologias para o desenvolvimento sustentável. Tratando especificamente do BNDES, Gabriel Aidar ressaltou que não há contradições entre a captação bilateral de recursos e o desenvolvimento local, pois o objetivo do banco consiste em financiar justamente a indústria nacional, contribuindo para redução do coeficiente de importação dos setores industriais brasileiros.

Em relação à possível contradição com o setor do agronegócio, os palestrantes salientaram que não enxergam uma completa contradição. Isso porque há o objetivo de que o Estado também incentive o financiamento para a agricultura familiar e de baixo carbono, redefinindo os padrões do agronegócio. O BNDES, por exemplo, atualmente verifica, via satélite, todos os projetos apoiados e cancela as operações com produtores rurais caso seja verificada a prática de desmatamento ilegal. Ademais, segundo Aidar, boa parte do financiamento do agro provém de outras fontes que também incentivam práticas ambientais mais positivas, como o Plano Safra, no qual há discussões sobre o reforço de uma agricultura de baixo carbono, e o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que incentiva a produção de pequenos produtores.

Considerações finais

A celebração dos 50 anos das relações diplomáticas entre Brasil e China se dará num contexto internacional marcado pela necessidade de transição ecológica, catalisada pela crise climática e por uma crise no sistema multilateral, que já não sustenta mais o design do pós II Guerra Mundial. Nesse sentido, a Parceria Estratégica entre os dois Estados assume um caráter econômico e político de fundamental relevância para ambos os países, os quais compartilham inúmeros interesses mútuos, seja no âmbito de investimentos,

para financiar a transição energética, seja no âmbito das instituições multilaterais, na intenção de reformá-las a favor dos Estados em desenvolvimento. É dessa maneira que ambos os Estados têm demonstrado intenção cada vez maior de aprofundar seu relacionamento nos âmbitos econômico, político, ambiental e social.

Por fim, como enfatizou Araujo, o objetivo do Brasil nas relações bilaterais com a China é evidente, mas ainda não é difundido para todos os âmbitos da sociedade brasileira. Por esse motivo, precisa ser fortalecido, uma vez que, apesar de vários setores brasileiros (como o do agronegócio e o de mineração) saberem exatamente o que desejam das relações bilaterais com o Estado chinês, ainda há uma defasagem em outros setores, os quais, por talvez não compreenderem a relevância e a magnitude do relacionamento sino-brasileiro, acabam não articulando uma relação mais proveitosa com a China. Dentro dessa lógica, todos os palestrantes da sessão foram unânimes ao reafirmar a importância da rede RBChina para a difusão de conhecimento acadêmico, econômico e político sobre a cooperação entre Brasil e China.

Referências

BNDES. **Agência BNDES de Notícias: Blog do Desenvolvimento**. S.I. Disponível em: <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/blogdodesenvolvimento/>. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 2023a. **Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o Aprofundamento da Parceria Estratégica Global: Pequim, 14 de abril de 2023**. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-sobre-o-aprofundamento-da-parceria-estrategica-global-pequim-14-de-abril-de-2023. Acesso em: 15 nov. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. 2023b. **República Popular da China**. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/relacoes-bilaterais/todos-os-paises/republica-popular-da-china>. Acesso em: 18 nov. 2023.

VAZQUEZ, Karin Costa; ZHENG, Yu. The New Asian Development Finance. **Ids Bulletin**, [S.L.], v. 52, n. 2, p. 35-52, 29 nov. 2021. Institute of Development Studies. <http://dx.doi.org/10.19088/1968-2021.119>.

Capítulo 15

7º Seminário Pesquisar China Contemporânea: a pós-graduação na construção de uma perspectiva brasileira sobre a China

Mariana Hase Ueta
Niklas Werner Weins
Ricardo Mazzeo

No ano de 2023 o Seminário Pesquisar China Contemporânea celebrou a sua sétima edição. O seminário que começou em 2017 na UNICAMP, organizado por um grupo de estudantes de pós-graduação, hoje conta com a participação de estudantes de diversas áreas e instituições do país. Este encontro anual reúne pós-graduandos e jovens pesquisadores brasileiros dedicados aos Estudos da China.

Em um país com as dimensões continentais do Brasil nem sempre é fácil reunir estudantes para compartilhar e aprender com as pesquisas uns dos outros. Diante disso, o seminário tem como objetivo dar visibilidade aos pesquisadores que estão iniciando sua jornada nos estudos sobre a China e promover cooperações e trabalho colaborativo em direção à construção de uma perspectiva brasileira sobre a China. Ao longo dos últimos anos, nos dedicamos a abrir espaços receptivos para que jovens pesquisadores divulguem suas pesquisas em andamento e dialoguem com seus pares e professores de outras instituições. Devido a importância da China para o Brasil se faz necessário que as pesquisas produzidas no país possam interagir e existir em uma constelação de conhecimento para além de suas instituições e grupos de origem.

O Seminário vem também com a missão de combater a falácia muitas vezes disseminada de que no Brasil não se estuda sobre a China. A existência e a resistência de todos os estudantes que se reúnem conosco a cada ano é a prova contrária disso. As nossas pesquisas são a celebração do aprendizado com a geração anterior de estudiosos sobre a China e que hoje são professores

e orientadores. Os projetos nos surpreendem e nos alegram em sua inovação, mostrando que além de aprender com a geração passada, a nova geração traz criatividade e fôlego para compreender a China em sua diversidade e singularidade. Nos últimos anos contamos com pesquisadores das áreas de Ciências Sociais e Humanidades, Relações Internacionais, Economia, Ciência Política, Demografia, Estudos Ambientais, História, Filosofia, entre outros.

Desde o primeiro encontro em 2017, o evento e seus participantes evoluíram bastante e queremos dar um breve relato sobre os avanços aqui. O 1º Seminário foi realizado como encontro interno à Unicamp servindo como ponto de encontro das diferentes pesquisas sobre China, trabalhando as diferentes linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação (como nas Ciências Sociais na linha Estudos das Relações Brasil-China, no Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, e no Instituto de Economia). Já o segundo seminário, em abril de 2018, contou com três palestras de pesquisadoras e pesquisadores renomados de outras instituições do Brasil que destacaram o potencial da cooperação com a China nas áreas de estudos sobre estratificação social, educação, comunicação intercultural, cooperação sul-sul, e mudanças climáticas. Se estabeleceu aqui o formato das mesas temáticas com foco na temática ambiental, visões brasileiras das ciências sociais e humanidades sobre China, assim como as áreas clássicas e sempre presentes pelo olhar da economia e das relações internacionais.

O 3º seminário em 2019 foi realizado junto com o 2º Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China na UNICAMP, sendo um importante ponto de encontro para pesquisadores da área. Tivemos palestrantes convidados da Universidad Nacional de México e da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), fornecendo também um espaço para o diálogo latino-americano sobre a China. Em maio daquele mesmo ano havia sido inaugurado o CASS-Unicamp Centro de Pesquisa sobre China o que abriu ainda mais possibilidades de diálogo entre as ciências sociais chinesas e brasileiras.

Nas sessões de discussão, experts nacionais debateram sobre os desafios sociais e políticos da China contemporânea, o impacto da ascensão chinesa para o sistema de relações internacionais, as parcerias tecnológicas sino-brasileiras, a indústria 4.0, mudanças climáticas e as relações diplomáticas entre os dois países.

As mesas de jovens pesquisadores do terceiro seminário cobriram temas desde uma visão ampla das humanidades e ciências sociais na China, a Nova Rota da Seda, meio ambiente, trabalho e relações produtivas, as relações sino-latinoamericanas e a diversificação das relações exteriores chinesas, até o sistema bancário, monetário e fiscal.

Foi a partir daquele ano também que publicamos os anais dos resumos pelo portal de conteúdos eletrônicos da Biblioteca Central da Unicamp. Os anais documentam os diferentes temas pesquisados entre os participantes e têm aberto a possibilidade de aplicar para fundos de apoio de viagem ao encontro para a qual as instituições brasileiras pedem que haja documentação da participação.

Apesar das dificuldades impostas pela pandemia de COVID-19 em 2020 (ou justamente por causa dela), a quarta edição do seminário foi organizada totalmente online. Em uma época que muitas atividades foram transferidas para o mundo virtual, percebemos ainda mais como são importantes os encontros em eventos científicos. Particularmente para jovens pesquisadores que estão começando a conhecer seus pares e referências, nós dedicamos uma sessão de networking online ao intercâmbio entre participantes do evento.

Os dois dias de evento foram abertos com palestras fascinantes de professoras da CASS e foram seguidas por quatro sessões de discussão ao vivo e três pré-gravadas para criar espaços de trocas científicas em meio às dificuldades impostas pelo momento delicado da pandemia.

Já o quinto seminário foi um passo importante para ampliar as redes também com projetos de jovens comunicadores brasileiros sobre a China: a Shumian 书面, Sabe a China? e participantes do programa anual Looking China 看中国 discutiram sobre o surgimento de uma perspectiva brasileira na comunicação sobre a China em um pré-evento do nosso seminário.

Logo em seguida, os dias do seminário foram abertos com palestras de pesquisadoras da CASS e nas mesas temáticas foram apresentadas as pesquisas em andamento nas categorias ciências sociais, economia, relações internacionais, meio ambiente, e arte.

Com o combate à pandemia avançando, a sexta edição já pôde voltar a ter uma pequena parte híbrida do evento com transmissão das atividades online (à qual as universidades se adaptaram). Depois de dois dias online tivemos um dia com atividades presenciais. Ainda em 2022 dedicamos uma das sessões para homenagear o Professor Marcos Costa Lima da UFPE que foi uma grande referência para o desenvolvimento dos estudos sobre a China no Brasil e seu falecimento foi uma perda devastadora para todos nós. A sua obra e sua generosidade continuarão inspirando muitas gerações por vir.

Em 2023 celebramos mais um fruto dos debates que tiveram origem no Seminário Pesquisar China Contemporânea: a publicação do livro “How China is Transforming Brazil” organizado por Mariana Hase Ueta, Mathias Alencastro e Rosana Pinheiro Machado e publicado pela Palgrave Macmillan. Este livro reflete os diálogos das últimas edições do nosso seminário e esperamos que inspire mais colaborações no futuro. Nesta publicação reunimos

diferentes gerações de pesquisadores brasileiros trabalhando com temas relacionados a China em diversos temas, desde migração e cultura, até meio ambiente, energia e economia.

No ano de 2023 mais uma vez celebramos as pesquisas de jovens pesquisadores brasileiros sobre a China, na direção de continuar construindo uma visão brasileira sobre o país. Este ano, alcançamos um recorde de recebimento de resumos, totalizando 99 submissões, de mais de 30 instituições, tanto do Brasil quanto do exterior. O ano também trouxe mudanças que transformaram a dinâmica do nosso encontro: foi a primeira vez que organizamos o seminário com uma comissão mista entre a UNICAMP e a UFABC. Foi a segunda vez que realizamos o nosso seminário em conjunto com o encontro da RBChina, reunindo ainda mais pesquisadores para compartilhar e colaborar. Além disso, mantivemos a realização do evento de forma híbrida, permitindo a participação presencial na UFABC e a opção de participar online, visando também ser inclusivo com aqueles que não estão baseados nas imediações do estado de São Paulo.

Ao longo de três dias de debate, as sessões deste ano tiveram como foco “Economia e Meio Ambiente”, “Economia e Investimentos”, “Cooperação, Sustentabilidade e Soft Power”, “História e Cultura”, “Relações Internacionais e Diplomacia”, e “Geopolítica”. Como em anos anteriores, as sessões foram organizadas de acordo com os temas dos trabalhos aprovados, permitindo que o seminário a cada ano esteja alerta aos novos interesses e temas emergentes de pesquisa no Brasil. Além da participação dos estudantes que apresentaram suas pesquisas, nós também tivemos as presenças ilustres de pesquisadores mais experientes que comentaram, provocaram e discutiram os trabalhos.

Nesta ocasião nós gostaríamos de agradecer a nossa equipe de organização, composta por Mariana Hase Ueta, Niklas Werner Weins, Ricardo Mazzeo, Rafael Abrão, Nathie Amparo, Edgard Cardoso, Filipe Porto, Vladimir de Sá, Diego Amorim, Talita Pinotti, Julia Souza, Alexandre Gomes, Rubia Pontes e João Cumarú, nosso sincero reconhecimento. Agradecemos a participação presencial e online de estudantes de diferentes partes do Brasil. A troca de aprendizado entre nós é sempre enriquecedora, e testemunhar o crescimento da nossa área nos últimos anos é motivo de grande satisfação.

Na sétima edição do nosso seminário mais uma vez reforçamos o nosso compromisso com os estudantes e jovens pesquisadores brasileiros em construir juntos um espaço de debate e cooperação. E juntos construímos mais um capítulo para que o Seminário Pesquisar China Contemporânea seja lembrado como um marco significativo na construção do entendimento brasileiro sobre a China.

Capítulo 16

Reflexões e Convergências sobre o Futuro das Relações Brasil-China

Lucas Barbosa de Oliveira⁴⁹

A mesa de encerramento do VI Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China, contou com a coordenação e mediação do Professor da Universidade Federal do ABC (UFABC), Giorgio Romano Schutte⁵⁰. Os convidados a compor a mesa expuseram análises e reflexões acerca do “Futuro das relações entre Brasil e China” – título da mesa. Abrindo as discussões, o professor Associado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Célio Hiratuka⁵¹, centralizou sua apresentação em realizar um balanço sobre as relações Brasil-China dos últimos 20 anos e no contexto atual de globalização acelerada e transformação das cadeias de produção global.

O Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil China, Charles Andrew Tang⁵², seguiu a discussão, enfatizando sobre a atuação da China no mundo, especialmente, sobre investimentos chineses em países do continente

49 Bacharel em Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador pelo Observatório de Política Externa e Inserção Internacional do Brasil (OPEB).

50 Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Amsterdam (1987) e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2003). Em 2020 fez uma pesquisa pós-doc na Universidade Livre de Amsterdam. Atualmente é Professor Associado na Universidade Federal do ABC (UFABC), credenciado nos Cursos de Relações Internacionais (BRI) e Ciências Econômicas (BCE), membro do corpo docente dos Programas de Pós-Graduação em Economia Política Mundial (EPM) e em Relações Internacionais (PRI). Foi Técnico em Planejamento e Pesquisa e Coordenador da área de Estudo de Economia e Política Internacional do IPEA.

51 Diretor do Instituto de Economia da Unicamp e Grupo Brasil-China, Professor Associado da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Bacharel em Economia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Mestre e Doutor em Economia pela UNICAMP. Foi coordenador do Núcleo de Economia e Tecnologia Industrial (NEIT) da UNICAMP (2009 a 2011), Secretário Executivo Adjunto da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (ANPEC, 2012-2013) e Coordenador Geral de Pós-Graduação do Instituto de Economia da UNICAMP (2016-2019) e Organizador do II Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China (RBChina, 2019).

52 Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, membro do Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial em São Paulo e do World Policy Institute em New York; Presidente Honorário da Câmara de Comércio Internacional de Beijing; Membro do Conselho Consultivo Internacional do Governo de Wuhan, Conselheiro Econômico do Governo de Jilin City; Assessor da Associação de Amizade com

africano. Mas também trouxe contribuições significativas no tocante a aspectos ecológicos que podem direcionar o futuro das relações Brasil-China.

Adiante, Natália de Sena Alves⁵³, membro do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores (PT), explorou em sua apresentação, as dimensões políticas do futuro das relações sino-brasileiras. Por fim, o Deputado Federal pelo estado de São Paulo, Fausto Pinato⁵⁴, expressou suas percepções sobre as relações entre Brasil-China, e foi incisivo ao destacar o pragmatismo que o governo brasileiro deve empregar em suas relações com os chineses.

Relações Brasil-China

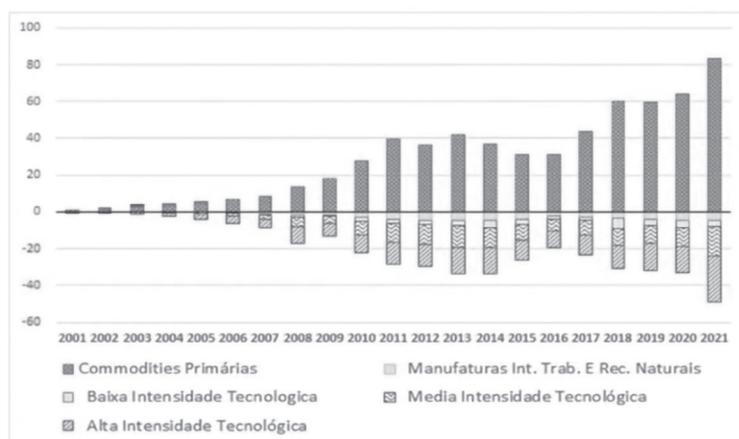
A China é o principal parceiro comercial do Brasil desde 2009 (Hirataka; Sarti, 2016). Historicamente as relações entre os dois países destacam-se principalmente neste âmbito, o comercial. Este aspecto foi extremamente mobilizado pelos participantes da mesa. Pinato, em uma de suas falas, realçou a importância do estabelecimento de um relacionamento respeitoso com a China, haja vista que o país é o nosso principal parceiro comercial.

Todos os participantes da mesa, de algum modo, trataram sobre a assimetria nas relações comerciais sino-brasileiras. A assimetria se constitui pois o Brasil se apresenta como um grande exportador de commodities (soja, carne bovina e minério de ferro) para o país asiático, todavia, o padrão de importação brasileiro é marcado por um conjunto diversificado de produtos manufaturados chineses. E este mesmo fluxo comercial assimétrico é observado nas relações comerciais chinesas com outros países da América Latina.

Países Estrangeiros do Governo do Povo da Província de Jiangxi; Conselheiro do Governo de Huainan e Conselheiro do sub-conselho da CCPIT do governo de Nannng.

53 Advogada, integra a comissão executiva nacional do PT, mestranda no programa de economia política mundial da UFABC. Esteve em junho na delegação de dirigentes que o PT enviou à China.

54 Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar Brasil-China e BRICS e Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara e Vice-líder na Câmara do Bloco PP, MDB e PTB.

Tabela 1 – Saldo Comercial Brasil por Intensidade Tecnológica.

Fonte: UNCTAD, 2022.

O gráfico acima, apresentado por Hiratuka, evidencia o padrão das trocas comerciais sino-brasileiras. Foi possível identificar um consenso entre os participantes acerca do entendimento do quanto este padrão é prejudicial ao Brasil. Charles Tang, ao apontar sobre esta questão, enfatizou os esforços que o governo brasileiro deve empregar para superar o déficit tecnológico existente nas relações comerciais, possibilitando assim um avanço mais intensivo no âmbito da ciência e tecnologia.

Sobre o futuro das relações bilaterais dos países, os participantes que compuseram a mesa – mesmo que fossem plurais, com cada um representando um setor específico da sociedade brasileira – coincidiram no anseio do Brasil possuir uma estratégia mais robusta e clara de associação com a China.

Oportunidades para o futuro

Abordar sobre o contexto global atual é essencial para compreender o futuro das relações Brasil-China. Hiratuka, realizou um breve balanço sobre os últimos 20 anos das relações bilaterais entre os países e em seguida indicou mudanças não só nas condições da economia mundial, mas também no padrão de desenvolvimento chinês. Padrão este que tem sido alterado após efeitos da crise financeira global de 2008. Segundo o professor da Unicamp, a tentativa de compreender e avaliar perspectivas da relação sino-brasileira para os próximos anos precisa levar em consideração contextos de mudanças globais. Para o pesquisador, o crescente comprometimento da China com

investimentos substanciais em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) possui implicações globais significativas. E reflete uma transformação na matriz econômica chinesa, sugerindo uma transição para setores mais intensivos em ciência e tecnologia.

A mudança no padrão de desenvolvimento chinês, ainda de acordo com Hiratuka, trouxe impactos principalmente para a indústria brasileira. Para ele, a ascensão chinesa se relaciona de algum modo com o processo de “desindustrialização brasileira”, marcado pela redução relativa da centralidade da grande indústria brasileira na economia do país. Em sua apresentação, Hiratuka aponta que este processo se inicia no Brasil na década de 1990 e acelera nos anos 2000, especialmente, pós-crise de 2008. Nesse sentido, a indústria brasileira perdeu espaço no âmbito mundial (Sarti, F.; Hiratuka, 2018). O professor da Unicamp sugere que este cenário impõe ao Brasil a necessidade de desenvolver um plano claro que possibilite a inserção estratégica na nova ordem econômica global, em especial na China.

Tanto Tang como Hiratuka apontaram que a perspectiva de reindustrialização no Brasil se apresenta como uma oportunidade estratégica, especialmente dada a atual propensão favorável a atividades industriais. Este momento propício sugere a necessidade de reavaliar as relações Brasil-China, diversificando as exportações e explorando a abertura de mercados na China. Para ambos os palestrantes a promoção de setores mais intensivos em ciência e tecnologia deve ser parte integrante dessa estratégia, requerendo um planejamento nacional claro e alinhado com os objetivos de desenvolvimento do Brasil.

O governo brasileiro, ao lançar um plano nacional para a adoção de ônibus elétricos, oferece uma ilustração tangível de como adensar a cadeia produtiva e atrair a produção para o Brasil. Esta iniciativa, ancorada em políticas detalhadamente articuladas, destaca a importância de considerar a China como um parceiro estratégico nessa trajetória de desenvolvimento. A retomada do processo de industrialização no Brasil, segundo Fausto Pinato, é uma prioridade. Ele destacou a importância de fortalecer as relações com a China, aproveitando as oportunidades oferecidas pelo Banco do BRICS e sugeriu a adesão brasileira à Rota da Seda.

Tabela 2 – Produção de Ônibus Elétrico na América Latina, Brasil, Chile e Colômbia.



Professor Hiratuka, trouxe em sua apresentação essa tabela acima com a finalidade de evidenciar que: 1. comparado com outros países da América Latina, o Brasil possui uma frota pequena de ônibus elétrico; 2. apontar que existe uma oportunidade não explorada pelo Brasil em sua relação com a China.

Aproximação política

Tang e Pinato mencionaram sobre o resgate do respeito internacional do Brasil e a normalização das relações com a China após a eleição do presidente Lula em 2022. Retomaram o conturbado período em que Jair Bolsonaro esteve na presidência do Brasil, em que diversas ocasiões discursos anti-China foram adotados, por vezes tal retórica gerou tensões e incertezas não apenas relacionamento bilateral entre os dois países, mas também em setores da economia brasileira, como o agronegócio, que temia eventuais impactos negativos dos discursos e da postura de Bolsonaro frente à China.

Tang comentou sobre a existência de uma sinergia notável entre as prioridades do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva e do presidente chinês Xi Jinping em relação ao combate à pobreza. Ambos os líderes compartilham uma visão que coloca a erradicação da pobreza como uma prioridade máxima. A noção de prosperidade comum, destacada constantemente por

Xi Jinping, alinha-se com a visão de Lula de promover uma distribuição mais equitativa dos benefícios econômicos. Essa perspectiva, está alinhada com a visão de Natália Alves, quando ela mencionou sobre a esquerda brasileira, que no comando do Estado, consegue empreender relações com a China, para além do horizonte econômico.

Para Alves a evolução das relações sino-brasileiras é substancialmente influenciada por três fatores preponderantes. Primeiramente, a dinâmica da situação geopolítica global, notadamente as transformações na postura dos Estados Unidos e seus desdobramentos na América Latina e no Brasil, emerge como elemento central. O declínio percebido da hegemonia norte-americana tem sido acompanhado por uma resposta reativa dos Estados Unidos, caracterizada por uma intensificação em âmbitos econômico, político e militar. Este fenômeno repercute não apenas em escala global, mas também na América Latina, onde se observa uma crescente pressão. A consequente influência nas relações sino-brasileiras, independentemente do desfecho eleitoral nos Estados Unidos, configura-se como um ponto relevante.

Em segundo lugar, o cenário interno brasileiro, com particular ênfase no papel desempenhado pela esquerda política, representa uma variável crítica. Para a advogada, a política, longe de ser relegada a um plano secundário, assume uma importância primordial, delineando um panorama em que governos de orientação política de esquerda podem alavancar as potencialidades dessas relações, exitosamente defendendo a soberania nacional.

Por último, Alves comentou que o Partido Comunista Chinês (PCCh) destaca-se como um terceiro ponto-chave. A centralização política e a implementação de um socialismo com características chinesas introduzem singularidades no sistema político chinês, conferindo-lhe uma estabilidade peculiar. A existência do PCCh transcende a mera superficialidade, revelando-se um instrumento com limitações e imperfeições inerentes, tal como todo componente da ação humana.

Neste contexto, para a dirigente do Partido dos Trabalhadores o desafio brasileiro consiste em apresentar à China um projeto de cooperação que não apenas supere o status quo, mas que também promova benefícios mútuos. Esta empreitada, face aos atuais imperativos geopolíticos, configura-se como um desafio de magnitude considerável para o governo brasileiro.

Novas questões

Outro ponto de destaque foram as questões ambientais em torno das relações sino-brasileiras. O aumento do desmatamento na Amazônia

durante a gestão de Bolsonaro gerou preocupações globais e críticas por parte da China, que é um dos maiores importadores de produtos agrícolas brasileiros. O cenário atual revela desafios significativos no que tange às questões ambientais nas relações Brasil-China. O aumento da demanda por recursos naturais, especialmente commodities como soja e minérios, por parte da China, tem implicado uma pressão considerável sobre os ecossistemas brasileiros.

Apesar dos desafios, é possível identificar áreas de cooperação nas questões ambientais entre Brasil e China. A crescente consciência ambiental global e a urgência de enfrentar mudanças climáticas podem promover um diálogo construtivo entre os dois países. Iniciativas conjuntas, como a cooperação em energias renováveis pode oferecer oportunidades para uma abordagem colaborativa na mitigação dos impactos ambientais.

Durante a mesa de Encerramento do Encontro em mais de um momento questões em torno da comercialização do hidrogênio verde foram mencionadas. Tang foi incisivo ao apontar o potencial do hidrogênio verde na transição global de energias mais limpas e sustentáveis. O Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China, comentou que no âmbito das relações sino-brasileiras existe uma grande oportunidade do emprego de uma colaboração mais estreita em energias renováveis. A China poderia se constituir como uma grande parceira que auxiliaria o Brasil no enfrentamento de desafios tecnológicos e infraestruturais relacionado com a implementação do hidrogênio verde, uma vez que “um dos grandes problemas do hidrogênio verde é o armazenamento dele”, segundo Charles.

A mesa de encerramento do IV Encontro da Rede Brasileira de Estudos da China proporcionou uma análise abrangente e plural sobre o futuro das relações entre Brasil e China. A mesa de discussão, composta por renomados especialistas e representantes de diversos setores, revelou convergências significativas em relação aos desafios e oportunidades que se delineiam nas relações sino-brasileiras. Ao final do evento algumas questões foram levantadas pela plateia, como: qual é a direção estratégica que o Brasil, sob o governo Lula, pretende seguir em sua parceria com a China?

De modo geral entre os palestrantes, acerca do futuro das relações Brasil-China, foi consenso que a reindustrialização, a diversificação das exportações e a formulação de estratégias claras são elementos cruciais para posicionar o Brasil de maneira vantajosa nesse novo paradigma global, tornando a China não apenas um parceiro comercial, mas um aliado estratégico no caminho do desenvolvimento sustentável e inovador.

Referências

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Relações Econômicas entre Brasil e China: Análise dos Fluxos de Comércio e Investimento Direito Estrangeiro. **Revista Tempo Do Mundo**, v. 2, n. 1, p. 83-98, 2016.

SARTI, F.; HIRATUKA, C. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

SCHUTTE, Giorgio Romano. **Oásis para o capital. Solo fértil para a “corrida de ouro”. A dinâmica dos investimentos produtivos chineses no Brasil**. Curitiba: Appris, 2020.

TANG, C. **Aliança Brasil e China Uma Estratégia Para a Prosperidade**. 1. ed. Editora Aduaneiras, 2023.



Mesa de discussão “Dimensões da Cooperação Brasil-China e seus desafios”, da esquerda para a direita: João Paulo de Oliveira (Diretor de Assuntos Internacionais Bilaterais da Prefeitura Municipal de São Paulo), prof. William Daldegan, (Universidade Federal de Pelotas), profa. Ana Tereza L. Marra de Sousa (UFABC), Igor Patrick Silva (Jornalista South China Morning Post/Folha de São Paulo) e profa. Valéria Lopes Ribeiro (UFABC). Foto: Sérgio Silva | Fundação Perseu Abramo.



Mesa de discussão: “Energia e Sustentabilidade”, da esquerda para a direita: prof. Rafael Almeida Ferreira Abrão (PUC-SP), Laura Cristina F. Urrejola Silveira (UNB), Tulio Cariello, pesquisador do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) e prof. Enrique Dussel Peters (Cechimex/UNAM e Red ALC-China). Foto: Sérgio Silva | Fundação Perseu Abramo.



Mesa de discussão “China na América Latina”, na foto acima da direita para esquerda, profa. Isabela Nogueira Morais (UFRJ), prof. Javier Vadell (PUC-MG) e prof. Shoujun Cui (Univesidade de Renmin); em pé: prof. Eduardo Daniel Oviedo (Universidade Nacional de Rosário e Conicet). Foto: Túlio Fernandes | Fundação Perseu Ábramo.



Da esquerda para a direita, docentes da UFABC que fizeram parte do comitê organizador do VI RBChina: profas. Valéria Lopes Ribeiro, Roberta Guimarães Peres e prof. Demétrio Toledo. Foto: organização do VI RBChina.



Mesa de discussão “Os desafios para o combate à fome e a pobreza”, organizada pela Fundação Perseu Abramo, da esquerda para a direita: Tereza Campello (ex- Ministra do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, atual Diretora Socioambiental do BNDES), prof. Valter Pomar (UFABC e Diretor de Cooperação da FPA) e prof. Fabiano Escher (Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro). Foto: Túlio Fernandes | Fundação Perseu Abramo.



Público durante as mesas de discussão do VI RBChina. Foto: organização do VI RBChina.



Mesa de discussão “Cooperação e financiamento para o desenvolvimento sustentável Brasil-China”, da esquerda para a direita: prof. Alexandre César Cunha Leite (UEPB), Gabriel Ferraz Aidar (Superintendente da Área de Planejamento e Pesquisa Econômica do BNDES), Conselheiro Rodrigo Mendes Araújo (Chefe da Divisão de Mecanismos Políticos Regionais do Departamento de China, Rússia e Pacífico do MRE) e Karin Costa Vazquez (Coordenadora geral para a Reforma dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento no Ministério da Fazenda). Foto: Sérgio Silva | Fundação Perseu Abramo.



Mesa de lançamento do livro “China’s Youth” de Li Chunling (Chinese Academy of Social Science), na mesa ao centro prof. Tom Patrick Dwyer (Centro Cass-Unicamp de Estudos Sobre a China da UNICAMP). Foto: organização do VI RBChina.



Mesa de discussão “As relações dos partidos brasileiros com o Partido Comunista da China”, organizada pela Fundação Perseu Abramo, na mesa central, da esquerda para a direita: Natália Sena (Comissão Executiva Nacional do PT e mestranda do PPG-EPM na UFABC), prof. Valter Pomar (UFABC e Diretor de Cooperação Internacional da FPA) e José Reinaldo (Comitê Central do PCdoB, coordenador do setor de Solidariedade Internacional e Paz). Foto: Sérgio Silva | Fundação Perseu Abramo.



Mesa “Cooperação Brasil-China: para além das commodities” organizada pelo Centro Acadêmico de Relações Internacionais da UFABC (CARI), constituída por estudantes de graduação e pós-graduação, da esquerda para a direita: Bruno Castro (UFABC e USP), Marina Middendorf (UFABC e Georgia Tech University), Levi Manoel dos Santos (UFT e PPG-PRI UFABC) e Abráao Aguilera (UFABC e CE-BRAP). Foto: organização do VI RBChina.



Sessão de encerramento “Futuro das relações Brasil-China”, da esquerda para a direita: Natália de Sena Alves (Comissão Executiva Nacional do PT e mestranda do PPG-EPM na UFABC), prof. Giorgio Romano Schutte (Coordenador do VI RBChina e docente da UFABC), Charles Tang (Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China), prof. Célio Hiratuka (Diretor do Instituto de Economia da Unicamp) e, em pé, Fausto Pinato (Deputado Federal e Presidente da Frente Parlamentar Brasil-China e BRICS). Foto: organização do VI RBChina.



Giorgio Romano Schutte (Coordenador do VI RBChina e docente da UFABC) durante sessão de encerramento discutindo “Futuro das relações Brasil-China”. Foto: Tulio Fernandes | Fundação Perseu Abramo.



Sessão de encerramento “Futuro das relações Brasil-China”, em destaque Charles Tang (Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-China). Foto: Tulio Fernandes | Fundação Perseu Abramo.



Estudantes voluntários(as) trabalhando na organização do VI RBChina, da esquerda para a direita: Laura Pugliesi, Geovanna Sereno, Murilo Fagundes, Giulia Oliveira e Vinícius Santos. Foto: organização do VI RBChina.



Estudantes voluntários(as) trabalhando na organização do VI RBChina.
Foto: organização do VI RBChina.



Estudantes voluntários(as) trabalhando na organização do VI RBChina.
Foto: organização do VI RBChina.

Formato: 16x23
Mancha: 12,5 x 19,5
Tipologia: Crimson Pro | Roboto
Impresso em Papel Pólen 80g